

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

VINICIUS REIS DE SIQUEIRA

**UMA RELEITURA DO TRABALHO DE STEPHEN C. PEPPER
VOLTADA PARA SEU CONCEITO DE METÁFORA**

TOLEDO
2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

VINICIUS REIS DE SIQUEIRA

**UMA RELEITURA DO TRABALHO DE STEPHEN C. PEPPER
VOLTADA PARA SEU CONCEITO DE METÁFORA**

Parte da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de pesquisa: Metafísica e conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Amaral Penna-Forte

TOLEDO
2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

SIQUEIRA, VINICIUS REIS DE
UMA RELEITURA DO TRABALHO DE STEPHEN C. PEPPER :
VOLTADO PARA SEU CONCEITO DE METÁFORA / VINICIUS REIS DE
SIQUEIRA; orientador(a), MARCELO AMARAL PENNA-FORTE, 2019.
128 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2019.

1. Stephen C. Pepper. 2. Metáfora. 3. Conhecimento. I. PENNA-FORTE, MARCELO AMARAL. II. Título.

VINICIUS REIS DE SIQUEIRA

UMA RELEITURA DO TRABALHO DE STEPHEN C. PEPPER
VOLTADA PARA SEU CONCEITO DE METÁFORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora em 13/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Amaral Penna-Forte (orientador)
UNIOESTE

Prof. Dr. José Atílio Pires da Silveira
UNIOESTE

Prof. Dr. Douglas Antonio Bassani
UNIOESTE

Prof. Dr. Max Rogério Vicentini
UEM

Prof. Gelson Liston
UEL

DECLARAÇÃO DE AUTORIA TEXTUAL E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, Vinicius Reis de Siqueira, pós-graduando do PPGFil da Unioeste, *Campus* de Toledo, declaro que este texto final de dissertação é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nele contidas. Estou ciente de que o envio de texto elaborado por outrem e também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual sem as devidas referências constituem prática ilegal de apropriação intelectual e, como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade e às demais sanções da legislação em vigor.

Toledo, 31/05/2019

Assinatura

Dedico este trabalho ao meu Pai, Sr.
Daniel Reis de Siqueira (1942-2018).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao meu orientador, por ter aceitado trabalhar um pensador não muito conhecido pela academia e por compartilhar seu conhecimento e tempo comigo.

Gostaria de agradecer ao meu amigo, Luiz Claudio Inocêncio, pelos ricos diálogos e discussões.

E, finalmente, eu gostaria de agradecer, especialmente, À minha esposa e minha família, por sua paciência e encorajamento.

RESUMO

SIQUEIRA, Vinicius Reis de. UMA RELEITURA DO TRABALHO DE STEPHEN C. PEPPER VOLTADA PARA SEU CONCEITO DE METÁFORA. 2019. 128 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

Esta dissertação tem por objetivo reler, isto é, ler com novos olhos, o trabalho *World Hypotheses* (1942), de Stephen C. Pepper, voltando-se ao uso da metáfora na referida obra, além de notar seu papel no processo de formação do conhecimento. Assim, ao reler, iremos perceber que o pensamento de Pepper se aproxima daquele sugerido em discussões do final do século XX e início do XXI. Dessa maneira, o presente trabalho argumenta, no entanto, que, devido a Pepper desenvolver seu trabalho em um momento histórico, em que o pragmatismo americano nativo perdia espaço para desenvolvimentos do positivismo lógico - em detrimento das aproximações da perspectiva e formato do trabalho de Pepper se aproximar daquele atribuído aos pragmatistas -, seu pensamento foi "eclipsado". A proposta, nesse sentido, aproxima-se à de um historiador, ao discorrer sobre práticas científico/filosóficas contingentes a variáveis culturais ou históricas, que podem ter influenciado a academia e o pensamento de um dado período, buscando, assim, tanto oferecer um quadro mais amplo de comparações e contrastes entre tradições de pensamento de forma crítica, como também produzir novas investigações a partir do pensamento pepperiano. A metodologia de pesquisa aqui adotada foi uma retomada por meio de um processo de revisão bibliográfica, buscando observar o desenvolvimento das concepções sobre a metáfora na filosofia da ciência, uma vez que o trabalho de Pepper é focado numa constituição do conhecimento em que os aspectos epistemológicos não estão dissociados dos metafísicos. Ademais, o estudo de fontes que oferecessem análises críticas e estruturadas de percursos intelectuais mais amplos também foi efetivado. A partir da narrativa construída e apresentada, será possível perceber uma forma contemporânea de conceber a relevância cognitiva que a linguagem metafórica possui na formação do conhecimento, tal como apresentado, por exemplo, por Lakoff e Johnson. Assim sendo, sugere-se, em um último momento, como o pensamento de Pepper pode ser relevante na discussão referente ao papel da metáfora na compreensão e comunicação do conhecimento geral e específico ao âmbito científico.

Palavras-chave: Stephen C. Pepper; Metáfora; Conhecimento.

ABSTRACT

SIQUEIRA, Vinicius Reis de. A REVIEW OF STEPHEN C. PEPPER'S WORK FOCUSED ON HIS CONCEPT OF METAPHOR. 2019. 128 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

This dissertation aims to review Stephen C. Pepper's *World Hypotheses* (1942) with a new eye, turning to the use of metaphor in that work, and to note its role in the process of knowledge formation. Regarding that, Pepper's work is akin to developments carried out in the last decades. This dissertation argues, however, that because Pepper develops his thoughts when the indigenous pragmatism of the North American academies starts to lose terrain to logical positivism, and thanks to Pepper's work approximations with the perspective and shape of pragmatist thinking, his work was "eclipsed." The proposal of this work is close to that of a historian, when discussing scientific or philosophical practices contingent on cultural or historical variables that may have influenced the academy and the thought of a given period. In the same vein, it also seeks to offer a broader picture of comparisons and contrasts between traditions of thought in a critical way, but also to produce, or to suggest, new investigations on the Pepperian thought. The research methodology chosen was a bibliographical review seeking to track the development of the conceptions of metaphor in the philosophy of science, since the work of Pepper is focused on a constitution of knowledge in which its epistemological and metaphysical aspects are molted, as well as the use of sources that offer critical analysis of broader intellectual pathways. From the constructed narrative, it was presented a contemporary way of conceiving the precise cognitive aspect that metaphorical language has on the formation of knowledge, as presented, e.g., by Lakoff and Johnson. Finally, it suggests how Pepper's thought could be relevant in the discussions about the role of metaphor in the understanding and communication of knowledge, both general and scientific.

KEY WORDS: Stephen C. Pepper; Metaphor; Knowledge.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 UMA INTRODUÇÃO A FILOSOFIA DE STEPHEN C. PEPPER FOCADO EM SEU LIVRO <i>WORLD HYPOTHESES</i>	21
1.1 <i>World Hypotheses</i>	23
1.1.1 Formismo.....	37
1.1.2 Mecanicismo.....	40
1.1.3 Organicismo.....	42
1.1.4 Contextualismo.....	45
1.1.5 Comparações entre as quatro hipóteses.....	48
1.2 Considerações referentes ao <i>World Hypotheses</i>	51
1.3 Selecionismo enquanto quinta <i>World Hypotheses</i>	54
1.3.1 Crítica ao selecionismo enquanto hipótese de mundo.....	58
1.4 Considerações referentes às teorias historicistas da racionalidade científica e o <i>World Hypotheses</i>	59
2 UMA NARRATIVA REFERENTE AO “ECLIPSE” DA FILOSOFIA DE PEPPER DURANTE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	62
3 COMO A METÁFORA APARECE COMO TEMA DE PESQUISA NA FILOSOFIA DA CIÊNCIA	76
3.1 A história da metáfora na filosofia.....	76
3.2 A teoria semântico-interacionista de Max Black.....	79
3.3 O cenário da obra de Mary Hesse.....	84
3.4 O uso da metáfora de acordo com Mary Hesse na filosofia da ciência.....	87
4 OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE A METÁFORA	96
4.1 A visão filosófica e cognitiva linguística de George Lakoff e Mark Johnson.....	98
4.1 Algumas considerações sobre a metáfora e o método científico.....	109
5 CONCLUSÃO	117
6. REFERENCIAS	122

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca realizar uma “releitura” do trabalho de Stephen C. Pepper, especificamente, referente ao conceito de metáfora raiz, elaborado em seu livro *World Hypotheses* de 1942. Tal conceito é central em sua obra, uma vez que o autor considera que metáforas, baseadas na experiência, podem estruturar a forma como um pensador conceptualiza o mundo, i.e. serve como um esquema cognitivo que filtra e organiza a percepção (*world views*). Busca-se abordar os conceitos levantados pelo autor, não necessariamente na tonalidade mais manifesta deste, mas sim, na concepção – em sua conotação como “efeito de gerar”, que tal princípio sinaliza referente ao papel das metáforas no processo de construção do conhecimento. Nesse sentido, seu pensamento se aproxima da compreensão sugerida por autores contemporâneos, a saber, Lakoff e Johnson (1980b), entre outros¹.

A abordagem investigativa aqui proposta é semelhante à do historiador que procura subsumir e amalgamar o desenvolvimento de algumas correntes de pensamento no passado e no presente (selecionados por seu “tema” – neste caso, a metáfora), buscando relacionar esses momentos em uma narrativa a fim de elucidar a posição da metáfora no passado (em Pepper) e no presente (em Lakoff e Johnson 1980b, por exemplo), sugerindo, por meio deste trabalho, que um esboço das preocupações filosóficas contemporâneas relacionadas à metáfora já havia sido iniciado no trabalho de 1942.

O interesse deste trabalho volta-se, assim, à noção afluída em Pepper referente à função da metáfora em um dado ponto da história e ao reacendimento² da pesquisa, alusiva à metáfora em outro momento histórico, o qual foi então “aceito” por parte da comunidade científico/filosófica, vindo a se desenvolver até as concepções hoje conhecidas do papel da metáfora, por exemplo, apontado por Lakoff e Johnson 1980b.

¹Lakoff e Johnson 1980b influenciaram toda uma pesquisa no campo da Linguística Cognitiva e, mais especificamente, no campo da Semântica Cognitiva, como no trabalho de Kövecses (2010), Grady (1997) e de Sweetzer (1990), havendo ainda concepções afins expostas em trabalhos tão diferentes como de Steen e Gibbs (2003) e de Turner (2002), que tratam da Linguística Cultural.

² Uma vez que este trabalho propõe que a menção da importância da metáfora já haveria sido “acendida” em um momento anterior.

O que se pretende tocar, assim, é na emergência do reconhecimento da metáfora como “instrumento” estruturante da percepção do mundo (*world view*), em um período histórico no qual, talvez, o conceito possa ter sido considerado infrutífero. Isso por causa de suas aspirações metafísicas terem surgido em um dado momento histórico, no qual se buscava excluir a metafísica da pesquisa “séria” (o projeto do positivismo lógico), de maneira que, após o declínio de tal empreendimento, o tema (da metáfora) foi reanimado com outros revestimentos.

Nesta dissertação, acompanha-se a trajetória percursora mais próxima das tradições em filosofia da ciência. Assim objetiva-se, tendo em vista que é em torno de um aspecto epistemológico central que uma “visão” da descrição do mundo, noções metafísicas e uma apreciação da história da filosofia são apresentadas, como o fizeram, de modos distintos, Rorty (1982) e Putnam (1981).

A proposta, assim, retoma a tarefa de falar historicamente sobre práticas científico/filosóficas contingentes a variáveis culturais ou históricas, que podem influenciar a academia e o pensamento de um dado período. Dessa forma, busca-se tanto oferecer um quadro mais amplo de comparações e contrastes entre tradições de pensamento, de forma crítica, como também produzir (ou pelo menos inserir) novas investigações a partir do pensamento pepperiano.

A metodologia de pesquisa, proposta a fim de alcançar o objetivo lançado nesta dissertação, foi uma revisão bibliográfica com duas propostas distintas. Com relação ao desenvolvimento das concepções sobre a metáfora, foram selecionadas fontes primárias (livros, artigos e outras publicações) reconhecidas como originais e influenciadoras, por exemplo, os trabalhos de Max Black (1962 e 1977), Mary Hesse (1966, 1988, e 1995), Lakoff e Johnson (1980a e 1980), Baake (2003), dentre outros. Além disso, optou-se por utilizar fontes secundárias ao lidar com análises críticas e estruturadas a partir de uma questão ou tema ordenador, como no caso da análise “histórica” da filosofia, realizada por West (1989), Margolis (2002 e 2006), Stephano (2008) e outros autores que dialogam nessa mesma temática.

Pepper apresentou o que ele tomou como “visões” ou “hipóteses de mundo” (autônomas e relativamente adequadas) de seu tempo, encontrando quatro posições (mecanicismo, contextualismo, organicismo e formismo),

reconhecidas por ele nos trabalhos dos pensadores de sua época, as quais, de acordo com o autor, foram construídas a partir de experiências e relações do homem com o mundo; no caso, as metáforas da máquina, o evento histórico, o ser vivo e similaridade. O primeiro capítulo foi concebido buscando apresentar quem foi Pepper, bem como esclarecer seu pensamento e ideias pautadas em suas ideias.

Esclarece-se que Pepper pode ser encarado como um pragmatista, ao considerar que o pragmatismo pode ser pensado como uma ideia sobre ideias. A ideia do pragmatismo é que ideias, teorias, crenças, convicções, princípios, conceitos e hipóteses são essencialmente meios de adaptação que nos ajudam a lidar com o nosso ambiente, nos auxiliando a conseguir o que queremos do mundo. De tal forma, quando o mundo muda, podemos querer mudar nossas ideias. Essa ideia de ideias é em si uma ideia como qualquer outra, sendo o pragmatismo uma ideia cuja utilidade, para nós, pode mudar de um momento histórico para outro. Durante o momento histórico em que Pepper desenvolveu sua ideia, o pragmatismo se apresentou como uma maneira válida e/ou útil para um número significativo de pessoas (mais especificamente um número significativo de intelectuais), sendo referido como uma filosofia propriamente “americana”, por ter surgido no contexto de uma experiência americana em particular.

Um pragmatista vê a metafísica como uma investigação/questionamento das categorizações humanas da realidade. A metafísica pragmática procura descrever os traços gerais do mundo humano. É argumentado, nesta dissertação (a partir da perspectiva de Pepper), que, à medida em que nossas categorizações da realidade são carregadas de práticas, elas também são, inevitavelmente, carregadas de valores. A metafísica não pode estudar a estrutura categórica “própria” da realidade, mas sim, uma estrutura (ou uma pluralidade de estruturas) que nós, por meio de atividades conceituais e práticas, impomos ao mundo com o qual vivenciamos e interagimos. Alguns antecedentes para essa visão podem ser encontrados em pragmatistas americanos clássicos, especialmente, as ideias de William James e, em certa medida, de Charles S. Peirce e John Dewey.

Os filósofos e linguistas que tratam e/ou trataram da metáfora no contexto da atividade científica nunca chegaram a empregar as ideias e

conceitos propostos por Pepper sobre o assunto. Pretende-se, com este trabalho, trazer à cena Pepper, a fim de discutir o processo cognitivo referente à compreensão da realidade, bem como a função das metáforas no desenvolvimento do conhecimento em geral – embora os contextos explorados por Pepper sejam do âmbito científico. Diz-se trazer à cena esse autor, em tal discussão, pois, com a intenção de lidar com o referido fato, o segundo capítulo procurará oferecer a hipótese de que a obra de Pepper foi moldada pelo contexto histórico em que tal filósofo desenvolveu seu trabalho, sugerindo, assim, que as ideias de pesquisa de Pepper seguiam uma linha de pensamento - focavam nos questionamentos feitos àquela época (e, conseqüentemente, não levando em conta conjecturas e focos de pesquisa posteriores, referentes ao papel da linguagem).

No terceiro capítulo, apresentaremos uma trajetória, na reflexão filosófica acerca da ciência, dos estudos sobre a metáfora, tendo sido selecionados aqueles desenvolvimentos que mais se ocuparam da noção de metáfora, a saber, as percepções de Max Black (1962 e 1977) e Mary Hesse (1966, 1988 e 1995). Tais empreitadas exploraram a imagem da metáfora na linguagem e atividade científica, relacionando a forma (linguagem) de compreender com o sentido (conhecimento) dado ao mundo.

E, no capítulo de número quatro, destacaremos uma forma contemporânea, a qual alguns autores designam como “nova”, de conceber o aspecto cognitivo da metáfora, vindo até os “extremos” de sugerir que toda a linguagem é, em sua base, metafórica. Dessa forma, endereça-se uma centralidade da metáfora na linguagem que veicula o conhecimento por meio de um modo de representar linguisticamente o mundo, tal qual eludido por Pepper.

A fim de completar a narrativa levantada por esta dissertação, apresento ligações, análises e sugestões referentes ao trabalho de Pepper, tratados neste trabalho (Lakoff e Johnson 1980, Arbib e Hesse 1986, dentre outros), em uma conclusão, sugerindo como o pensamento de Pepper pode ser relevante na discussão referente ao papel da metáfora, compreensão e comunicação do conhecimento geral e específico ao âmbito científico.

1 UMA INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DE STEPHEN C. PEPPER, FOCADA EM SEU LIVRO *WORLD HYPOTHESES*

A fim de compreendermos melhor a filosofia de Pepper, um autor não muito conhecido, observaremos, brevemente, o contexto histórico no qual Pepper está inserido, bem como seu estilo de escrita e algumas de suas concepções.

Stroud (2015) avalia historicamente a filosofia de Pepper enquanto uma ponte entre o trabalho de John Dewey (1920 - 1930) e o início da revitalização do movimento pragmatista com Putnam e Davidson, classificando Pepper como pragmatista³ por quatro razões.

A primeira razão refere que Pepper foi influenciado por George Santana e Ralph Barton Perry em Harvard, autores de tradição pragmatista. A segunda razão trata da escrita de Pepper, na qual ele deixa transparecer em seu trabalho uma posição favorável ao contextualismo, uma característica de muitos pragmatistas. A terceira razão é que, apesar de Pepper não se descrever enquanto pragmatista, em sua biografia⁴, o autor se declarava mais preocupado em lidar com hipóteses e evidências mais confiáveis - um método que se aproxima daquele proposto por pensadores pragmatistas. E, por fim, a quarta razão, que se relaciona ao fato de que Richard Rorty utiliza a teoria de Pepper para corrigir pensadores muito importantes do pragmatismo.

Similar a outros autores que têm a pretensão de transmitir uma perspectiva ou uma lógica filosófica, Pepper apresenta, em sua escrita, as características de uma filosofia, ao oferecer, em diversos momentos do livro *World Hypotheses* (Hipóteses de Mundo), exemplos e analogias de sua argumentação (ou contra-argumentação, em alguns casos). Sendo assim, o autor propõe em seu livro que a compreensão do mundo tem suas raízes em metáforas básicas (sobre as quais discutir-se-á com maior detalhe adiante), sendo que metáforas podem ser compreendidas e utilizadas enquanto exemplos e analogias construtivas do conhecimento para o autor.

3 Stroud (2015) salienta o fato de que a classificação ou autoclassificação de um filósofo, enquanto pragmatista, no momento histórico de Pepper, era algo complicado, uma vez que William James, Charles S. Pierce e John Dewey, os pragmatistas paradigmáticos, deixaram, na virada do século vinte, de usar tal termo como identificação de seu grupo.

4 Pepper avalia em sua biografia o pragmatismo enquanto somente mais uma teoria, não melhor ou pior que outras teorias dogmáticas, como o idealismo ou o materialismo, demonstrando, assim, sua descrença pessoal em tal posição filosófica.

Ao filosofar sobre a filosofia, Pepper pode ser considerado um meta-filósofo, preocupado em identificar e fazer sentido das ideias, bem como dos conceitos da filosofia e da ciência de seu tempo, observando similaridades e padrões entre diversas escolas do pensamento filosófico.

Para o autor, qualquer filosofia científica poderia ser categorizada, mediante uma análise da linguagem metafórica implícita que um filósofo utiliza e de seu critério de verdade; i.e. o conjunto de regras que um pensador adota para avaliar algo como conhecimento. Colocado de outra forma, o critério de verdade corresponde aos pressupostos epistemológicos relacionados à natureza do conhecimento e da verdade.

Considera-se relevante estudar e conhecer o autor, uma vez que o assunto referente ao papel de premissas filosóficas e seus efeitos sobre o desenvolvimento da ciência não é muito discutido e/ou refletido.

Fox (2008) nos leva a refletir que muitos estudiosos, frequentemente, não declaram os pressupostos básicos de sua teoria, abraçando diversas perspectivas (como uma colcha de retalhos, sem necessariamente considerar as divergências entre elas), ou simplesmente confiam em dados brutos, sem ponderar sobre tais fatos (estratégia contrária ao programa de pesquisa científica e que, provavelmente, não leva a nenhuma inovação).

Tal posição (irreflexiva) pode dificultar o desenvolvimento coerente e progressivo do conhecimento, pois as teorias e seus pressupostos filosóficos guiam a construção e a avaliação da fundação do desenvolvimento científico.

Uma vez que tocamos no conceito de “teoria”, considera-se relevante esclarecer o termo, pois possui uma variedade de significados e interpretações. Dessa forma, neste capítulo, ao tratar e discorrer sobre Pepper, nos posicionamos a partir de sua definição, considerando teoria aquelas declarações que são relativamente precisas e têm escopo amplo de conhecimento.

O benefício das teorias, de acordo com Pepper, se encontra em sua economia conceitual e em sua capacidade de orientação para enfrentar novos problemas, além de evitar que um programa científico se torne desorganizado e incoerente.

A filosofia da ciência tem valia nesse quadro de reflexões ao oferecer uma forma de orientar as possibilidades de construção de uma ciência e sua

utilidade, uma vez que existem diversas situações em que uma teoria particular pode encontrar dificuldade para ser reconhecida. Sendo assim, pode, por exemplo, ser criticada por estudiosos que não reconhecem o critério de fundamentação empírica ou filosófica; ou por não reconhecerem tais dados enquanto compatíveis ao sistema de compreensão de seus membros; ou, ainda, por considerarem que outra posição teórica pode explicar os mesmos dados de forma mais satisfatória; entre outras situações.

Todas as situações previamente descritas podem ser causadas pela não especificação clara dos pressupostos básicos filosóficos, sendo possível, assim, observar o benefício e “produtividade” na discussão das premissas filosóficas e “metáforas raiz”, as quais serão discutidas em maiores detalhes adiante, no desenvolvimento científico.

Em 1.1, apresentaremos a posição de Pepper referente ao debate dos pressupostos filosóficos na ciência, suas visões de mundo e metáforas raiz, tal como apresentado em seu livro *World Hypotheses* (1942). Em 1.2, discutiremos algumas considerações relevantes referentes ao livro. Em 1.3, trataremos de uma posição posterior do autor, que incluiu uma quinta hipótese de mundo, o selecionismo, bem como discutiremos sua “aceitação” ou não. Finalizando este capítulo, em 1.4, serão levantadas algumas considerações referentes a posições historicistas da racionalidade científica, que buscaremos responder no capítulo 2.

1.1 *World Hypotheses*

Primeiramente, é interessante definir o que Pepper entende por hipóteses de mundo (*world hypothesis*). O autor considera tais constructos como quadros de referência teóricos sobre o mundo, os quais buscam ser abrangentes e têm como característica o ponto de que um dado quadro de referência teórico não pode rejeitar alguma coisa, de forma arbitrária, como irrelevante.

Quando Pepper trata de hipóteses de mundo, ele considera que uma de suas características que lhe definem é sua metáfora raiz (a ser tratado em mais detalhes à frente), de modo que vários autores podem ser englobados dentro de uma hipótese de mundo, mesmo ao apresentar declarações, terminologia,

ênfase ou a emissão de certos detalhes, bem como maior ou menor grau de refinamento científico, ou ainda estarem afastados do tempo e/ou espaço entre si. Isso porque, apesar de suas diferenças, se essas foram geradas por determinada metáfora raiz, tais autores podem ser classificados como pertencentes a uma hipótese de mundo.

Pepper expressa seu desejo de estudar hipóteses de mundo tal como fossem objetos “físicos” de estudo. O autor levanta sua própria hipótese de que não observamos mais objetivamente tais hipóteses de mundo, pois estão muito próximas ao indivíduo⁵, de forma que se torna difícil observá-las a distância.

Dessa forma, ao tratar os sistemas científicos/filosóficos em seu livro, o autor critica a tentativa de alguns estudiosos de tomarem uma perspectiva dogmática de tais sistemas, podendo igualmente considerar que sua própria posição não deveria ser considerada enquanto dogmática ou final, mas como uma perspectiva útil, a fim de observar o papel de premissas filosóficas no desenvolvimento científico. O próprio termo “hipótese” de Pepper se refere a uma tentativa consciente de colocar sua teoria entre uma atitude cética e uma posição dogmática diante do mundo.

No decorrer do seu livro, Pepper não se dedicou a discorrer sobre os vários tipos de dogmatismo, mas sim, a sinalizar algumas características constituintes e critérios do dogmatismo relacionados à falácia da convicção e falta de fundamento para sustentar a credibilidade de uma posição dogmática.

Pepper tenta, no entanto, ao tratar do dogmatismo, separar a ação convicta do julgamento cognitivo (que seria a crença), considerando que a posição de convicção pode ser justificada, baseando-se em fatos e atos práticos; e.g. agir a partir da informação alcançada num dado momento, à medida que uma crença se apoia somente em critérios cognitivos, sem, necessariamente, ter fatos e/ou atos práticos para justificar suas sustentações.

Historicamente, o autor observa que o conhecimento frequentemente transita de uma posição de dogma, e.g. uma certeza tradicional, para uma abertura de observar possibilidades, vindo, posteriormente, o momento de se pesquisar um dado assunto.

⁵ Tal como uma pessoa que viveu a vida inteira ao lado de um rio, que se acostuma e não “escuta” mais o rio por estar íntimo demais.

Tratando-se do dogma, Pepper observa as dificuldades de se sustentar uma convicção, baseando-se em crenças, como aquela da autoridade infalível, pois, como observado, supostas autoridades infalíveis frequentemente oferecem visões conflitantes. Dessa maneira, não se pode questionar os critérios que tornam uma dada autoridade enquanto infalível, vindo a se basear em afirmações de ordem puramente cognitivas (sem relação com a ação e fatos práticos) para se sustentarem.

Para Pepper, no entanto, não se desconsidera o valor do estudo e do reconhecimento do mediador do conhecimento. Similarmente, o sentimento de certeza ao se ler e reconhecer uma hipótese é um importante sinal de “força” da expressão de uma dada hipótese, todavia, tal sentimento em si não deveria constituir a medida avaliativa do que é uma certeza.

Outra característica de posições dogmáticas que o autor critica se refere aos princípios “autoevidentes”, que se afastam de evidências factuais para se sustentarem a partir de argumentações linguísticas circulares, isto é, que sejam autossustentáveis.

A última característica dogmática que Pepper questiona se refere ao fato indubitável tão “puro”, que não precisa de teste para ser corroborado. A história da ciência está repleta de tais exemplos, em que afirmações de base intuitiva (abstrações) ou sensória foram tomadas como fatos “teimosos” da ciência e que, mais tarde, foram descartados e/ou reinterpretados a partir de novos paradigmas.

O autor questiona, metafisicamente, a existência do que “é” ou do que “acontece”, que não seria transpassado por algum grau de interpretação, sugerindo que outras posições filosóficas - ao assumir que é possível acessar um fato sem levar em conta as “imperfeições” do homem que as observa - nada fazem senão negar o processo cognitivo de construção do conhecimento.

O livro *World Hypothesis* é organizado em três partes, divididas em doze capítulos, com várias pequenas subdivisões. Na primeira parte do livro, o autor combate o absoluto ceticismo e o completo dogmatismo, relacionado à construção e transmissão do conhecimento, colocando sua posição, que pode ser sumarizada enquanto acreditando que, princípios lógicos (ou outros) não necessariamente precisam ser coerentes com o conhecimento já estabelecido, de forma que não existe percepção sem, de fato, haver o julgamento.

Pepper exemplifica sua posição, quanto aos pontos descritos no parágrafo anterior, ao demonstrar quais “fatos” podem ser considerados enquanto indubitáveis por um filósofo, os quais podem ser interpretados de forma diferente por outro estudioso. Assim, é possível iniciar a apresentação de sua posição, sendo que a interpretação de um fato tende a ser diferente, dependendo das categorias fundamentais de percepção entre os pensadores.

O autor coloca a posição acima levantada como se materializando no seguinte exemplo: uma hipótese de mundo tende a discriminar, buscando ser a mais clara e objetiva quanto possível, entre o que observa enquanto sendo fato e a interpretação do fato; todavia, outra hipótese do mundo confiável pode traçar o ponto de separação entre fato e hipótese em outro lugar, i.e. “o que são fatos puros para uma teoria, são evidências altamente interpretadas por outra” (PEPPER, 1942, p. 100).

Pepper refere que a separação entre fato e interpretação, realizada por diversas hipóteses de mundo, não é feita de forma arbitrária, mas que cada hipótese de mundo busca se substanciar por meio da corroboração de dados, bem como de sua refinação por meio da estruturação cognitiva.

Uma pergunta que pode surgir, ao se tratar a respeito de hipóteses de mundo, é: de que maneira, se em alguma, uma hipótese de mundo difere de uma teoria científica? Se tomarmos “científico” enquanto aquilo referente aos métodos aplicados pela ciência atual, a resposta que Pepper nos oferece é:

Não há diferença. No máximo, há apenas a diferença de escopo, e mesmo isso não acontece, já que os cientistas de hoje sempre ajudaram no desenvolvimento de teorias estruturais do mundo e muitas vezes acreditaram ardentemente nelas (PEPPER, 1942, p. 82).

A diferença que Pepper aponta é entre uma hipótese de mundo e, de fato, uma percepção de uma hipótese convencionalista, tendo em vista que a última se declara separada de “fatos” e, logo, “artificial”, enquanto que uma hipótese de mundo tem sua “força” ligada à sua capacidade de relacionar de forma íntima fatos e interpretações, ao ponto das duas se unirem em uma só – uma hipótese de mundo.

Referente ao conceito de hipótese, Pepper comenta que, para um positivista, uma hipótese, uma convenção humana, que tem o propósito de

organizar dados em ordem, não tendo nenhum valor cognitivo⁶ em si, considera a predição nada mais do que uma correlação antecipada.

Sendo assim, para Pepper, uma hipótese não é um conjunto de dados, mas, simplesmente, um esquema simbólico erigido para a organização de dados, de forma que homens possam facilmente encontrar e usar dados que conhecem, considerando que conhecer tal esquema simbólico é importante, pois “*cognitive value belongs where knowledge is*” (PEPPER, 1942, p. 71).

O autor comenta, ainda, sobre a questão da hipótese de que o valor, mencionado no parágrafo anterior, tem sua base, isto é, são substanciados pelos dados que são ordenados. Então, Pepper associa seu conceito de hipótese com aquele utilizado pelos convencionalistas – Pepper aponta Poincaré⁷ como um dos convencionalistas que utiliza o conceito de hipótese semelhante à sua própria posição; i.e. de que uma hipótese nasce do tratamento de dados com base na construção de afirmações cognitivas refinadas, substanciadas pelos referidos dados corroborativos.

Segundo Pepper (1942):

Existem dois tipos de corroboração e, conseqüentemente, dois tipos de evidências críticas. Há corroboração do homem com o homem e corroboração de fato com fato. Vamos chamar à primeira “corroboração multiplicativa” e a segunda “corroboração estrutural”. (p. 47-48).

O professor Pepper admite o grande valor e importância da corroboração estrutural, ao posicionar sua teoria de “hipóteses de mundo”

6 O conceito de conteúdo cognitivo pode ser atribuído a “ÜberSinnandBedeutung” de Frege, no qual ele observa que $a=a$ e $a=b$ são declarações de diferente valor cognitivo (ou Erkenntniswerte – que, literalmente, significa valor do conhecimento), uma vez que o primeiro é, *a priori* e, segundo Kant, deve ser chamado de “analítico”, ao ponto que, por vários distintos termos a e b , o último contém um *a posteriori* e é valioso ao ser uma extensão do conhecimento. Isto é possível, de acordo com Frege, ao explicar que o sentido de uma sentença, i.e. o pensamento expressado pela frase (que era o objetivo de estudo de Frege – o pensamento. No entanto, por não ser possível estudá-lo diretamente, ele se voltou à sua representação, a linguagem); não é menos relevante ao propósito de adquirir conhecimento do que o valor da verdade (do alemão Bedeutung). Uma vez que $a=a$, e $a=b$ expressam diferentes pensamentos quando a e b diferem no sentido, as duas sentenças, então, vão diferir no valor cognitivo (CURRIE, 1982, pp 108-112).

7 Poincaré (1854 - 1912) foi um matemático, físico teórico e filósofo da ciência, famoso por diversas descobertas em diversos campos, sendo reconhecido como o último “polymath” (uma pessoa cuja experiência abrange um número significativo de áreas diferentes). A filosofia de Poincaré estava mais relacionada às práticas e debates científicos de sua era, vindo a ser reconhecido por sua crítica ao logicalismo/formalismo e seu convencionalismo geométrico, podendo sua posição a respeito de sua teoria do conhecimento ser entendida enquanto um caminho entre um realista e um antirrealista. Para mais informações sobre tal autor, veja Charpentier, Ghys, Lesne (2010).

como substanciada por meio desse método, podendo ser compreensível, tal a argumentação, ao se observar que tais hipóteses derivam da correlação de diversas observações levantadas em seu livro por meio dessa abordagem.

Ao tratar sobre os conceitos de evidência e comprovação, o autor enfatiza a tensão entre o senso comum e o conhecimento refinado, propondo sua ideia de que o método, pelo qual o conhecimento se desenvolve, parte do senso comum e é refinado mediante um processo de cognição crítica em conhecimento refinado.

A respeito do processo citado por Pepper (1942), comenta sobre as características do senso comum como sendo: 1) não criticável; 2) sua estabilidade (relacionada à manutenção temporal de um dado fato observado); e 3) aceita o princípio de contradição, mas o ignora.

A tensão entre senso comum e refinado se dá entre o conhecimento não responsável e o conhecimento responsável, sem total seguridade, pois a virtude do conhecimento está em sua “mineração” de conhecimento bruto para refinado, em um processo contínuo e inacabável, a não ser que algum dia o homem alcance a onisciência, como o próprio autor destaca.

Após a exposição dos argumentos mencionados acima, Pepper inicia a definição e descrição do que define enquanto hipóteses de mundo. Essas hipóteses seriam a tentativa do autor de criar uma interpretação unificadora de vários fatos e experiências organizadas a partir de uma única “pista”, a qual foi por ele denominada “*root metaphor*”, ou seja, “metáfora raiz”.

A ideia por trás da metáfora raiz é de que estudiosos percebem fatos que podem ser um evento ambiental ou fenômeno orgânico; ou outro, ainda, por meio da experiência, de maneira que tentam compreender tal fato à luz de certas categorias básicas. De tal forma, de acordo com Pepper, todos os sistemas metafísicos de pesquisa científico-filosófica têm como base uma raiz intuitiva, isto é, uma metáfora raiz.

A fim de sumarizar o conceito de metáfora raiz, Pepper descreve que:

Um homem desejando compreender o mundo olha aproximadamente para um indício a sua compreensão. Ele arremessa em cima de alguma área senso comum e tenta entender outras áreas em termos deste. Esta área original transforma-se em sua analogia básica ou metáfora raiz. Ele descreve o melhor que pode as características desta área, ou, se você quiser, discrimina sua estrutura. Uma lista de suas

características estruturais transforma-se seus conceitos básicos da explanação e da descrição. Chamamos-lhes um conjunto de categorias. Em termos destas categorias, ele prossegue para estudar todas as outras áreas do fato, seja não criticado ou anteriormente criticado. Ele se compromete a interpretar todos os fatos em termos dessas categorias. Como resultado do impacto desses outros fatos sobre suas categorias, ele pode qualificar ou reajustar as categorias, de modo que um conjunto de categorias comumente muda e se desenvolve. Desde que a analogia básica ou a metáfora raiz normalmente (e provavelmente, pelo menos, na parte necessariamente) levantam-se fora do senso comum, uma grande quantidade de desenvolvimento e refinamento de um conjunto de categorias é necessária, se eles são para provar adequada uma hipótese de alcance ilimitado. Algumas metáforas raízes provam ser mais férteis do que outras, tendo maiores poderes de expansão e de ajuste. Estes sobrevivem em comparação com os outros e geram as relativamente adequadas teorias do mundo. (PEPPER, 1942, p. 91-92).

Tratado de outra forma, metáforas raiz correspondem aos pressupostos ontológicos a respeito da natureza e/ou existência (de uma perspectiva sobre a realidade). Pepper aparentemente apresenta o conceito da metáfora raiz, em uma tentativa de que esse conceito possa servir como um instrumento crítico, a fim de adequar os dados obtidos frente à certa visão de mundo, bem como, se verdadeira sua hipótese, relacionar um dado conhecimento crítico com sua origem no conhecimento do senso comum. Isso iluminaria, assim, a natureza de uma dada visão de mundo e sua distinção com outras visões de mundo.

Aparentemente, o objetivo de Pepper, ao introduzir as metáforas raiz, não é de avaliá-las enquanto “verdadeiras” ou não, mas sim, de observar o valor cognitivo das hipóteses de mundo, utilizando-as enquanto analogias (buscando relações entre o conhecimento produzido e as relações do homem com o mundo). Diante disso, pode tratá-las enquanto tendo semelhanças ao conhecimento do senso comum, que, por meio do refinamento, vem a se tornar conhecimento científico (criticável).

Para o autor, uma teoria é construída antes da coleta de evidências (que a corroboram ou não), levantando-se tal ponto, uma vez que Pepper considera o valor de sua teoria não em sua “veracidade⁸”, mas sim, ao analisar o valor

⁸Pepper pode ser considerado enquanto um realista, ao avaliar a “verdade” de um dado por meio do método da corroboração. O argumento de Putnam (2016), referente à corroboração, declara o seguinte: o fato de que uma e a mesma coisa aparentemente é revelada por modos distintos de detecção sugere que seria uma coincidência extraordinária se o suposto alvo dessas revelações não existisse de fato. Deve ser notado que a escolha do uso da definição de

cognitivo que as visões de mundo têm sobre a formação do conhecimento. Assim, deve adequar sua própria teoria a partir das teorias em evidência de seu tempo.

O autor, em sua escrita, defende que o método de desenvolvimento do conhecimento, partindo das metáforas raiz, é uma fórmula adequada, a fim de produzir hipóteses de mundo.

Para Pepper, no entanto, difere-se metáforas raiz de postulados lógicos ao atribuir às metáforas raiz um valor estrutural metafísico, que os positivistas lógicos tendem a negar. Observa-se, ainda, que nenhum postulado lógico tende a ter a pretensão de uma hipótese de mundo, que tem em suas características a busca por compreensão de dados, análise (*danda*) e predição, à medida que postulados lógicos podem ser percebidos como tentativas de explicação de eventos (*dubitanda*).

A fim de compreender melhor os termos expostos acima, vale explicitar que *dubitanda* se refere à informação proveniente do senso comum, que serve de base cognitiva para o questionamento. Dados, ou seja, do latim *data*, tendo seu plural *datum*, referir-se-iam à detecção de uma informação do mundo por meio de instrumentos e/ou outros métodos científicos reconhecidos.

E *danda*, tendo seu plural *dandum*, seria o processo cognitivo de se levantar uma hipótese ou teoria a respeito dos dados. Idealmente, o processo de construção científica deveria seguir de *dubitanda* para dados que adequariam uma *danda*, sendo que Pepper considera que dados (*dandum*), em si, têm um valor “raso” e que precisam ser refinados, a fim de serem usados, de modo que um dado só tem valor ao ser observado dentro de uma adequada hipótese de mundo.

O processo de questionamento de uma *danda* levou Pepper à criação de seu conceito de metáfora raiz, podendo ser observado que tal constructo tem características da *dubitanda* e, como tal, convida refinamento, seguindo uma corroboração estrutural.

O princípio da metáfora raiz segue o seguinte preceito: a busca de compreensão do mundo de um homem inicia a partir de pistas para sua

Putnam, mesmo sendo um teórico posterior a Pepper, foi selecionada devido à sua similaridade à posição (colocada de forma dispersa no livro *World Hypotheses*) de Pepper.

compreensão, utilizando conhecimento adquirido de outras áreas (senso comum), a fim de compreendê-lo.

O processo de fazer uma analogia entre conhecimentos é a base da metáfora raiz, de acordo com Pepper. A seguir, será reproduzido, em sua íntegra, o desenvolvimento histórico de uma metáfora raiz, com o objetivo de permitir ao autor expor, em sua completude, seu pensamento, bem como ofertar a leitores, que possivelmente não estão familiarizados com sua escrita, uma amostra de seu estilo.

Enquanto uma simples ilustração do crescimento de uma metáfora raiz deixe-nos considerar e imaginariamente reconstruir o provável desenvolvimento da teoria Miletiana, a qual foi a primeira autoconsciente teoria de mundo no pensamento Europeu. Tales, pensando sobre o mundo, e insatisfeito com as explicações da mitologia, sugeriu, “Todas as coisas são água”. Ele pegou uma variedade dos fatos do senso comum, a água, a qual o impressionou, um cidadão de uma cidade portuária, enquanto possivelmente possuindo o segredo de todas as coisas. A água se expande largamente. Ela evapora, gerando névoas e nuvens, e esses por sua vez se condensam em umidade e chuva. Vida nasce do lodo e lama, e a ausência da água é morte.

Anaximandro seguiu Tales e pensou que a seleção da água comum um pouco grosseiro. A substância de todas as coisas, água metafísica, não era somente água comum. Era somente água comum e todas as suas fases e qualidades adquiridas. Ele adequadamente enfatizou a categoria extensiva do infinito e a categoria da mudança qualitativa a qual ele chamou de “chacoalhadas”. A substância de todas as coisas ele deu o nome de *ápeiron* ou “infinito”. No “infinito” se debruça a “mistura” de todas as qualidades: dureza, suavidade, nitidez, cores, gostos, e odores. Para qualquer objeto particular no mundo, tal como um navio, uma folha, um seixo, ou um fogo, algumas destas qualidades eram “chacoalhadas” da “mistura do infinito” como talvez chuva é chacoalhada das nuvens no céu. Estas qualidades segregadas eram congregadas em formas familiares que nós percebemos.

Depois de Anaximandro veio Anaximenes, que sentiu que Anaximandro estava muito próximo de substituir uma abstração pela substância concreta das coisas, mas aparentemente concordou que a água não conotava a infinidade a qual o mundo deveria ter. Ele sugeriu a adequação do ar, denotando por isto algo mais afim do que nós hoje chamamos de névoa, a qual era, no final das contas, uma das fases da “água” de Tales. Anaximenes também adicionou a clara distinção de uma mudança de categoria quantitativa, notadamente rarefação-condensação, a qual aparentemente foi assumida por Tales e talvez Anaximandro, mas não foi definida. Isso equivale a uma categoria das fases da matéria: sólido, líquido e gasoso.

A metáfora raiz desta teoria assim ultimamente se volta às categorias do material básico do qual todos os fatos do

universo podem ser gerados por certos processos de mudança. O conjunto pode ser listado enquanto: (1) uma substância geradora (ou talvez várias), (2) princípios de mudança como “chacoalhar”, e rarefação-condensação, e (3) substâncias geradas produzidas por (1) até (2). Nós podemos chamar isto de “teoria da substância geradora”.

Não é uma teoria muito adequada, apesar de sua sobra pairar sobre o trabalho de vários homens que desenvolveram teorias muito mais adequadas. Isto é periodicamente revivido em praticamente sua forma pura, mas sempre por homens de relativo baixo calibre. Ela foi revivida por Bernardino Telesio no século dezesseis e por Büchner, Haeckel, e Herbert Spencer no século dezenove. O problema com esta teoria é que lhe falta abrangência. Existem muitos fatos que não podem ser descritos satisfatoriamente nos termos destas teorias...

Quando tentativas são feitas a fim de desenvolver estas categorias mais a fundo a fim de processá-los de forma mais adequada e dar abrangência requerida por uma teoria-mundo, nós descobrimos que ou ela cai ou que ela se quebra em vários tipos de falácia cognitiva, ou que novos tipos de categorias estão sendo feitos e homens estão buscando inspiração de novos grupos de fatos do senso comum, buscando novas metáforas raiz.

... Assim, nós vemos como teorias-mundo se iniciam promissora e com uma metáfora raiz, fresca do vital senso-comum cresce por um tempo, encontra obstáculos nos fatos, é incapaz de superar tais obstáculos, desesperadamente tenta fazer malabarismo de categorias, até que fique tão vazia que alguns homens podem lançar metade delas para fora, devotamente acreditar na outra metade, substitui conceitos por fatos, e avaliam como não necessário olhar para trás nos fatos esquecidos. Quando uma teoria inadequada alcança tal estado de caos intelectual, existe estímulo para o criticismo para um novo insight... Os sofistas ofereceram abundantes criticismo, e duas das mais adequadas teorias-mundo nasceram: o mecanicismo, através de Leucipitus e Democritus; e formismo, através de Socrates, Platão e Aristoteles.

Este breve relato da teoria Miletiana é uma boa parábola para todos nós interessados em hipóteses estruturais e teorias-mundo. (PEPPER, 1942, p. 91-92).

Ao estudar os sistemas, que serão expostos em maiores detalhes adiante, Pepper os considera enquanto independentes uns dos outros, de maneira que um sistema não pode ser julgado pelos conceitos de outro. O autor propõe que a tentativa de comparar sistemas não é possível, pois cada um possui uma concepção de verdade que a sustenta, sendo que tal concepção tem uma base metafísica, i.e. paralela aos dados empíricos, mas de origem cognitiva; bem como cada hipótese de mundo possui um teste epistemológico próprio.

Enquanto é verdade que o desenvolvimento final de qualquer coisa não pode ser julgado legitimamente em termos de sua origem, Pepper considera que o conhecimento, ou, pelo menos, uma aproximação relacionada à origem de uma hipótese de mundo, pode ser útil ao demonstrar onde a força factual ou sua fragilidade é provável de ser localizada.

A fim de esclarecer o ponto referente à autonomia e campo de estudo de uma visão de mundo, o autor faz uma analogia às regras de um jogo, colocando que um jogador de baseball não poderia criticar um jogador de tênis por sua falta de “*home runs*”, o que demonstra, assim, a ilegitimidade de forçar um grupo de regras de um contexto em cima de outro “jogo”.

Colocado de outra forma, o autor argumenta que cada visão de mundo é autônoma e que cada visão cria seu próprio campo de estudo. Assim, dentro de um mesmo campo, no entanto, visões de mundo competem direta ou indiretamente para interpretar os dados. Pepper, no entanto, evidencia que utilizar as categorias de uma visão de mundo para avaliar e analisar outra visão de mundo é tanto ilegítima como inútil, pois uma visão de mundo não consegue demonstrar mais “força” ao apontar as “fraquezas” de outra visão de mundo, tendo em vista que suas bases são diferentes.

Este autor, no entanto, se coloca a favor de uma posição de humildade frente ao embate de visões de mundo, pois ele refere que não importa o “grau” de uma evidência, já que ela nunca irá “provar” que uma visão de mundo é superior à outra; isso porque cada análise parte de pressupostos filosóficos que possibilitam resultados logicamente diferentes.

Sendo assim, o autor critica, ainda, a possibilidade de ecletismo entre visões de mundo devido à confusão que isso traria, comentando, no entanto, que existe uma exceção na possibilidade da integração de visões de mundo subordinadas à outra visão de mundo precedentemente já existente e estabelecida.

Retomando o exemplo de “jogos” para discorrer sobre o ecletismo, seria virtualmente impossível implementar simultaneamente as regras do baseball e tênis em um único jogo, pois não saberíamos como determinar “pontos”, “faltas” e “vencedores”, demonstrando que, no ecletismo filosófico, se torna impossível avaliar teorias e suas alegações de forma coerente e sistemática.

Outra falha, semelhante ao ecletismo, surge quando uma teoria envelhece e se torna rígida, na qual pesquisadores começam a tomar certas categorias ou até mesmo as subcategorias como garantidas, esquecendo-se de onde tais hipóteses surgiram. Assim, assumem valores intrínsecos ou cósmico/universais, como exemplo: espírito, mente, substância, matéria, consciência, essência e força. Uma vez que para Pepper, “um termo ou conceito não é melhor do que a evidência que a corrobora” (PEPPER, 1942, p.114).

Para Pepper, o conceito de verdade de uma hipótese de mundo busca ser o mais abrangente (que abraça o maior número de dados) e mais preciso (que oferece uma interpretação mais exitosa para uma pluralidade de dados) quanto possível. O autor observa, como vários outros estudiosos, que precisão e abrangência são inversamente proporcionais, isto é, um modelo que especifica como interpretar um dado evento tende a não incorporar diversos eventos; assim, aqueles modelos que buscam ver diversos eventos falham ao descrever eventos específicos. Pepper avalia hipóteses de mundo falhas ou ruins (por exemplo, o animismo e o misticismo), quando tais hipóteses falham ao prover abrangência ou precisão.

Como já mencionado anteriormente, a falta de precisão ao lidar com fatos individuais, como ser vago ou indeterminado ao oferecer uma explicação (cognitivamente); e/ou insuficiência de abrangência ao buscar “responder” ao mundo, lidando somente com algumas “áreas” de estudo, é o que determina uma hipótese de mundo enquanto inadequada.

Pepper observa também que teorias inadequadas buscam se justificar utilizando princípios “não-reais”, racionalizando o real enquanto “aparência” (tendo uma conotação valorativa negativa para esse autor); ele comenta ainda que autores que utilizam palavras como “realidade”, “não-realidade”, “aparência”, utilizam-nas para justificar sua inadequação.

Animismo é um dos exemplos de uma teoria de mundo inadequada para Pepper, pois se utiliza de indeterminações em suas interpretações, bem como sua falta de precisão. O misticismo peca na insuficiência de abrangência e seu uso de “não realidade”. Pepper faz uso dessas duas teorias a exemplo de modelos negativos a serem usados como modelos negativos, comparados aos modelos positivos, que serão tratados em maiores detalhes adiante.

Pode ser analisado que uma vez que o autor não apresenta uma fórmula absoluta de identificação e classificação de hipóteses de mundo adequadas, oferece um contraponto com teorias inadequadas, a fim de firmar as teorias adequadas como tais.

O animismo, como Pepper descreve, é uma hipótese metafísica que utiliza o próprio homem enquanto metáfora raiz, apresentando-o, seu corpo, sua forma, suas ações, suas expressões, suas emoções e outras características, oferecendo a familiaridade e interesses do homem, a fim de propagar tal hipótese.

É importante destacar que Pepper observa tentativas de animismo na criança e até em homens adultos, expandido e generalizado sobre o universo à subjetividade humana. Dessa maneira, é possível observar exemplos de animismo por meio da mitologia, a qual buscava explicar eventos, fazendo analogias a experiências humanas, baseando-se em abstrações e hipóteses que não podiam ser determinadas com precisão.

O misticismo é descrito por Pepper, que se baseia no fato místico, o qual não busca corroboração, mas sim, se justifica na subjetividade do fato, contendo todas as conotações valorativas referentes a “fato” em tal argumento, i.e. indubitável.

O sentimento de certeza cognitiva que normalmente acompanha a emoção de um evento místico é deduzido como evidência cognitiva, alegando sua força em sua experiência – semelhante à experiência de amor, a qual é a metáfora raiz do misticismo; assim, cancela qualquer outra explicação, mesmo aquela baseada em “fatos físicos”. Essa rigidez e impossibilidade de comunicação, que Pepper avalia como inadequada para uma hipótese de mundo, busca ser abrangente.

É interessante notar sobre o trabalho de Pepper que a aceitação de uma determinada hipótese de mundo não necessariamente depende de testes factuais, mas sim, de sua abrangência ao buscar questionar um número cada vez maior de eventos. Pepper pauta que, ao ser apresentada uma hipótese de mundo, críticas e testes são realizados, a fim de verificar sua adequação, de modo que o autor considera uma hipótese de mundo mais um desafio do que uma “realização” e que sua não aceitação está, grande parte das vezes, relacionadas a inconsistências internas da teoria.

Sumariamente, Pepper sugere que:

(...) hipóteses de mundo começam como uma hipótese de um homem comum, emoldurado para resolver um problema prático intrigante. O homem olha para trás, sobre sua experiência passada para alguma ação análoga que possa ser aplicável ao seu problema atual. Da mesma forma, um filósofo, intrigado com a natureza do universo, olha para alguma experiência grávida que parece ser uma boa amostra da natureza das coisas. Esta é a sua metáfora raiz. Ele analisa sua amostra, seleciona seus elementos estruturais e os generaliza como conceitos orientadores para uma hipótese mundial de alcance ilimitado. Este conjunto de conceitos torna-se o conjunto de categorias de sua hipótese de mundo. (PEPPER, 1982, p. 199)

Apesar de o autor não considerar nenhuma hipótese de mundo enquanto perfeita, evidencia que existem quatro hipóteses que podem ser avaliadas enquanto relativamente adequadas: o formismo; mecanicismo; organicismo; e contextualismo.

Entretanto, qual é o critério de Pepper, a fim de se avaliar hipóteses enquanto relativamente adequadas? “Por seu próprio julgamento de suas próprias realizações em alcançar a precisão completa em tratar todos os fatos que os apresentou. Uma teoria de mundo, em outras palavras, condena-se por inadequação” (PEPPER, 1942, p. 115) ou adequação, conseqüentemente.

É interessante notar que, ao tratar sobre os sistemas teórico-filosóficos anteriormente mencionados, Pepper aparentemente toma a posição de buscar ignorar posições filosóficas particulares e questões referentes a personalidades dentro da ciência, focando e apresentando visões de mundo de uma forma mais geral, bem como utilizando seus próprios termos.

Pepper aparentemente apresenta uma imagem de homem como inatamente falho, isto é, propenso a erros e tendencioso a considerar a si mesmo enquanto “correto”. Diante disso, a avaliação teórico/filosófica de uma posição não pode ser deixada a um homem, mas sim, como Pepper sugere, ao embate e convencimento de vários homens, que, com base na corroboração multiplicativa, a estabelece como satisfatória.

Também deve ser considerado que nenhuma filosofia, que será tratada em mais detalhes adiante, neste texto, apresenta-se tão “simplesmente” tal qual Pepper descreve. Por isso, pode ser concebido o trabalho do autor como uma abstração levantada a partir de características, enfatizadas por Pepper ao

observar tais sistemas filosóficos diante de seu objetivo: apresentar as metáforas raiz e o grupo de categorias das quatro teorias a serem tratadas, de forma a propiciar uma ideia da aparência geral do mundo - tal qual interpretado por meio do grupo de categorias das hipóteses de mundo que Pepper avalia como adequadas. O autor aparentemente reconhece tal posição enquanto suscetível a controvérsias, buscando suportar sua posição por meio de sua retórica.

1.1.1 Formismo

O formismo é frequentemente chamado de “realismo” ou “idealismo Platônico”, estando associado com Platão, Aristóteles, os escolásticos, neoescolásticos, neorrealistas, dentre outros.

A metáfora raiz do formismo recai sobre o conceito de similaridade, tendo a correspondência enquanto seu critério de verdade. Pepper comenta em seu livro sobre duas variações do formismo, o qual tratou como formismo imanente e formismo transcendente.

Dessa forma, conceitua o formismo imanente baseando-se na metáfora raiz relacionada à percepção de que dois ou mais objetos possuem características semelhantes; i.g. laranjas e maçãs são redondas. Já o formismo transcendente, baseia-se na metáfora raiz relacionada à percepção de que dois objetos podem ser incluídos em padrões preestabelecidos de conceitos; i.g. cada maçã é única e diferente, todavia, elas podem ser classificadas dentro de uma categoria transcendente, denominada maçã.

A chave de análise do formismo está em descrever as semelhanças e/ou diferenças de dois objetos (imanente), ou nomeando-os e descrevendo suas formas - das quais um objeto é exemplo (transcendente). A mensuração de verdade no formismo está no “grau” de similaridade, na qual uma descrição tem de um objeto de referência (imanente), ou na correspondência entre a descrição e sua referência (transcendente).

Sendo assim, ao tratar o formismo imanente, Pepper descreve a diferença entre um particular, i.e. uma instância de uma “coisa” (objeto, organismo, etc.) e uma categoria, i.e. uma qualidade (cor, forma, etc.) que possui uma característica “universal”. Para essa hipótese de mundo, um particular pode conter um n número de qualidades, devendo ser observado que

certas qualidades excluem outras, e.g. uma folha amarela não pode ser azul ao mesmo tempo.

Para o formismo imanente, quando existem dois particulares com uma qualidade, é possível fazer uma relação, denominando-se a relação entre qualidades como carácter. Ainda mais, a caracterização de um particular, no formismo imanente, pode ser denominada atribuição. Dessa forma, Pepper nota que a intuição de similaridade suporta tal hipótese.

Dentro do formismo imanente, existe a teoria dos tipos, a qual evidencia que conceitos empregados na análise de outros conceitos não podem, eles mesmos, ser incluídos dentro dos conceitos analisados; e.g. o olho não pode ver o olho. Pepper nos faz notar que sua própria hipótese, de teorias de mundo, não seria aceita pela teoria dos tipos, pois ela desqualifica a meta-análise enquanto inútil por tratar de conceitos, em vez de “fatos concretos”. Pepper responde a tal “crítica” ao fazer outra analogia:

Pois um olho pode indiretamente ver-se em um espelho, e um telescópio pode ser focado em outro da mesma forma, de modo que os olhos e os telescópios se conhecem, por assim dizer. Além disso, como uma questão de senso comum de fato, nós parecemos conhecer nossas ferramentas analíticas, bem como o que analisamos por elas (...) (PEPPER, 1942, p. 157).

Ainda assim, Pepper aponta, a fim de sustentar sua própria posição, que existe valor em apreciar o instrumento de avaliação.

Retornando ao formismo imanente, um instrumento cognitivo poderoso gerado por tal hipótese é de classes, a qual pode ser definida enquanto uma coleção de particulares de uma ou mais características; havendo uma organização de classes, nós criamos uma classificação.

Referindo-se ao formismo transcendente, Pepper detalha que a metáfora raiz de tal hipótese de mundo vem de duas fontes próximas. Primeiro, de um artesão fazendo diferentes objetos, seguindo um mesmo plano ou pela mesma razão (Platão): ao fazer um sapato, um artesão pode utilizar couro diferente, ou ter habilidades diferentes durante o processo de fazer o sapato e, no entanto, sua similaridade não é revelada nos sapatos em si, mas no que os transcendem. Segundo, da observação de objetos naturais, aparecendo ou crescendo de acordo com um mesmo plano (Aristóteles): o crescimento de uma árvore de carvalho segue um plano uniforme, apesar de haver variações nas condições do crescimento, o que ocasiona diferentes árvores de carvalho.

Assim, mesmo diferentes as árvores, as categorias por elas alcançadas são a mesma e, mais uma vez, o que as assemelha as transcende.

Ambos, formismo imanente e transcendente, reconhecem a categoria de formas, sua aparência e a categoria de conexão entre a forma e aparência. A única diferença importante entre os formismos se refere ao conceito de normas do formismo transcendente, nas quais normas se referem a um grupo de características complexas, não presentes concretamente no particular, mas na ideia transcendente que organiza o real; como no exemplo já mencionado, é na ideia transcendental de sapato, pertencente ao artesanato, que se organiza a criação de um sapato concreto.

Pepper faz alusão às leis da ciência enquanto passíveis de ser interpretadas como normas transcendentais; e.g. um cientista consegue “prever” (ideia transcendental), partindo de leis da natureza que foram descobertas após terem sido observadas ocorrências regulares da natureza, propiciando, assim, a tais leis certo “controle” sobre os eventos no mundo. Portanto, seguindo tal linha de pensamento, o método indutivo pode ser concebido enquanto um procedimento desenvolvido a partir do conceito de norma transcendental.

O autor faz uma nota ainda que o conceito de lei seja inevitavelmente baseado em outra norma transcendental - a causalidade:

A causalidade é a determinação das características de certos elementos básicos por uma lei que é definida em movimento pelas características de outros elementos básicos que participam dessa lei. Uma lei, em outras palavras, é uma ponte de um conjunto de elementos básicos para outro conjunto, determinando as características de um conjunto por aqueles do outro (PEPPER, 1942, p. 176-177).

A teoria de verdade, que nasce do formismo, para Pepper, é a teoria da correspondência, na qual a verdade consiste da similaridade ou correspondência entre particulares, de acordo com certas convenções; e.g. o mapa rodoviário é considerado verdadeiro, caso assemelhe-se a partir de formas: (desenhos, ou outros; criados arbitrariamente e aceitos por meio de convenções) com as estradas que pretende representar com base em suas similaridades.

O autor considera, dessa forma, o empreendimento científico enquanto um exemplo do formismo, uma vez que o conhecimento alcançado por tal

método pode ser identificado como “descrições” de uniformidades empíricas observadas, que são, então, compreendidas e ligadas por meio de leis.

Formismo é descrito por Pepper enquanto uma forma dispersa de análise, na qual fatos são assumidos como não relacionados até que seja provado o contrário. Pepper considera tal sistema teórico e filosófico como, talvez, a hipótese de mundo mais velha, podendo-se relacionar tal visão de mundo até Platão (e, possivelmente, Aristóteles), os quais consideram que os fenômenos do mundo podem ser compreendidos ao designá-los às devidas classes e tipos.

1.1.2 Mecanicismo

O mecanicismo, de acordo com Pepper, é frequentemente chamado de “naturalismo” ou “materialismo” e, por alguns, de “realismo”, estando associado a Demócrito, Lucrecio, Galileu, Descartes, Hobbes, Locke, Berkeley, Hume, Reinchenbach e outros.

Para o mecanicismo, os eventos, objetos e até as leis da natureza são assumidos enquanto unidos e conectados (oposto ao formismo), estando integrados a partes de um sistema maior. A analogia básica do mecanicismo é aquela relacionada ao de uma máquina, tendo sua visão de mundo ao assumir que o mundo é organizado *a priori* em uma estrutura; i.e. o universo, o qual pode ser dividido em suas partes, contém um critério de verdade determinado com base em uma linguagem, avaliada por Pepper enquanto ambígua, que revela uma organização interna do universo.

Pepper nota que existem seis pontos específicos ao se estudar o mecanicismo: 1) localização (as partes da máquina no espaço/temporal); 2) qualidades primárias (uma descrição quantitativa da máquina); 3) leis que detêm configurações das qualidades primárias da máquina, ou leis primárias (a inter-relação das partes quantitativas da máquina); 4) qualidades secundárias (uma descrição qualitativa da máquina); 5) princípio para conexão das qualidades secundárias com as três primárias, ou categorias efetivas (a interação das partes qualitativa e quantitativa da máquina); e 6) leis, se alguma regula as qualidades secundárias, ou leis secundárias (a interação das partes qualitativas da máquina).

Em relação a isso, o autor considera que um materialista ignora os três últimos pontos descritos, sem, no entanto, reconhecer que a forma de percepção da matéria necessita de tais pontos. De outro lado, um idealista desconsidera os primeiros três pontos, sem, no entanto, reconhecer que sua descrição necessita se referir a seu oposto, a fim de se sustentar. Para Pepper, uma hipótese de mundo mecanicista deve tratar de todos os seis pontos descritos para que seja adequada.

A partir da análise de Pepper sobre o mecanicismo e os pontos levantados por esse autor, todas as evidências imediatas parecem ser, em sua natureza, de qualidades secundárias, suportando sua suposição a partir da corroboração com as atividades de organismos, especificamente com cada organismo individual que se diz ser consciente da evidência.

De tal forma, toda evidência é privada a cada organismo, de maneira que o conhecimento do mundo externo deve ser de origem simbólica e inferencial; e.g. imagens mentais e fatos externos. Sendo assim, posição inicial dos mecanicistas levou ao chamado dilema egocêntrico, i.e:

Parece que tanto a ideia e o objeto estão sempre dentro do organismo onde quer que a comparação direta possa ser feita. Pois se o objeto está fora do organismo, o organismo não pode estar ciente disso, pois, como parecíamos encontrar, todas as experiências imediatas são emergentes de configurações neurais dentro do organismo. Se o objeto do conhecimento, então, acontece estar fora do organismo, parece que a sua verdade nunca pode ser conhecida, uma vez que nunca pode ser alcançado para comparação direta com uma ideia que está dentro do organismo. O conhecimento do mundo externo, portanto, parece ser impossível (PEPPER, 1942, p. 223).

O critério de verdade pode ser considerado uma versão mais elaborada de verdade enquanto correspondência, comparada ao formismo, podendo ser melhor descrita como uma tentativa de verificação preditiva (predições); i.e. declarações assumindo a verdade a partir de uma organização de mundo que, após testada, pode ser generalizada para outros fenômenos semelhantes.

Pepper nota que um mecanicista busca ordenar o universo, primeiramente, observando suas partes independentes e, em seguida, verificando sua relação com outras partes distintas, de modo que aquilo que inicialmente é observado enquanto caótico, pode, possivelmente, ser analisado e compreendido dentro de um sistema preditivo.

Toda evidência possui, assim, natureza de qualidade secundária; no mecanicismo mais maduro, as qualidades primárias e todas as categorias primárias não são evidência, mas inferências ou especulações. Diante disso, a verdade é encontrada na correspondência entre o simbolismo (interno) e os objetos (externos). Tal posição, portanto, substitui a importância da verdade de uma frase ou fórmula para o poder preditivo que produz resultados esperados; i.e. sua capacidade de ser competente em alcançar efeitos proveitosos, não de natureza contextual (como será explicado adiante), mas de natureza nominalista, a qual implica um sistema de conexões causais entre estímulos ambientais e uma resposta correspondente do organismo.

Colocada de outra forma a ideia exposta no parágrafo anterior, um mecanicista descobre a natureza do universo: 1) notando as mudanças de qualidades secundárias privadas; 2) inferindo suas correlações com as configurações psicológicas que estão dentro do organismo; e 3) inferindo as características estruturais do campo externo (qualidades primárias) de seus efeitos na configuração interna do organismo. Essas configurações psicológicas são parte efetiva do campo cósmico (espaço-temporal) total, assim sendo, refletem sua estrutura diretamente.

Pepper nota que teóricos construtivistas relacionam a visão de mundo do mecanicismo com as propostas do positivismo e objetivismo, sendo que o próprio autor observa o mecanicismo enquanto oferecendo a base para a maioria dos projetos de psicologia cognitiva de seu tempo, e.g. Titchener.

A pesquisa mecanicista dominou, pois, áreas como a da psicologia e educação, buscando e oferecendo uma tradição de modelos hipotéticos, que propiciam a possibilidade de predizer o futuro.

1.1.3 Organicismo

O organicismo é comumente chamado de idealismo absoluto ou objetivo; é associado a Schelling, Hegel, Green, Bradley, Bosanquet, Royce, dentre outros, de acordo com Pepper.

A metáfora raiz do organicismo tem como analogia básica o desenvolvimento orgânico, tendo seu critério de verdade alcançado por meio

da coerência; i.e. quando um fragmento de informação encontra seu nexos a uma teoria mais completa e, então, é livre de contradições.

Deve, assim, ser notado que a verdade coerentista de um organicista depende da quantidade de fatos alcançados. Conseqüentemente, existem graus de verdade, dependentes da quantidade de informações (fatos) disponíveis, devendo ser salientado que são os fatos que estabelecem o padrão final de verdade para tal hipótese.

Organicistas têm uma visão de mundo na qual eventos e/ou fenômenos são integrados como um organismo que é vivo, cresce e muda, sendo que a verdade é obtida por meio de um sistema de crença. Portanto, com o seu desenvolvimento e/ou acumulação de conhecimentos, será possível compreender mais eventos e/ou fenômenos, levando, ultimamente, a uma completa e absoluta compreensão.

Tal qual os mecanicistas, os organicistas consideram todos os fatos do mundo interconectados; todavia, diferentemente dos mecanicistas, os organicistas não consideram o sistema total (o universo) como uma mera coleção de partes, mas sim, enquanto um sistema na qual as partes só fazem sentido se relacionadas ao todo.

O fluxo é uma característica intrínseca do sistema orgânico, de tal forma que os organicistas aceitam o novo e a mudança enquanto naturais; também, a estabilidade e a constância devem ser estudadas e explicadas.

Os organicistas acreditam que todo evento no mundo é semelhante a um processo orgânico, no qual, por meio de observação minuciosa de qualquer processo no mundo, será exibida sua estrutura orgânica, com base em alguns processos: uns mais claramente, outros nem tanto.

As categorias do organicismo consistem, de um lado, nos passos envolvidos no processo orgânico e, de outro lado, nas principais características da estrutura orgânica, ultimamente alcançada ou realizada. Assim, esta última é sempre o ideal buscado pelo processo progressivo de desenvolvimento e acumulação de conhecimento.

Essa oposição entre o que pode ser chamado de categorias progressivas e categorias ideais é uma característica quase que impossível de se desarraigar do organicismo. Parece ser uma fonte de suas dificuldades, uma vez que as categorias ideais deveriam ser as únicas buscadas pelo

organicismo; todavia, sem as categorias progressivas, a teoria perderia sua abrangência.

A oposição das categorias acima notadas é o que os organicistas chamam de Aparência e Realidade⁹, na qual a categoria progressiva poderia ser relacionada à aparência e a categoria ideal, à realidade.

Segundo Pepper, existem sete subcategorias no organicismo: (1) fragmentos da experiência da forma como ela aparece; (2) nexos, conexões ou implicações, as quais espontaneamente levam a um resultado de agravação de (3) contradições, oposições, ou contra-ações, a fim de resolver (4) o todo orgânico, o qual pode ser encontrado em (5) fragmentos implícitos; e (6) prévias contradições transcendentais, que surgem por meio da coerência total, a qual (7) economiza, salva, preserva todo o fragmento original da experiência, sem perdê-la. As categorias 1 a 4 constituem o grupo progressivo e as categorias 5 a 7, o grupo ideal.

Considerando-se a característica de organização do organicismo, sempre se parte de aspectos não explicados (fragmentos) para a integração. É interessante notar que esse processo de integração só é compreendido pelo cientista ao fim de sua organização (nexo), que, de acordo com um organicista, é alcançado por meio de um impulso interno dos próprios dados, não dependendo de figuras históricas (*um* cientista em particular) para ser alcançado.

O processo para a integração, no entanto, não é um suave e contínuo caminho, mas sim, uma trilha fragmentada que produz contradições em seu rumo em direção à integração, devendo ser notado que esse é um processo imutável (passado) e irreversível (futuro) para um organicista.

⁹Claramente, uma referência ao trabalho de Bradley (1969). De acordo com esse autor, o objetivo da metafísica é compreender a realidade e encontrar uma maneira de pensá-la, de forma que não seja contraditória. Isso porque Bradley avalia a realidade enquanto consistente e compatível consigo mesma e a aparência, enquanto possivelmente inconsistente e/ou contraditória. O autor argumenta que as qualidades primárias são reais; já as qualidades secundárias, aparentes. Bradley nota que a prova ontológica para a existência de uma realidade perfeita existe, pois há a ideia de perfeito, de maneira que tal ideia não poderia surgir, caso já não existisse na experiência (e.g. harmonia). Bradley argumenta que a verdade efetiva-se à medida em que um princípio está de acordo com a realidade. Segundo Bradley, a existência não é a mesma coisa que a realidade, pois a existência é somente uma forma de aparência da realidade, sendo as aparências verdadeiras ou falsas, dependendo de sua relação com a realidade absoluta.

Como já apontado, os organicistas sempre buscam a integração orgânica como um todo, sendo que Pepper notou graus para a organização: (1) graus de inclusão ou o quanto uma teoria consegue abranger; (2) graus de determinação ou o quanto uma teoria consegue prever; e (3) graus de organicidade ou o quanto uma teoria é progressivamente mais integrativa.

Apesar de apresentar características dogmáticas, e.g. o progresso identificado como a imutável acumulação de conhecimentos, em direção à integração orgânica de capacidade preditiva, Pepper avalia que a força do organicismo está no fato de que seus argumentos foram desenvolvidos a partir da análise de evidências (transcendência), bem como na força acumulativa de tal análise - que leva em consideração o processo conflitivo de construção de conhecimento (implícito). O resultado de tal perspectiva é que nada é perdido (economia), i.e. a indeterminação de um dado é esperado e, assim, determinado por uma teoria organicista.

Exemplos de empreendimentos de pesquisa baseadas na metáfora do organicismo podem ser vistas nas teorias desenvolvimentais da aprendizagem e psicologia, como o trabalho de Piaget, o qual é baseado em estágios de desequilíbrio e equilíbrio.

1.1.4 Contextualismo

O contextualismo é também conhecido como “pragmatismo” ou “pragmaticismo”, estando associado a Peirce, James, Bergson, Dewey, Mead, entre outros, de acordo com Pepper.

Para a hipótese contextualista, o evento histórico, enquanto experienciado intuitivamente, durante o processo e em um contexto específico, envolve uma ação específica, bem como atores/agentes específicos que formam a analogia básica do contextualismo.

De acordo com Pepper, um evento histórico real, em sua atualidade, é um evento dramático e dinâmico, tal como um “ato¹⁰”, o qual tem seu devido contexto simbólico dado. Para o contextualismo, atos ou eventos são intrinsecamente complexos e compostos de diversos padrões e atividades

¹⁰Considerado aqui como uma referência a um ato teatral.

inter-relacionadas, continuamente mudando, por isso, devem ser utilizados somente verbos para descrevê-los¹¹.

O contextualismo, como o organicismo, é um tipo sintético de teoria de mundo, diferente das teorias analíticas, como o mecanicismo e o formismo. A analogia que Pepper relaciona ao contextualismo é também aquela referente a uma “trama” dentro de um dado livro, havendo “incidentes reais”.

Pepper observa que existem categorias que derivam do que pode ser chamado um dado evento total. Uma vez que um evento é algo rico e concreto, na qual as características do evento se interpenetram, há um grau de arbitrariedade ao selecionar uma característica sobre outra.

No contextualismo, as categorias de um evento devem ser categorizadas de forma a não excluir do mundo qualquer grau de ordem que pode ser encontrado a partir da desordem (podendo até levar à desordem novamente). Assim, há um senso de mudança e novidade no contextualismo, que é negado por outras hipóteses de mundo, de tal modo que até se aproxima do ceticismo, mas o evita ao afirmar a realidade da estrutura de um dado evento.

Dessa forma, as categorias do contextualismo são denominadas por Pepper como “mudança” e “novidade”. Quando especificamos ainda mais as categorias mencionadas acima e buscamos observar detalhes dentro delas, alcançamos o que Pepper classificou como “qualidade” e “textura”:

(...) a qualidade é aproximadamente seu significado total, sua textura, aproximadamente, as palavras e as relações gramaticais que a compõem. Generalizando, a qualidade de um dado evento é sua totalidade intuitiva ou caráter total; a textura são os detalhes e as relações que compõem esse caráter ou qualidade. Os dois são separáveis inseparáveis, embora em diferentes eventos um ou outro pode ser o mais proeminente. (PEPPER, 1942, p. 238).

Qualidade, diante disso, se refere à propagação de um evento no tempo, sua contínua mudança (i.e. o presente é um fluxo contínuo de mudança entre o passado e o presente) e seus graus de fusão com as características da textura. Textura se refere às referências (linguísticas e/ou imagens relacionadas), espectros de um evento que se relacionam diretamente à qualidade, seu

¹¹Para um contextualista, o material simbólico utilizado pelo homem, como linguagem, mapas, ou outros, é concebido enquanto ferramenta utilizada para o controle bem-sucedido da natureza, não um espelho da natureza, como os coerentistas defendem.

contexto significativo. Colocado de outra forma, qualidade é a totalidade intuitiva de um evento; ou personagem e textura são seus detalhes e relações que constroem um evento ou personagem.

O autor, dessa forma, nota também que existe um sistema de conceitos, que são elaborados com o intuito de lidar com as categorias acima mencionadas, as quais são: linearidade - o movimento de iniciação que, por meio de direção, busca a satisfação; referência convergente, uma referência linear complexa nas quais diversas iniciações convergem em uma satisfação ou diversas satisfações derivam de uma iniciação, e.g. a experiência comum de similaridade; bloqueio - quando há uma falha entre a iniciação direcionada e a satisfação; instrumentalidade, uma ação que é tentada com o objetivo de alcançar um fim desejado, buscando superar um obstáculo que bloqueia uma satisfação. Alguns contextualistas se interessam particularmente nas referências instrumentais, sendo chamados de instrumentalistas.

É interessante notar que, para um contextualista, o processo de dar nome a características de um evento ou personagem não tem significância em si mesmo, somente no propósito que se busca alcançar, ao tentar classificar o que se pesquisa.

O critério de verdade do contextualismo tem, em sua base, como em sua teoria, a ação e a busca pela satisfação de um objetivo lançado; colocado de outra forma, a verdade, para um contextualista, é o resultado que se busca alcançar por meio da instrumentalidade. Tal resultado pode efetivar-se na forma de um “trabalho bem-sucedido”, quando a verdade é concebida a partir de sua utilidade ou funcionalidade; uma “hipótese verificada”, quando a verdade é tomada como a verificação operacional, na qual há um levantamento de uma hipótese e, em seguida, é alcançado o resultado esperado (ou não); ou por meio de uma “confirmação qualitativa”, na qual a verdade alcançada lança uma hipótese (científica ou filosófica) sobre a estrutura do mundo, ou sobre a perspectiva observada, enfim, sobre o homem que a percebe.

Sistemas contextuais da filosofia podem ser vistos na filosofia de Willian James, considerado por Pepper como um pragmatista, o qual assume que o evento e/ou fenômeno do universo pode ser compreendido pelo reconhecimento de que todos os eventos são únicos. Dessa forma, devem ser relacionados ao contexto específico, em que se busca compreender um dado

fato, considerando que tal fato tinha outra forma antes de ser estudado e que, depois de estudado, pode assumir ainda outra forma, como num fluxo de um rio.

1.1.5 Comparações entre as quatro hipóteses

Pepper considera que as quatro hipóteses, apresentadas anteriormente, podem ser arrançadas em dois grupos, Formismo e Mecanicismo, enquanto teorias de mundo analíticas, e Contextualismo e Organicismo, enquanto teorias de mundo sintéticas; não que teorias analíticas não reconhecem e interpretam a síntese e que teorias sintéticas analisam, mas que as bases factuais ou *danda* das teorias analíticas focam na natureza dos elementos ou fatores. Desse modo, a síntese se torna algo derivado e não um fato básico, à medida em que os fatos básicos ou *danda* das teorias sintéticas são complexos ou contextuais, de forma que a análise se torna algo derivado. Existe, dessa maneira, uma polaridade entre esses dois pares de hipóteses, bem como uma polaridade entre membros do mesmo par.

Formismo e Contextualismo são, em suas amplitudes, teorias dispersivas; ao passo que o Mecanicismo e Organicismo são teorias integrativas. Assim, a análise é tratada dispersamente pelo formismo e integrativamente pelo mecanicismo; a síntese é tratada dispersamente pelo contextualismo e integrativamente pelo organicismo.

Colocado de outra forma, as categorias do formismo e contextualismo seguem, de tal forma (de modo geral), que fatos são tomados um por um de quaisquer fontes que venham a emergir e são interpretados da maneira como são vistos, sendo, assim, deixados. Ou seja, o universo tem, por essas teorias, o efeito geral ou múltiplo de fatos, em vez de esparsamente dispersos e não necessariamente determinando um ou outros em qualquer grau considerável.

O cosmos, para essas teorias, não é altamente sistemático, devendo ser notado que a própria palavra “cosmos” não é apropriada por tais abordagens, uma vez que eles reconhecem sistemas enquanto algo imposto sobre partes do mundo por outras partes. Nesse contexto, existe uma resistência cósmica inerente para determinar ordem no mundo, bem como uma tendência a impô-las, avaliada como puro acaso cósmico ou não predicabilidade. É, assim, um

conceito consistente com essas teorias, mesmo se não voltadas ou enfatizadas por um teórico particular, de acordo com Pepper.

Para as categorias do Mecanicismo e Organicismo, Pepper coloca um conceito cósmico de acaso, que é inerentemente inconsistente, sendo velado ou afastado por meio de explicações em quaisquer ocasiões nas quais elas emergem. Se nada melhor pode ser feito em tais circunstâncias, elas são, então, correlacionadas em certas áreas restritas do mundo, onde o casual é declarado previsível, possivelmente, de acordo com alguma "lei" de probabilidade.

Para essas duas teorias, o mundo aparece literalmente como um cosmos onde fatos ocorrem em uma determinada ordem e onde se é conhecido o bastante. Eles podem ser previstos ou, pelo menos, descritos enquanto sendo necessários somente no que eles são em seus mínimos detalhes.

Para esse paralelismo, outros seguem: um tipo de inadequação, nas quais teorias dispersas são tratadas como indeterminadas; ou lhes faltando precisão, ao passo que há tipos de inadequação em que as teorias integrativas são tratadas enquanto faltando abrangência.

Pepper descreve que um contextualista não tende a denominar algo enquanto irreal, exceto em situações polêmicas ou irritações contra *danda* ou outro filósofo, uma vez que qualquer fato é facilmente real para um contextualista. Da mesma maneira, um formista - apesar de historicamente muitos formistas terem tendido a chamar aquilo que eles encontram de ordem determinada no mundo como real e aquilo que eles achavam de não-ordenado como irreal - não precisa se sujeitar a essa confusão e seu pensamento foi frequentemente melhor que sua nomenclatura.

Os formistas tratavam aquilo que eles chamavam de irreal como uma agência cósmica e faziam, assim, sem nenhuma inconsistência categórica, apesar de alguma ambiguidade verbal. Dessa forma, Pepper nota se teorias dispersas não têm problema com abrangência; eles constantemente enfrentam a dificuldade com os números de igualmente consistentes interpretações em que um único "fato" é acessado.

Então, o autor avalia que a imaginação filosófica entre eles é mais bem controlada, mas não suficientemente para produzir precisão, sendo tal

problema relativamente mais agudo no formismo, em que, como no animismo, tende a infelizmente aumentar a informação adicionada sobre um “fato”, em vez de diminuí-la. No contextualismo, o oposto tende a ocorrer; quanto mais nós sabemos sobre um “fato”, mais determinada se torna a descrição, de tal forma que Pepper avalia o contextualismo enquanto tendo a maior promessa de adequação.

O autor mostra que a falta de precisão e a promessa do formismo tornam essa teoria aparentemente menos adequada das quatro teorias descritas, de maneira que ele é tentado a abandonar tal teoria de mundo da lista, se não fosse pelo forte sentimento de certeza que está associado a tal metáfora raiz, especificamente, a intuição de similaridade.

Nenhuma outra metáfora raiz é favorecida com tal força de certeza, de maneira que seus críticos comparam sua insistência àquela de uma experiência mística. Pepper avalia que tal sentimento pode ser inteiramente ilusório, no entanto, observando as categorias do formismo, é possível apreciar o grau de adequação; as interpretações de similaridade, dadas por tais teorias, aparentam esticadas. O autor acredita que o sentimento deveria ser aceito enquanto evidência de alguma adequação e permitido para reforçar o indeterminismo das categorias do formismo.

Assim, o autor trata o mecanicismo e o organicismo como teorias que constantemente tentam jogar “fatos” fora do irreal; das duas mencionadas, organicismo, para Pepper, aparenta ser a teoria mais fraca. Diante disso, quanto mais ele estuda suas categorias, mais, a partir de suas observações, percebe que pregam uma dicotomia entre aparência e realidade. Um sábio organicista trata o mínimo possível de “aparência”, mas, mesmo os mais sábios não podem abandoná-la totalmente. Em um grau menor, o mesmo aparenta ser o mesmo para o mecanicismo, de acordo com Pepper.

As duas teorias mencionadas acima têm, assim, certa afinidade com o misticismo, ao desejar, talvez forte demais, estabelecer uma determinada ordem em tudo, de modo que negam a realidade de várias coisas. Mesmo assim, contrariamente ao misticismo, o autor se espanta em relação ao quanto tais teorias conseguem ordenar as coisas, sendo possível, na retórica de tais autores, demonstrar que realmente o universo inteiro é determinado por certa

ordem. Tais teorias dispersivas estão somente se aproveitando da ignorância humana; da mesma forma, as teorias dispersivas respondem que as teorias integrativas estão simplesmente se aproveitando da propensão à racionalização e sublimação humana.

Pepper sugere que existe a possibilidade do mecanicismo e formismo se combinarem, uma vez que, no que o formismo é forte, o mecanicismo é fraco; assim, as duas teorias são simpáticas à analítica, porém, uma vez juntas, as categorias de cada teoria podem competir por soberania, deixando para o futuro observar tal possibilidade e seus resultados.

O autor também percebe uma forte tendência para o mecanicismo e o contextualismo se combinarem, uma vez que muitos pragmatistas de sua era e alguns mecanicistas exibiram tal combinação em várias proporções, observando as duas teorias enquanto complementares de várias maneiras. Assim, o mecanicismo dá uma base e substância à análise contextualista, sendo que o contextualismo oferece vida e realidade à síntese mecanicista. Pepper avalia, entretanto, que a mistura entre essas duas teorias de mundo pode causar mais dano do que compensar.

Contextualismo e organicismo são avaliados por Pepper enquanto sendo próximos ao ponto de quase serem chamados de mesma coisa; uma, com um plano dispersivo; a outra, com um plano integrativo. O pragmatismo frequentemente foi chamado de idealismo absoluto sem um absoluto; então, considerando tal descrição aproximativa, isso é aceitável para Pepper. De acordo com este último, Dewey demonstra em seu trabalho um ecletismo contextualista-organicista, bem como uma pouca ênfase no integralismo final no organicismo, uma característica que Pepper dá a Royce.

Pepper aponta, ainda, que o formismo e o organicismo são especialmente hostis um ao outro, pois um critica a outra teoria por ser “linear” ou “atomicista” e, em resposta, a outra teoria critica a anterior por ser “psicologizada” e confusa.

1.2 Considerações referentes ao *World Hypotheses*

Apesar de Pepper poder ser considerado um estudioso, que tratou de assuntos que possuem certo valor para a reflexão do conhecimento e prática, o

pensamento de tal autor não foi perseguido ou mesmo reconhecido por grande parte dos filósofos de sua era. Pode-se levantar a hipótese de que a não aceitação pode estar relacionada ao tempo em que o autor expôs suas ideias, quando a maioria dos estudiosos dos E.U.A. começaram a seguir uma filosofia analítica “britânica”, no que pode ser retratado enquanto filosofia *Weltanschauung*¹².

É possível considerar que Pepper, em *World Hypotheses*, tentou corrigir e contextualizar linhas de pesquisa do pragmatismo, em um momento histórico, em que o pragmatismo estava perdendo espaço para o positivismo lógico (Stroud, 2015).

O pragmatismo de Pepper pode ser caracterizado enquanto metafísico ao buscar soluções para o processo cognitivo humano e a diversidade da experiência humana em um nível individual.

O conceito de hipótese de mundo já havia sido tocado em outro texto, com o título de “*The Philosophy of Criticism*”¹³, no qual o autor tentou fazer ligações entre visões metafísicas do mundo e o criticismo. No artigo previamente mencionado, o autor tratou sobre teorias metafísicas a respeito do mundo, o que serviu de base para o desenvolvimento do livro “*World Hypotheses*”, no qual Pepper tratou de questões referentes ao processo de significação e às formas de ver o mundo.

Pepper, assim como outros autores pragmatistas, trabalhou a questão de como o mundo do senso comum é refinado em conhecimento criticável; *World Hypotheses* foi seu livro escrito para tratar sobre características que o autor considerou relevantes, uma vez que, de Aristóteles até Hegel, é possível observar que existem diferentes visões para lidar com o mundo. No entanto, como Pepper observou, “fatos científicos” são influenciados (em sua “base”) pelas hipóteses de mundo, como o autor demonstra em seu livro.

¹²Weltanschauung pode ser traduzido por “visão de mundo”. Tal conceito está intimamente ligado a uma concepção compreensiva do mundo e o lugar da humanidade dentro deste último, bem como está conectada ao trabalho de Wilhelm Dilthey, o qual buscou estabelecer um método de análise (interpretação) e um grupo de soluções (relacionadas a uma concepção mais abrangente e contextual do mundo) para os problemas que envolvem as ciências humanas.

¹³ Pepper 1937; 1963.

Para o autor, ao se atentar para essas visões de mundo, é possível que nos orientemos no processo de explicação e análise dos detalhes do “fato”, uma vez que, dependendo da hipótese de mundo que um estudioso segue, é possível indicar quais outros “fatos” irão diretamente corroborar a uma dada afirmação com precisão ou abrangência, por meio do que Pepper já tratou como corroboração estrutural.

As preocupações de Pepper, expostas em *World Hypotheses*, implicam em uma tentativa de relacionar uma ontologia junto a uma epistemologia, a partir de uma visão metafísica, ao assumir o papel compreensivo das hipóteses de mundo. Sendo assim, a fim de melhor visualizar sua hipótese, Pepper nos apresenta o seguinte gráfico:

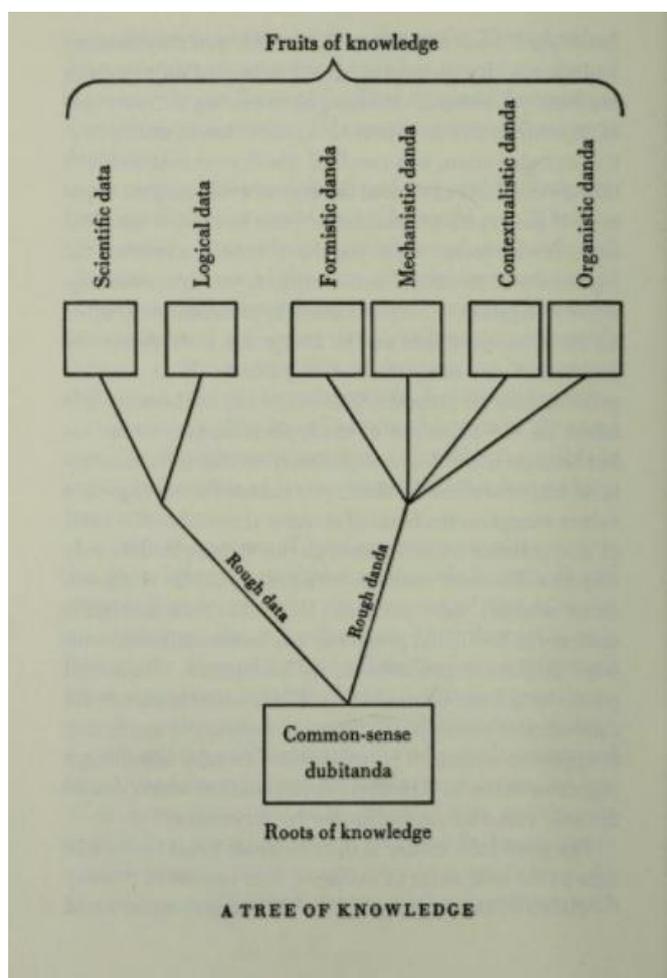


Figura 01. Uma árvore do conhecimento

Pepper identifica quatro formas relativamente adequadas de visões de mundo e combate formas inadequadas, e.g. o dogmatismo e o ecletismo, estabelecendo, assim, bases e padrões aceitáveis, relacionadas à

racionalidade lógica, criticidade e evidências (corroborativas). Nesse contexto, considera que as formas inadequadas se fecham contra um diálogo (dogmatismo) ou transformam um diálogo em algo confuso (ecletismo).

Outra visão que o autor considera enquanto infrutífera é o ceticismo, salientando que uma posição de que “o ceticismo total leva ao dogmatismo, e o dogmatismo leva ao ceticismo total” (PEPPER, 1942, p. 16). Dessa forma, pode se posicionar (Pepper) enquanto um pragmatista, em relação à verdade, na qual aquilo que demonstra um suporte e oferece utilidade ou traz benefícios para o empreendimento de acumulação e desenvolvimento do conhecimento é reconhecido enquanto verdade.

O caminho do meio, para Pepper, entre o dogmatismo e o ceticismo, é sua concepção de metáfora raiz, ao tentar oferecer uma compreensão do desenvolvimento do conhecimento que parte de sua base, argumentando que se pode retroceder toda a evolução de um dado conhecimento a uma experiência humana mais “básica”. Dessa maneira, serve para iluminar o caminho da compreensão de fatos e eventos mais “complexos”, ou seja, expressa, assim, uma função orientadora do conhecimento.

A posição cética, acima mencionada, parece estar relacionada à metáfora de que o conhecimento é construído como um edifício; sendo assim, é mais fácil “destruir”, isto é, ter uma posição cética de dúvida, do que se esforçar por construir o conhecimento. Pepper, no entanto, considera que, cognitivamente falando, é mais fácil construir do que destruir, pois o aparato cognitivo está em um processo incessante de “fazer sentido” do mundo¹⁴, enquanto que uma posição de “dúvida”, referente ao que faz sentido, é algo que é alcançado por meio da experiência e esforço científico. De tal forma, o autor valoriza em seu livro uma posição parcialmente cética, mas não vê “uso” para uma posição absolutamente cética, pois de acordo com ele, o cético absoluto persiste na busca do questionamento sem, no entanto, oferecer um suporte cognitivo adequado às suas críticas; em outras palavras, não busca construir o ônus da prova.

1.3 Selecionismo enquanto quinta *World Hypotheses*

¹⁴É interessante notar que tal posição se conforma com as atuais teorias cognitivas da formação de “sentido” do mundo; para mais detalhes, ver Kurby & Zacks (2008).

Considera-se relevante observar que, mais tarde, em sua carreira, Pepper começou a articular e defender uma teoria metafísica própria, a qual foi por ele denominada como “selecionismo”, propondo-o como uma quinta *World Hypotheses*, talvez, em um desejo de contribuir originalmente para a filosofia da ciência. Sendo assim, o autor colocou que o selecionismo poderia ser concebido como uma revisão radical do contextualismo (Pepper, 1958 e 1967).

É debatida a “validade” ou importância dessa quinta hipótese de mundo, dentro do contexto da produção de Pepper, uma vez que críticos descrevem essa quinta hipótese de mundo enquanto uma síntese do contextualismo e, logo, não uma nova *World Hypotheses* (Harrel, 1982). Sendo assim, a avaliação se tal posição se classifica ou não enquanto uma hipótese de mundo não é o objetivo do atual trabalho, no entanto, considera-se importante apresentar a contribuição do autor e, subsequentemente, levantar algumas considerações.

Pepper apresenta o selecionismo em suas obras *The Sources of Value* (As Fontes do Valor) e *Concept and Quality* (Conceito e Qualidade). Similarmente às outras hipóteses de mundo, o selecionismo é baseado em uma analogia ou metáfora raiz, que se percebe no âmbito do senso comum; o ponto em que seres humanos (inteligentes e “normais”) se engajam em atividades voluntárias e intencionais.

De acordo com o autor, a maioria dos comportamentos humanos tem a intenção de ser “apetitivas” ou “aversivas”. Uma ação apetitiva é quando um indivíduo busca intencionalmente algo que lhe satisfaça, enquanto que uma ação em que indivíduo busca evitar experiências negativas ou dolorosas pode ser denominada como um ato aversivo.

A descrição do propósito de uma ação pode ser alcançada por meio de duas vias, de acordo com Pepper; com base no método introspectivo, um método qualitativo para o autor, e o segundo, uma extrapolação realizada por uma terceira pessoa, um método conceitual para o autor.

Ainda de acordo com o autor, um ato possui várias características, como: um resultado ou objetivo; uma motivação ou impulso, que é normalmente feito de uma série de estágios ou atos subordinados. Estes últimos mencionados podem ser antecipados pelo indivíduo, que pode

encontrar alternativas para localizar o mesmo objetivo, podendo aprender com erros passados e buscar alternativas (dependendo do caso). Outro componente do ato intencional, de acordo com Pepper, é que existem objetivos subordinados, os quais devem ser alcançados, a fim de se conseguir um objetivo último ou final – deve-se notar que, a cada sucesso dos objetivos subordinados, é alcançada uma “quiescência” (homeóstase, equilíbrio ou descanso).

Pepper salienta a importância da motivação enquanto moduladora dos “meios” e “fins” para alcançar algo, de forma a criar uma dinâmica dividida, partilhando o impulso dos meios, a fim de se alcançar algo até o fim desejado. O autor ainda comenta que uma dinâmica dividida é o resultado de tentativas de sucesso, observando-se que, se há uma falha, o indivíduo busca outros caminhos, com o intuito de alcançar o objetivo final, no qual a falha é abandonada enquanto tentativa, mas guardada enquanto aprendizagem.

A seleção de comportamentos corretos que asseguram a sobrevivência em situações futuras é um processo sistemático, o qual Pepper denominou como selecionismo. A seleção de atos subordinados ou tentativas é o que um indivíduo faz quando confrontado com a busca de um objetivo em um novo ambiente. Para Pepper, o selecionismo de tentativas e erros é uma atividade intencional inerente, i.e. uma técnica instintiva de ações que ocorrem quando um indivíduo é bloqueado de alcançar um objetivo ou a motivação para quiescência. A atividade de tentativas e erros é necessária, para Pepper, a fim de guiar a atividade do indivíduo na obtenção de certos fins, baseados na dinâmica de necessidades específicas, originando o processo do selecionismo.

A descrição da estrutura do ato intencional, o qual foi evidenciado acima, encaixa-se na explicação conceptual do comportamentalismo de Skinner (1953), o qual possui características do selecionismo. Tal filosofia da ciência¹⁵ evidencia-se quando certos comportamentos são selecionados para entrar no repertório de um indivíduo, de maneira que o comportamento alcance algum tipo de “reforçamento” (ganho subjetivo ou evolucionário).

¹⁵Skinner (1953) estabelece em seu livro o comportamentalismo enquanto uma filosofia da ciência psicológica.

A descrição de Pepper, no entanto, foca na delimitação introspectiva, qualitativa, da atividade comportamental (motivações), bem como uma descrição objetiva e quantitativa do comportamento (atos/ações). Tais processos podem explicar como um organismo se engaja em ações que possuem um propósito, mudando de um estado de motivação para um estado de quiescência.

Para Pepper, o dualismo da natureza qualitativa da experiência (observado por um observador internamente), assim como a análise conceitual (realizada por um observador externo), entre o método científico e o estético, se torna natural e inerente, visível no selecionismo da estrutura do ato intencional. A abordagem expressa a posição do autor frente à sua forma característica de compreender o mundo, de maneira que o selecionismo, enquanto hipótese de mundo, se apresenta como um método de alcançar o conhecimento possível de ser realizado por cientistas e filósofos, de forma igualitária.

Outro ato intencional identificado por Pepper foi o ato aversivo, no qual indivíduos se engajam na busca de evitar experiências dolorosas. Tal ato difere do ato intencional, uma vez que este é movido a fim de alcançar um objetivo final, ao ponto que o ato aversivo é buscado para se afastar de um objetivo final, avaliado como negativo pelo indivíduo, sendo alcançado um estado de quiescência quando é afastado o medo de uma situação dolorosa. Similar ao ato intencional, o ato aversivo segue um processo de selecionamento de ações subordinadas, por meio de tentativas e erros, baseados na dinâmica dividida já apresentada¹⁶.

Foi assim apresentado o selecionismo de Pepper, em sua forma mais simples, e a metáfora raiz do ato intencional, bem como as estruturas de dois tipos de atos intencionais, demonstrando que essas estruturas podem ser conhecidas, descritas e compreendidas em termos qualitativos e conceituais enquanto aspectos inatos da atividade intencional. A dinâmica da divisão de

16 É interessante notar que tal a busca por objetivos prazerosos e fuga de experiências aversivas se assemelha ao “princípio do prazer” de Freud (1920), que estabelece que o indivíduo busca a satisfação imediata de todas as necessidades, desejos e impulsos, de maneira que, quando essas necessidades não são satisfeitas, o resultado é um estado de ansiedade ou tensão, do qual o indivíduo busca fugir.

ambos os atos seleciona comportamentos e impulsiona a um estado de quiescência.

Pepper comenta que, no campo da ética, o selecionismo ocorre dentro de nossa compreensão de verdade, beleza e valor, podendo tal hipótese de mundo prover um método de entendimento do mundo em termos humanos (de felicidade e sobrevivência). Diante disso, é possível analisar questões referentes a ajustes sociais, como motivação, intenção, liberdade humana, individualidade vs. bem coletivo, estética, entre outros.

Não é objetivo do atual trabalho apresentar a proposição e análise social de Pepper, mas sim, suas hipóteses de mundo, de tal forma que não serão aprofundados, em maiores detalhes, os sistemas apresentados em “Conceito e Qualidade”, referentes ao selecionismo de valores e éticas, feito em tal obra. A seguir, será oferecida uma breve crítica à natureza e identidade do selecionismo.

1.3.1 Crítica ao selecionismo enquanto hipótese de mundo

Existem duas grandes questões ao se examinar o selecionismo de Pepper; a primeira é se tal hipótese pode ser utilizada para explicar a natureza do mundo e a segunda é referente à originalidade do selecionismo enquanto hipótese de mundo. O próprio Pepper, em seu livro, *Conceito e Qualidade* (1967, p. 2), comenta que o selecionismo pode, possivelmente, ser uma versão radial do contextualismo.

E, para responder ao primeiro questionamento, pode ser observada uma ênfase dada a qualidades sensíveis; é o ponto que leva ao entendimento do selecionismo enquanto uma forma mais profunda de contextualismo.

Uma vez que Pepper apresenta uma teoria, que contraria o pensamento filosófico da ciência moderna, salienta a sensação como possivelmente mais importante que a cognição, um ponto extensamente coberto em *World Hypotheses*. No entanto, é pouco desenvolvido em *Conceito e Qualidade*, sendo explorado de forma mais ampla a tendência de Pepper a estudos da estética¹⁷, prejudicando, possivelmente, o desenvolvimento do selecionismo

17Exemplos: Pepper, 1937a; 1937b; 1946; 1952; 1965; 1968; e 1970.

para a interpretação de eventos do mundo, que não podem ser comparados à experiência subjetiva humana de significação, como é o ato intencional.

O próprio Pepper (1960, p. 13) expõe o exemplo do arco reflexo enquanto incongruente e não passível de ser explicado pelo ato intencional do selecionismo. Deve ser notado que o argumento, anteriormente exposto, pode ser corroborado também pelo fato de que Pepper, em *Conceito e Qualidade*, aplicou o selecionismo somente em sistemas humanos, e.g. ajuste social, demonstrando sua falta de abrangência ao lidar com estruturas não orgânicas.

Então, a fim de responder ao segundo questionamento, deve ser notado que, em seu livro, *World Hypotheses*, Pepper apontou que as hipóteses com maior potencial de adequação poderiam se encontrar entre o mecanicismo e o contextualismo, sendo o selecionismo uma aparente síntese de uma evidente dinâmica do ato intencional, com ênfase na interação entre indivíduos e seus ambientes, comum do mecanicismo; e a evidente noção de que o ato intencional pode ser qualitativamente sentido e descrito, comum do contextualismo.

O autor, no entanto, se esforçou para que o selecionismo não tivesse características de ecleticismo, estabelecendo tal hipótese com sua metáfora raiz própria (o ato intencional), uma vez que Pepper critica o ecleticismo por ser fragmentado, sem direção e com curto período de “vida”.

A partir das respostas levantadas anteriormente, é posição desse autor que, apesar de interessante, o selecionismo não pode ser aceito enquanto uma hipótese de mundo adequada, tomando-se uma posição mais rigorosa quanto aos próprios conceitos, previamente lançados pelo autor em *World Hypotheses*.

1.4 Considerações referentes às teorias historicistas da racionalidade científica e o *World Hypotheses*.

É aceito dentro da comunidade científica que a história, significando aqui historiografia, referente ao estudo e descrição da história, eclipsa os mitos, tendo a filosofia da ciência orientada a partir de meados de 1950, por “historicistas” como Thomas Kuhn, N.R. Hanson, Mary Hesse, Imre Lakatos, Paul Feyerabend, Stephen Toulmin, Dudley Shapere, Larry Laudan, Ernan Mc Mullin, e Michael Ruse, os quais demonstravam (e estudavam), por meio de

descrições da história, as mudanças resultantes da acumulação do progresso científico.

É interessante notar que, em seu ponto mais radical, Kuhn fez um paralelo entre revoluções políticas dentro de um âmbito da comunidade científica, comentando que, em um sentido individual, cientistas podem ser comparados a conversas religiosas, nas quais diferentes lados de um debate paradigmático vivem em “mundos diferentes” (KUHN, 1970, cap. 10), semelhantemente ao que Pepper apontou em seu trabalho. Isso é contrário aos positivistas e ianos, que defendiam uma filosofia da ciência baseada em uma racionalidade, a qual justifica sua sustentação na concepção de que hipóteses e dados são “dados” e teoricamente neutros, de forma que os objetivos e posições são logicamente independentes da teoria.

Assim, Kuhn propôs que, apesar de seu trabalho ter aprofundado o problema da subdeterminação, ao insistir na lógica pura dos dados, isso é insuficiente para determinar a escolha de uma dada teoria. Kuhn reduziu a magnitude do problema da justificação científica ao rejeitar o realismo tradicional e a teoria de verdade, baseada em correspondência. Adota, ao invés disso, uma posição crítica kantiana, na qual nenhum empreendimento científico poderia ter a habilidade de alcançar a verdade final (metafísica) do mundo, colocando a ciência enquanto um empreendimento de solução de quebra-cabeças e os cientistas enquanto selecionadores de relativas tentativas de solução. Kuhn estabelece, assim, a demarcação entre pseudociência e ciência enquanto determinadas pela comunidade científica e pelo tempo.

Kuhn acrescenta, ainda, que a observação de dados é carregada de teoria e que a ciência é carregada de afirmações teóricas, metodológicas, objetivos e mesmo instituições sociais de cientistas que dependem uma das outras para se manter.

Ainda de acordo com o autor citado, nós não deveríamos buscar um único método, neutro, de ciência, baseado em explícitas regras metodológicas, pois a aparência de regras nas práticas científicas é um sinal de crise (dogmatismo para Pepper), bem como de subsequente colapso, de modo que a escolha de um paradigma é baseada em opções racionais feitas por cientistas habilidosos.

De acordo com Kuhn (1970, caps. 5, 10), o julgamento do que é considerado científico depende gravemente da retórica e julgamentos da fertilidade heurística no contexto da descoberta. Comenta, ainda, que o problema de resolver quebra-cabeças é um processo que envolve julgamentos baseados na similaridade, analogia ou metáforas exemplares do conhecimento já construído e aceito. Nota que, no processo de persuasão para a mudança de paradigmas, a utilização de conceitos abstratos é mais recorrente – semelhantemente à posição de Pepper, referente à utilização de metáforas para a construção do conhecimento criticável.

Apesar de Kuhn apresentar o processo de decisão, partindo do ponto de vista dos cientistas, não conseguiu evidenciar uma descrição meta-metodológica de como decidir entre teorias científicas que competem racionalmente. Como alguns historiadores, Kuhn somente comenta que algumas teorias não aguentaram o teste da história, i.e. o passar do tempo, devido a fraturas epistemológicas relativistas ou não, apresentando uma explicação compreensiva e progressiva.

Como apresentado anteriormente, não existe uma fórmula exata e/ou razão clara quanto ao motivo de uma determinada teoria se difundir entre a comunidade científica, versus outra teoria concorrente, uma vez que o teste da história somente nos oferece os “vencedores”. É pretensão do próximo capítulo apresentar uma possível explicação quanto às circunstâncias que levaram a comunidade científico/filosófica a deixar o trabalho de Stephen Pepper para trás, por assim dizer.

2 UMA NARRATIVA REFERENTE AO “ECLIPSE” DA FILOSOFIA DE PEPPER DURANTE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Este capítulo levanta a hipótese de que o não reconhecimento de seu trabalho, por parte de vários filósofos que estudaram e/ou estudam temáticas semelhantes à de Pepper, pode estar relacionado à comunidade científica de seu tempo. Richard Rorty (1982, 1986), bem como outros autores, argumenta e defende uma posição hoje conhecida como “versão herdada” (*received view*) da história do pragmatismo americano, a qual será apresentada a seguir e é apresentada em vários manuais de filosofia, e.g. BERNSTEIN, 2012; MARGOLIS, 2002; MARGOLIS 2006; STUHR, 2000; e WEST, 1989.

Durante o final do século XIX e início do século XX¹⁸, existia uma filosofia que florescia no ambiente intelectual americano. As figuras-chave de tal movimento foram (mas não se excluem a) Charles S. Peirce, William James, John Dewey, e George Herbert Mead.

Apesar de haverem claras diferenças em seus interesses, temperamentos, treinamento e influência intelectual, existiam suficientes semelhanças para que eles, bem como outros filósofos durante e após seu tempo, o considerassem constituindo um movimento filosófico distinto. William James, um pensador e escritor talentoso, bem como popular, deu o nome para tal movimento: “pragmatismo” - e reconheceu Peirce como seu fundador¹⁹. Peirce, buscando não reconhecer a si com o conceito e descrição oferecidos por James, renomeou sua própria doutrina como pragmaticismo, “um nome feio o bastante para se afastar dos sequestradores” (PEIRCE, 1905, p.414).

Para James, muitos pragmatistas concebem a verdade em termos de sua utilidade, i.e. uma crença é verdadeira se é conveniente que acreditemos nela; isso não somente torna a verdade parcialmente dependente em seres

¹⁸É interessante notar que o legado do idealismo Alemão, no meio do século dezenove, acendeu várias tradições que tentaram superar tendências religiosas e metafísicas, em que o pragmatismo veio para salientar a importância da prática humana, referente à construção do conhecimento. Pragmatismo pode ser concebido como a versão desse movimento do absoluto para a ação; apesar de haver seguidores de tal movimento em vários lugares do mundo, e.g. F. C. S. Schiller (1905), em Oxford, é um movimento filosófico reconhecidamente “indígena”, dos Estados Unidos da América, pois salienta tendências empiristas e utilitaristas, associado, muitas vezes, com a ciência natural em geral e com o Darwinismo em específico.

¹⁹Deve ser notado aqui que Peirce considera que o “pragmatismo” de James nasceu do não entendimento de sua teoria.

humanos, mas também forja uma ligação entre verdade e a ação humana, conseqüentemente, em questões cognitivas e morais – sociais (JAMES, 1981). Dessa forma, indica um favorecimento ao desmascaramento de dualismos, incluindo dicotomias Kantianas entre a teoria e a razão prática, bem como entre filosofia e outras disciplinas (RORTY, 1986).

Apesar de suas diferenças, existem temas comuns o bastante para aceitarmos, de forma despretensiosa, os autores acima referidos enquanto pragmatistas clássicos. Um desses temas é seu persistente questionamento de que a própria ideia de filosofia, ou qualquer forma de questionamento, repousa em seguras e fixas fundações, as quais podem ser conhecidas até certo ponto.

De forma mais radical, os pragmatistas questionam a pressuposição tácita da filosofia moderna de que a racionalidade e a legitimidade do conhecimento são as verdadeiras fundações do conhecimento. O questionamento não tem ou precisa de tais fundações para os pragmatistas.

No entanto, eles não pensavam que abandonar todas as alegações e metáforas resultaria um ceticismo ou relativismo; alguns autores salientavam a “falibilidade” de todo o questionamento, considerando todo conhecimento aberto ao criticismo potencial.

Diante desse contexto, é precisamente por causa dessa falibilidade intrínseca que, começando por Peirce, os pragmatistas focaram suas atenções na comunidade de questionadores que testam e criticam a validade de qualquer alegação científico e filosófica.

Os pragmatistas tinham alta consideração pela ciência experimental e eram desconfiados de qualquer distinção rápida e “firme”, lançada entre a filosofia e a ciência, buscando trazer a falseabilidade e o espírito experimental das ciências para o estudo filosófico. Peirce, que passou grande parte de sua vida como um cientista prático, queria trazer o “hábito do laboratório da mente”²⁰ para questões da filosofia, i.e.; dada a sua ampla história trabalhando

²⁰Peirce (1955, p. 271) disse que o pragmatismo “é um método de averiguar” o significado de palavras rígidas e conceitos abstratos, um método experimental pelo qual todas as ciências bem-sucedidas alcançaram os graus de certeza que lhes são próprios; este método experimental sendo em si nada mais que uma aplicação particular de uma regra lógica mais antiga: “Por seus frutos os conhecereis”.

com mensurações²¹, tal autor buscava, por meio da análise lógica, um fluxo de investigação mais objetiva.

Então, por sua vez, a caracterização favorecida por Dewey sobre sua própria filosofia é denominada como “experimentalismo” e não pragmatismo, o que indica sua postura metodológica favorável ao naturalismo, não necessariamente ao instrumentalismo e suas implicações mais “objetivas”, como era o caso de Peirce.

Ao mesmo tempo, os pragmatistas eram críticos do “reducionismo científico”, i.e. a crença de que as ciências físicas por si só eram a medida e base para o conhecimento “legítimo”.

Desse modo, contra tal posição, que os pragmatistas consideravam ser um excessivo subjetivismo da filosofia moderna, salientavam a prioridade das dimensões compartilhadas, intersubjetivas e sociais da experiência, como a linguagem e o questionamento. Isso porque é justamente com eles que encontramos o início do desafio do que foi chamada “a filosofia do sujeito” ou “filosofia da consciência”.

Um dos trabalhos mais famosos e importantes de William James se chamava “*A consciência existe?*”, na qual ele buscou derrubar a própria ideia de uma consciência pura. Peirce antecipou temas que viriam a ser indissociáveis da “virada linguística” intersubjetiva na filosofia, ao tratar, de forma compreensiva, sua teoria de sinais, sendo considerado um dos fundadores da semiótica contemporânea.

Os pragmatistas clássicos compartilham uma visão cosmológica de um universo aberto à chance, novidade e contingência, rejeitando doutrinas estritamente mecanicistas e deterministas, tão populares no século XIX. Muito antes do desenvolvimento da física quântica, Peirce estava desenvolvendo uma bateria de argumentos para mostrar que uma compreensão apropriada do universo físico requereria reconhecer certa indeterminação e o acaso.

Os pragmatistas eram também convencidos de que, com a apropriada cultivação de hábitos inteligentes de autocrítica, os seres humanos, embora nunca escapando das contingências inesperadas, poderiam influenciar seus

²¹Para maiores informações, veja Short, 2008.

próprios destinos, considerando-os não enquanto seres passivos e determinados por forças além de seu controle.

Com Dewey e Mead, os aspectos sociais e políticos do pragmatismo vieram ao primeiro plano de sua visão filosófica, uma vez que, para ambos, o ideal da democracia era uma forma de vida em comunhão, na qual todos compartilham e contribuem. Apesar de altamente céticos de verdadeiros “crentes” e nunca a favor daqueles que buscavam uma revolução total, Dewey e Mead eram comprometidos a um programa de reforma social, democrática, radical.

Os pragmatistas não apoiavam o *status quo*; eles estavam entre aqueles críticos da sociedade americana por terem falhado a perceber que a promessa democrática não tinha sido alcançada para todos. De acordo com Rorty e West (1989), o pragmatismo alcança seu clímax na forma de uma profecia social, a qual é caracteristicamente americana.

Durante as primeiras décadas do século XX, Dewey exerceu poder e influência sobre pensadores progressistas americanos, apesar de seus colegas filósofos serem críticos de seu pragmatismo, instrumentalismo, experimentalismo e naturalismo.

Por isso, ao fim dos anos 30, o movimento pragmatista começou a evanescer na cena americana, parecendo que havia exaurido seu potencial criativo. William James caracterizou o pragmatismo como uma filosofia que é ao mesmo tempo “rígida” e “despretensiosa”, mas, especialmente entre os filósofos acadêmicos, o pragmatismo era visto como uma posição excessivamente despretensiosa, i.e. difusa, confusa e mole, em seu centro.

Destaca-se, aqui, uma atitude paternalista sobre o pragmatismo, que foi se desenvolvendo, insistindo que os pragmatistas poderiam ter o coração no lugar certo, mas não suas cabeças. Além disso, notavam que seu desleixo e caráter difuso simplesmente não suportavam o rigor requerido para ser reconhecido enquanto uma investigação filosófica séria.

O filósofo Dewey era um naturalista e, até algum ponto, um naturalista evolucionário (DEWEY, 1910), sendo que para, esse autor, não existia nenhum tipo de conhecimento filosófico específico que poderia prover uma fundação “última” para as ciências, voltando-se às bases da evolução biológica e psicológica para buscar a compreensão do processo de questionamento

científico em si. Nesse contexto, levanta-se, assim, um “programa filosófico científico”, que pode ter influenciado o trabalho de Pepper, uma vez que Dewey estava mais interessado na utilidade das conclusões científicas para lidar com problemas sociais.

Não se deve menosprezar a silenciosa revolução que estava transcorrendo na academia filosófica da América, a qual foi em parte consequência da crescente influência da emigração de filósofos que estavam deixando a Europa, em face da ascensão nazista, e se juntando aos departamentos de filosofia americana: Reichenbach, Carnap, Tarski, Feigl, Hempel e muitos outros associados ao famoso “Círculo de Viena”. Todos eles compartilhavam de uma finesse lógica, um conhecimento sofisticado das ciências físicas, um comprometimento aos maiores graus de argumentação e precisão, que superavam qualquer coisa apresentada pelos pragmatistas clássicos (com, talvez, exceção a Peirce²²).

Partindo, então, alguns membros de ambos os movimentos, inicialmente, se viram como aliados filosóficos, e.g. Charles Morris, Ernest Nagel e W. V. O Quine visitaram suas contrapartes europeias nos anos 30, sendo tais pragmatistas instrumentais no processo de conseguir posições acadêmicas nos E.U.A para os membros do Círculo de Viena.²³ Aparentemente, esses empiristas lógicos buscaram estabelecer alianças com filósofos americanos

22 Faço tal comentário, pois Peirce foi um filósofo que desenvolvia trabalhos relacionados com a lógica e o empirismo, sendo que tal autor desenvolveu uma lógica quantificada de primeira ordem, independentemente de, ao mesmo tempo que Frege, seguir, no entanto, um princípio de verificabilidade fundada na verificação empírica em um quadro relacional/referencial pragmatista.

23 Russell (1939) e Reichenbach (1939) contribuíram no primeiro volume de Schilpp *The Philosophy of John Dewey*, bem como escritos de Dewey e outros pragmatistas foram incluídos em *Readings* de Feigl. Morris, em especial, buscou unificar ambos os movimentos em seus trabalhos (Morris, 1937), tendo se tornado o editor e patrocinador da *International Encyclopedia of Unified Science* de Neurath. É descrito que Neurath buscou persuadir Dewey a unir forças com os empiristas lógicos; mesmo relutante, Dewey foi convencido por Neurath, por considerá-lo o empirista lógico mais pragmatista (veja Lamont, 1959), sendo interessante notar que, semelhantemente à agenda de Neurath, Dewey tinha como objetivo unificar todos os campos de investigação – física, ética, estética, etc. Por meio do método experimental “naturalista”; i.e. a atitude manifestada em todos os ramos da vida (e.g. em casa, na escola, na loja, na cama e hospitais, apresentando tais problemas tão verdadeiramente como no laboratório – diferentemente da versão de Peirce, que tinha uma experiência de vida muito mais próxima aos laboratórios, uma vez que este último trabalhou e desenvolveu diversos aparelhos de medição para o U.S. Office of Weight and Measures, o Coast Survey, entre outros), livre do dogmatismo, buscava um exame livre de interesses, focado no comprometimento de questionar e acumular evidências com fins a elaborar conclusões. Assim, Dewey considera a ciência como um instrumento que lida com problemas reais, ao contrário daqueles de laboratório.

que foram moldados pela tradição pragmática, uma vez que, por meio da perspectiva dos empiristas lógicos, os pensadores pragmatistas eram vistos enquanto vendo o mundo com base em um vidro escuro; assim, por meio do empirismo lógico, era possível ver esse mundo de uma forma mais clara e afiada.

Dessa forma, foi criado um mito, que se enraizou, de que o pragmatismo nada mais foi do que uma antecipação do positivismo lógico, especificamente, o critério positivista de verificabilidade do sentido.

Outras influências também tiveram destaque e um profundo impacto no caráter da filosofia americana, uma vez que filósofos da geração de Dewey e Mead se voltaram para a Alemanha para buscar inspiração filosófica, no início de 1930, na Inglaterra; especificamente Oxford e Cambridge, se tornaram lugares onde jovens filósofos americanos iam fazer sua peregrinação intelectual.

Existia, então, uma fascinação e incorporação de um tipo de filosofia iniciada por G. E. Moore, Bertrand Russell e, posteriormente, Wittgenstein (ou, pelo menos, um Wittgenstein filtrado por seus estudantes anglo-americanos), Gilbert Ryle e John Austin.

Depois do dado histórico da Segunda Guerra Mundial, durante o período de rápido crescimento de universidades americanas, a academia filosófica nos Estados Unidos da América foi transformada (exceto por alguns pontos de resistência). Virtualmente, todos os departamentos “respeitáveis” de graduação se moldaram a um novo espírito de rigorosidade analítico filosófica. Os pragmatistas clássicos americanos foram marginalizados, relegados à “lixeria da história”, a ponto de o pragmatismo ser estudado em “estudos Americanos”, i.e. programas e não nos departamentos de filosofia. Apesar de filósofos profissionais notarem a tradição pragmática, não existia nenhum senso de prevalência que deveria ser mantido por um filósofo “sério”. Em meados do século até recentemente, a maioria dos estudantes de filosofia, em “prestigiosas” escolas de graduação, não se importaram de ler os trabalhos de pragmatistas clássicos; assim, é levantada aqui a hipótese do trabalho de Stephen Pepper²⁴ ter sido incluído.

²⁴Considera-se interessante notar certas relações entre características do trabalho de Pepper e o movimento pragmatista. Davidson, em *The Myth of the Subjective* (2001), concebe que os

De acordo com West (1989), o famoso Círculo de Viena foi dominado por filósofos preocupados com novos desenvolvimentos na teoria física e lógica simbólica, em que, apesar de suas divergências, os empiristas lógicos poderiam ser associados por compartilhar três suposições básicas: 1) assumiam uma forma de atomismo, relacionado a sentenças, as quais deveriam ser correlacionadas com confirmações empíricas, oferecidas pela ciência, ou por necessidade lógica (no caso da lógica matemática), ou por emoções (aquelas alcançadas na ética, arte e religião).

A suposição básica: 2) é aquela que emerge em seus participantes um tipo de reducionismo fenomenológico, o qual se traduziu em sentenças sobre objetos físicos, bem como sentenças sobre sensações reais ou possíveis.

E, por fim: 3) seus membros pressupunham uma teoria verificacionista do significado, a qual se baseia na evidência observacional enquanto critério para considerar sentenças cognitivamente significantes, de tal modo que a aceitação de uma teoria deveria ser baseada no mundo em si.

Para Pepper, em seu livro de 1942, tocou-se no ponto sobre “dados” e o positivismo, referindo que: “É a concepção de conhecimento como um sistema dedutivo validado através de dados lógicos e referindo-se aos dados empíricos, que são, assim, transparentemente e completamente organizados” (PEPPER, 1942, p.60). Todavia, esse autor faz um alerta, para os aspectos dogmáticos de tal posição, ao exprimir que:

(...) seria igualmente dogmático no estado atual do conhecimento afirmar que todo conhecimento pode atingir essa forma, e ainda mais dogmático negar o valor cognitivo de crenças que não estão nessa forma, ou, mais vagamente, a crenças baseadas em evidências que não são dados refinados²⁵ (PEPPER, 1942, p.61).

pragmatistas utilizam-se de esquemas conceituais como um instrumento que lhes auxilia a organizar (sistematizar, analisar/dividir) a experiência, ou para adaptar (predizendo, representando, voltada para) a experiência. Tais esquemas conceituais, de acordo com Davidson, não adicionam ao simples conceito de ser verdadeiro – o qual tal autor considera como primitivo e indefinível – aplicado a sentenças relacionadas em contextos próprios. A visão pragmatista, relacionada à sua concepção de “verdade”, é muito semelhante à posição desenvolvida por Pepper, ao tratar diversas concepções de visão de mundo, não enquanto “verdadeiras” ou não, mas simplesmente enquanto úteis ou norteadoras – o próprio Davidson utiliza-se da metáfora do “mapa”, ao elucidar sua posição – para o desenvolvimento do conhecimento científico.

²⁵Pepper se refere aqui à metafísica.

Partindo da concepção de Pepper, o conhecimento não inicia (ou não deveria começar) com certezas, mas sim, deveria “crescer” de uma posição de “hipótese” para uma posição de “conhecimento” crítico e corroborativo.

De acordo com o autor, existem dois tipos de corroboração: o multiplicativo e o estrutural; o primeiro é alcançado quando diversos estudiosos testemunham e afirmam o mesmo fato, comentando ainda que tal confirmação poderia ser feita por meio de novas tecnologias, e.g. máquinas, que refinam a observação e resultam no que o autor define como “*danda*”. O segundo é alcançado com base na aceitação de vários estudiosos sobre um fato, por meio da ligação e estruturação de uma observação por hipóteses, resultando na proposição de novos fatos prováveis.

Segundo Pepper, a fim de diferenciar e esclarecer seu conceito sobre dados, coloca:

(...) a crítica permanente à qual os dados aproximados são submetidos é que eles não são observações puras, mas são carregados de interpretação, ou, em uma palavra, são *danda*. Um *datum*, como sua derivação indica, supostamente é algo dado, e puramente dado, inteiramente livre de interpretação. (PEPPER, 1942, p.51).

Em relação a dados, Pepper critica a utilização e aceitação de “dados”, uma vez que considera que não estão sujeitos a uma “pura” observação, mas carregados de interpretações (*danda*). De tal forma, o autor considera que *datum* são produtos de corroboração multiplicativa e que “*danda*” é o resultado de corroboração estrutural; a primeira é conhecida como dados empíricos e a segunda, dados lógicos.

Em outras palavras, *datum* provêm de observações críticas e *danda* de interpretações refinadas. Pepper, no entanto, questiona o acesso “puro” de dados, considerando que nossas observações são transpassadas de interpretação, levantando a impossibilidade do acesso “puro”, mas aceitando a possibilidade de aproximações a esses dados.

Segundo a posição de Pepper, ambos os tipos de corroboração, previamente discutidos, têm o mesmo valor, rejeitando, assim, a tese positivista, a qual defende somente a evidência atribuída mediante o método multiplicativo, enquanto válido e aceitável, avaliando tal posição como dogmática.

Quanto aos tipos de corroboração, o autor comenta ainda que tais processos de corroboração poderiam ocorrer no dia a dia dos indivíduos, resultando no que Pepper denominou como “*danda*”. Assim, posiciona-se novamente contra uma posição positivista dogmática, ao admitir a possibilidade de que *danda* pode ter um valor tanto quanto dados no processo de construção do conhecimento pautado.

É interessante notar, ao se observar as características do positivismo lógico, diversas semelhanças com a descrição de Pepper sobre a hipótese de mundo “mecanicista”, em que Pepper enquadra o mecanicismo como uma visão de mundo que tem seu critério de verdade na versão correspondencial, i.e. ajustando sua teoria com os fatos que predizem.

Ao deparar-se com a leitura da descrição de Pepper sobre o mecanicismo, é facilmente observada sua rejeição contra tal visão de mundo, argumentando contra posições estritamente empiristas e sua epistemologia lógica, desprovida de comprometimentos metafísicos. Tal fator é considerado de suma importância para Pepper, ao referir que a verdadeira ciência é construída a fim de compreender e fazer sentidos dos fenômenos de maneira estruturada.

Giere (1996) levanta suposições sobre a possibilidade de o pragmatismo ter tido seu tempo encerrado pelo fim do interesse dos graduandos em filosofia, ao ter “esgotado” seus problemas. Ademais, ao fato de o programa de investigação dos empiristas lógicos, em contraste, ter desenvolvido um grande leque de novos problemas, bem como novas técnicas lógicas para lidar com tais problemas, apontando, assim, para a estagnação de um programa de pesquisa, sendo substituído por um vigoroso novo programa.

Além disso, seguindo a década da depressão econômica e quatro longos anos de guerra, o período pós-guerra foi acompanhado por um desejo, em todas as áreas, de deixar o passado para trás e começar algo novo, quando o pragmatismo simbolizava o passado e o empirismo lógico, o futuro. Assim, o próprio Reichenbach (1939) escreveu, em seu capítulo sobre o volume de *Dewey de Schilpp* (no parágrafo final), que Dewey, e conseqüentemente seu pragmatismo, teve seu tempo e foi ultrapassado pela investigação do empirismo lógico de Reichenbach.

Por isso, o empirismo lógico buscou se identificar com a nova física, que tornou possível a bomba nuclear – a qual terminou a guerra do pacífico -, gerando uma imagem positiva da ciência pós-guerra.

A história, que foi apresentada até aqui, é uma supersimplificação do processo histórico referente ao pragmatismo; no entanto, algumas das versões dominantes compreendem o triunfo da filosofia analítica, enquanto uma narrativa de progresso e iluminação sobre o obscurantismo da filosofia Continental²⁶. Outros, como a narrativa apresentada e apoiada por este trabalho, veem a triste história de declínio de um grande espírito especulativo americano de filosofia a uma melindrosa e maculada preocupação sobre questões triviais e técnicas, que não importam a ninguém, exceto aos filósofos profissionais. Mas, apesar de juízos, pende para ambos os lados a estrutura básica da narrativa aqui exposta, que descreve o desenvolvimento da filosofia nos Estados Unidos da América.

Considera-se relevante notar algumas características contextuais que ocorriam entre os anos 50 e 60 nos E. U. A., por exemplo, o fato de o país estar passando por uma Guerra Fria, dominada por um Macarthismo. Louis Menand, em *The Metaphysical Club* (2001), traça o desenvolvimento do pragmatismo até a Guerra Civil Americana; examinando a vida de Peirce, James Dewey e Oliver Wendell Holmes, Menand argumenta que eles compartilhavam um ponto de vista comum em como julgar os méritos de nossas crenças, dividindo um ceticismo de que nossas crenças podem ser justificadas por meio de sua correspondência com a realidade externa, mas sim,

²⁶Como apontado até aqui, é possível observar um contraste entre filosofia continental, a filosofia analítica, concebendo-as em termos geográficos; estritamente falando, são termos geolinguísticos, i.e. filosofia analítica é referida enquanto Britânica, Americana, Anglo-Saxônica, Anglo-Americana ou anglófono (pessoa que fala inglês). O termo filosofia continental emergiu, inicialmente, nos textos de J. S. Mill, ao discutir sobre a influência germânica em Coleridge. Posteriormente, a Segunda Guerra Mundial foi utilizada por Ryle até com uma conotação pejorativa, buscando diferenciar e se afastar da filosofia do continente europeu, devendo ser notado que, mesmo que os Britânicos se reconhecessem europeus, devido a questões políticas referentes ao fascismo e à guerra, isso os afastou de se reconhecerem parte do velho continente. Os britânicos utilizavam o termo filosofia continental para se referenciar à fenomenologia e demais vertentes existencialistas. Finalmente, o termo se institucionalizou, em 1960, por centros de pesquisa norte-americanos que buscaram referenciar filosofia continental ao positivismo lógico, fenomenologia, existencialismo e à teoria crítica, apresentada por europeus expatriados pela Segunda Guerra Mundial. Um ponto, que leva muitos autores a aceitar tais termos, se refere à persuasão de que cada referida linguagem (cognição), entre as duas facções, facilita a apreensão de certos constructos psicológicos por aqueles que participam de dada comunidade linguística (SKORUPSKI, 1993).

que nossas crenças são justificadas pela forma com que nossas experiências compartilhadas “batem”.

O que pode ser também denominado de “cultura”, uma rede complexa de costumes, expectativas, interesses e interações, que constituem as condições sociais da vida humana, é uma concepção apoiada pela teoria pragmática de significado, na qual o significado de uma crença em particular é função de suas consequências futuras e não as relações antecedentes da natureza real. Menand argumenta que essa concepção de crença foi especialmente importante no pós-guerra Civil, a qual demonstrou consequências terríveis de tomar uma posição na base de um princípio imutável.

O pragmatismo, como resultado, foi uma tentativa de demonstrar a significância de nossas crenças, ao trazer tais consequências a um nível de discussão franca e onde diferenças poderiam ser resolvidas sem o uso de violência.

Um pragmatismo foi a resposta a uma posição na qual outra Guerra Civil não viria a ocorrer (o que era possível na visão de Menand), em que uma filosofia pragmatista poderia servir como aviso contra a idolatria de ideias, de maneira que era a única que poderia se desenvolver em tal cenário. Apesar de apresentar o pragmatismo enquanto um programa positivo de desenvolvimento social, Menand assevera que as circunstâncias do nascimento do pragmatismo podem ter levado à sua “ruína”, de modo que, uma vez que o pragmatismo emergiu enquanto resposta para uma crise particular nos E.U.A., não foi possível responder às circunstâncias em transformação que ocorreram com a ameaça do Comunismo, após a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Menand, essa inabilidade pode ser traçada a duas “deficiências” do pragmatismo; primeiro, é que tal movimento toma os interesses enquanto algo garantido, não provendo uma maneira de julgar se eles são merecedores de serem perseguidos, fora a apresentação de suas consequências. A segunda é o fato de querer e acreditar que podem levar pessoas a agir de maneiras distintamente não pragmáticas; colocando de outro modo, o pragmatismo explica tudo sobre as ideias, menos por que uma pessoa estaria disposta a morrer por uma ideia.

Como resultado, os anos 50 e 60, nos E.U.A., não eram bons anos para ser um pragmatista. Menand vê o momento da Guerra Fria enquanto solicitando compromisso ao princípio e disposição para usar a força, mesmo quando agir de tal maneira pudesse levar a autodestruição, requisitando, assim, da população uma posição não pragmatista.

Em *Time in the Ditch* (2001), John Mc Cumber propõe outra explicação para o declínio de movimentos filosóficos não analíticos durante a era da Guerra Fria. De acordo com esse autor, o Macarthismo forçou departamentos filosóficos americanos a perseguir um programa positivista, que afastou a atenção da consciência histórica e reflexão social em direção à lógica e à física; deve-se notar que o autor considera que tal pressão já acontecia com certo grau antes do Macarthismo.

Assim, tinha como objetivo a análise e clarificação de significados, buscando unificar as ciências ao prover uma operação que reconhecesse o crucial papel da lógica e da matemática. McCumber considera que a ciência foi proposta, em termos “ideais”, em uma busca pela verdade, que independe do tempo ou dos homens, colocando, semelhante a Menand, que o pragmatismo foi então silenciado. Isso por não responder “às demandas sociopolíticas” de seu tempo, ao mesmo tempo em que foi “expulso” por instigar um pensamento crítico na população que não era bem-vista por seus governantes.

A fim de apoiar sua versão, McCumber oferece algumas evidências que apoiam suas ideias, como o fato de que, durante a época de McCarty, filósofos (acadêmicos) eram disciplinados por meio do uso da violência, além de que, considerando o modesto número de alunos ligados à disciplina de filosofia, intimidação política era também uma ferramenta muito eficiente contra tal área. O autor ainda descreve perseguição feita a filósofos suspeitos de estarem ligados ou mesmo simpáticos ao partido comunista ou ao marxismo, concluindo que outros movimentos também sofreram reprimenda semelhante aos pragmatistas, como as feministas, teóricos críticos e outros filósofos que não seguiam a corrente principal, que era a filosofia analítica.

Já o autor McCumber observa uma linha de favorecimento da posição de McCarty, ou seja, para com a Filosofia Analítica, pois esta última buscava a verdade, independentemente de seu tempo ou das pessoas envolvidas,

servindo, de tal modo, como pretexto a não refletir criticamente sobre o contexto sociopolítico de tal época.

É possível notar, seguindo a perspectiva levantada por McCuber, que Dewey, um filósofo que tinha ligação com diversos movimentos sociais, vindo a visitar o Japão e a China, em 1919, bem como a União Soviética, em 1928, recebeu o rótulo de “Bolchevique” e “Vermelho”, em segmentos jornalísticos conservadores americanos.

Na década de 30, Dewey foi ao México como organizador da Comissão de Inquérito nas Acusações contra Leon Trotsky e, com o veredito de “inocente”, veio a receber o rótulo de “Trotskyite” (biografia de Dewey, em Schilpp e Hahn, 1939), reforçando, assim, a teoria de McCumber referente à “perseguição” do pragmatismo, devido a questões políticas.

Considera-se relevante também levantar uma menção ao *baby boom*, como um fenômeno demográfico característico da época, como sendo relevante devido à conseqüente expansão e diversificação das universidades nos Estados Unidos, bem como à suposta perda de qualidade na educação que tal circunstância trouxe. Esse efeito também repercutiu no aumento de membros da *American Philosophical Association* (APA).

Sugere-se que tal expansão também afetou o volume e o tipo de trabalho realizado nos departamentos de filosofia. Rescher (1999) coloca que tal crescimento demográfico na profissão filosófica levou à ampliação da agenda na discussão dessa área, bem como à fragmentação na divisão do trabalho.

Apona Kuklick (2006) que, a partir da proliferação de revistas profissionais em filosofia, durante os mesmos anos, isso se tornou um mecanismo de promoção e estabilidade no emprego, sem necessariamente implicar a melhora da qualidade acadêmica. Devido à expansão na profissão, o autor Kuklick (2001) questiona como uma prática social, que surgiu graças a algumas mentes excepcionais, pode ter sido alterada quando se expande por milhares de mentes mais comuns.

Observa-se também que, no relato de Rorty, é descrita uma mudança do foco de atenção na reflexão filosófica: da história e da filosofia especulativa para o estudo de problemas que estão presentes como se fossem atemporais, e com uma conseqüente mudança de metodologias empregadas, isso

ocasionou uma mudança para a busca de um esclarecimento lógico metuculoso, em vez de promover novas visões do mundo, como foi a proposta de Pepper.

Olhando por outra perspectiva, isso significou uma mudança da filosofia como um serviço, a fim de sanar as preocupações humanas, visando uma preocupação filosófica especializada em questões internas. Dessa maneira, incorpora uma escrita asséptica, com técnicas lógicas e rigorosas de argumentação, reduzindo, assim, seu público para filósofos profissionais ou graduandos da área.

Pode-se observar uma preocupação por parte de Rorty; sendo assim, ao tratar dos fatos institucionais nos quais a predominância da filosofia analítica é incorporada, acarreta-se em uma nova imagem da filosofia, que determina os critérios de qualidade acadêmica e excelência profissional, bem como os critérios de exclusão.

Neste capítulo, foi apresentada uma narrativa que expõe características do trabalho de Pepper, especificamente sobre o desenvolvimento do conhecimento em *World Hypothesis*. Enquanto apresentando características metafísicas, uma qualidade foi ofuscada pelos fortes ventos empiristas e antimetafísicos dentro da filosofia da ciência, durante o final do século XIX e início do século XX, podendo tal particularidade ser um dos possíveis motivos para o “eclipse” do trabalho de Pepper não ter sido mais amplamente difundido e/ou desenvolvido.

Agora, faremos uma nova incursão em uma problemática analisada por Pepper, um dos temas que a atual dissertação levanta enquanto uma área prolífera, mas que não “reconhece” o trabalho desse autor. O tema em questão - metáforas na ciência - será apresentado brevemente no próximo capítulo.

3 COMO A METÁFORA APARECE COMO TEMA DE PESQUISA NA FILOSOFIA DA CIÊNCIA

A filosofia analítica do final do século XIX e a filosofia tradicional da ciência apresentavam uma ideia de metáfora como um tipo de ornato da linguagem, não aceitando o emprego de tal ferramenta na filosofia da ciência por considerá-lo um desvio do pensamento científico rigoroso e exato que era exigido. A valoração expressa anteriormente se refere a um movimento contra uma linguagem “metafísica” (que não tinha uma referência determinável e, portanto, falta-lhe um significado), a qual não tinha validação lógica ou um princípio de verificação empírica, no máximo, aceitando o uso de metáforas enquanto um recurso pedagógico e/ou estilístico.

Tal forma de concepção da metáfora foi questionada em meados do século XX, quando tal conceito veio a ser tema da filosofia por intermédio de pensadores como M. Hesse, T. Kuhn, W. O Quine, R. Rorty, entre outros, em que a metáfora fora estudada nas áreas das ciências cognitivas, da linguagem, da inteligência artificial, entre outros.

Os pontos que levantaram o questionamento referente ao uso de metáforas na filosofia eram perguntas ligadas à sua função, seu valor cognitivo e sua referência, dividindo, assim, a tradição filosófica em torno do uso da metáfora em “clássica” – Aristóteles, até o século XIX; e o moderno século XX até o presente, história que será sucintamente apresentada a seguir.

3.1 A história da metáfora na filosofia

Como muitos outros temas, a metáfora permaneceu no pensamento ocidental tal como Aristóteles o deixou, quando tratou sobre na *Retórica*, ligando a metáfora com a analogia e colocando-a junto a formas de aprendizagem. Aristóteles realiza sua análise do conceito levando em conta o pensamento (*dianoia*), a eloquência (*lexis*) – como um de melhores recursos da metáfora, de acordo com tal pensador – bem como a semelhança entre imagens (*eikon*), salientando o valor cognitivo de tal conceito no ensino do conhecimento (EDISON, 2016).

O próprio nome desse fenômeno aponta sobre o critério de sua conotação, vindo do termo *metonomachein*, que significa “denominar algo com um novo nome”, de onde se derivou a acepção especializada *metonumía* – uma classe especial de metáfora (a qual será discutida no capítulo IV). Ao atribuir esse nome ao fenômeno, Aristóteles expressa sua concepção de que a metáfora operava uma forma de transferência ou deslocamento de significados.

Ricoeur (1986) apresenta uma visão mais radical da teoria aristotélica que a tradição transmitiu, sendo assim, vale considerar que não é a metáfora que contém o símile ou a comparação, mas é este, o *eikon*, que se torna mais complexo na metáfora, a partir da tradução categorial (do gênero para a espécie) ou por analogia dos termos. Colocando de outra forma: para o autor, a teoria aristotélica da metáfora não é uma simples substituição de palavras, mas possui características discursivas que envolvem transposições de ideias e categorias, com a capacidade de projetar um predicado tão genuíno como o literal.

A partir de Haack (1994), podemos também fazer uma reavaliação da teoria aristotélica da metáfora (por sua vez, apontando a semelhança para explicar um dos momentos da investigação científica), evidenciando que, para Aristóteles, a metáfora é, portanto, uma espécie de epífora, isto é, um deslocamento de significados que ocorre como uma troca, ou substituição, de nomes para poder designar uma realidade com outra. Assim, salientam-se as semelhanças de um predicado com outro, o que não se reduz a uma simples expressão, ou comparação breve, mas contribui no processo de configurar tal realidade ao transferir um significado designado pela metáfora.

Para isso, a tal transferência tem lugar sobre uma base de relações semânticas “semelhantes”, à medida em que a metáfora altera o uso normal dos nomes, de modo que confere a expressão de “estranheza”, devido aos limites da *lexis*. Para o autor, deve-se respeitar a clareza da expressão da qual a metáfora se constitui, enquanto um elemento destacado da elegância retórica, posto que nenhuma outra figura da *lexis contribue* melhor para o ensino.

Deve-se esclarecer que tal leitura das metáforas aristotélicas não teve eco nas interpretações anteriores, uma vez que a “tradição” aristotélica via a metáfora como um mero instrumento de comparação (EDISON, 2016).

No empirismo britânico, John Locke e Thomas Hobbes foram os primeiros filósofos modernos a se atentar aos problemas da linguagem dentro de sua epistemologia como um dos problemas fundamentais do conhecimento. Deve-se salientar que Locke foi um dos primeiros autores a incorporar a noção de semiótica em seu discurso filosófico e, principalmente, em sua escrita, considerando necessário explicar a relação entre signos da linguagem e suas ideias correspondentes (HAACK, 1994).

Os autores Locke e Hobbes são reconhecidos como os iniciadores de uma tradição que condena a linguagem figurativa como uma das formas que obscurecem o conhecimento e a verdade. Tal concepção influenciou toda uma filosofia, o Empirismo Lógico e uma filosofia da ciência do que hoje é conhecido como o Círculo de Viena (JOHNSON-ERICKSON, 1980).

Dentro da mesma tradição citada, podemos ainda ressaltar as proposições com real valor epistemológico, que deveriam se converter em juízos formais, tais como aqueles expressos pela matemática e a lógica, ou aquelas com claro conteúdo empírico, que não seriam suscetíveis à sua contradição - um pensamento que Schlick e Ayer denominaram de “princípio de verificação empírica” (JOHNSON-ERICKSON, 1980).

Deve ser notado, ao tratar do Círculo de Viena, os esforços de Frege para fundar o significado em uma terminologia epistemologicamente autêntica, a qual somente tem fundamento a uma referência, uma concepção influenciada pelo primeiro Wittgenstein. Isso quando buscava estabelecer um isomorfismo entre realidade e linguagem, com base em seu programa de atomismo lógico, bem como os esforços de Carnap para eliminar a metafísica do programa filosófico (JOHNSON-ERICKSON, 1980).

O positivismo lógico e a concepção empirista de significado provocaram uma transformação não somente nas ideias sobre a ciência, mas na noção de linguagem em geral, em seu uso “genuíno e justificado”, bem como, em consequência, sobre nossa relação com a realidade. Tais ideias provocaram um movimento contrário, “desmascarando” a concepção de racionalidade previamente apresentada, que rompe os pressupostos epistemológicos do empirismo. Assim, foi liberado por Kuhn, que modificou radicalmente a ideia sobre a natureza da ciência, ao questionar sua ideia de desenvolvimento acumulativo da ciência, assegurada pela verificação de teorias confirmadas

pela realidade, bem como apresentando uma perspectiva histórica, construída pelos “homens” (STEFANO, 2008).

É nesse ponto histórico que surgem posições estruturais na ciência, as quais salientam o valor cognitivo da metáfora no processo de construção de teorias, capacidade possível graças a processos semânticos e inter-relacionais constituintes da metáfora, tal como defendido por Black, autor que será apresentado a seguir.

3.2 A teoria semântico-interacionista de Max Black

A tradição filosófica, que se pretende apresentar, pode ser denominada de filosofia pós-empirista da ciência e tem como antecedente a discussão da tradição empirista e analítica da filosofia da ciência, sendo Max Black um dos pioneiros a salientar a importância da metáfora na filosofia e na ciência por meio de seu *Model sand metaphors*, de 1962.

A teoria interacionista que Black propõe surge com o objetivo de entender como funcionam os enunciados metafóricos, em contrapartida às suas duas teorias rivais (da década de 60), que seriam a teoria da substituição e da comparação, ambas baseadas em uma noção aristotélica.

Como Black (1962) descreve, sua teoria da metáfora reformula algumas das teses centrais que I. Richards desenvolve em sua teoria, a partir de *The Philosophy of rhetorics* (1936), especificamente; as unidades metafóricas constituem as orações (não as palavras), as quais fazem emergir um significado metafórico, não de uma substituição ou comparação de termos – mas que nenhuma teoria havia desenvolvido (BLACK, 1962).

Com essa ideia como base central de sua tese, o escritor Black, em 1962, provocará uma mudança revolucionária na direção dos estudos sobre a metáfora, ao propor que, em seu funcionamento, a metáfora não substitui palavras, mas sim, coloca em tensão uma “interação semântica” de todos os termos que compõem uma frase metafórica, gerando, dessa feita, um novo significado - diferente do literal.

De acordo com Richards (1936), tal ideia de interação sustentava que, quando usamos uma metáfora, temos dois pensamentos ativos, mas diferentes,

apoiados por uma única palavra, ou frase, cujo significado é o resultado dessa interação.

Dessa forma, em uma metáfora, e.g. o homem é um lobo, a metáfora não se estabelece por uma interação de ambos os termos, considerando, assim, um novo sistema semântico completo em que a conjugação de suas propriedades modifica a ambos (BLACK, 1962).

Nas palavras de Black (1962), sua teoria propõe cinco princípios. Primeiro, que toda estruturação metafórica se articula com dois elementos: um tema primário, que é o conjunto de termos utilizados em sua acepção literal (homem); e um tema secundário, que corresponde ao termo utilizado metaforicamente (lobo). Segundo, muitas vezes, esses dois temas são considerados como sistemas de coisas e não como coisas em si. Terceiro, a metáfora funciona ao aplicar o tema primário em um sistema de “implicações associadas”, característica do tema secundário.

Quarto, essas “implicações” comumente consistem em “lugares comuns” - que o tema secundário ocupa na rede de linguagem. E quinto, a metáfora seleciona, enfatiza, suprime e/ou organiza características do primeiro tema, insinuando ou supondo enunciados sobre ele, os quais, normalmente, se aplicam ao tema secundário.

Ainda pautando Black, no contexto de uma oração metafórica particular, dois temas interagem a partir dos princípios, mencionados da seguinte maneira: a presença do tema primário incita ao ouvinte selecionar algumas das propriedades do tema secundário e o convida a construir um complexo de implicações paralelas, que podem ajustar o tema primário e que, reciprocamente, induz mudanças paralelas no tema secundário (BLACK, 1977).

A partir do exposto, ao falar que o homem é um lobo, o efeito metafórico nos faz evocar e selecionar as propriedades associadas com o tema secundário “lobo” (e.g. que é um animal que se alimenta de outros, que é feroz, astuto e calculista, etc.), os quais são ajustadas ao tema primário “homem”. Dessa forma, de acordo com Black (1962), a metáfora “lobo” suprime certos detalhes e acentua outros para articular uma nova visão de homem.

Por sua vez, se a metáfora salienta o homem, não devemos esquecer, diz ele, que a metáfora também faz com que o lobo pareça mais humano do que aparentaria²⁷.

As metáforas têm um efeito sobre a organização da linguagem e o modelo do mundo, uma vez que os temas que a metáfora coloca em tensão nos impelem não somente como uma só coisa, mas sim, como um sistema semântico que porta uma informação estereotipada, comum a ambos.

Esse complexo (a fim de lhe referenciar) atua como uma projeção ou filtro entre ambos os temas, inaugurando novas semelhanças. Black defende ainda que a ideia que se vê cria semelhanças mais do que aquelas expressadas anteriormente. Pode-se dizer também que, em alguns casos, seria mais esclarecedor dizer que a metáfora cria um símile, em vez de dizer que formula certo símile já existente (BLACK, 1962).

A teoria interacionista de Black pode ser considerada uma teoria cognitiva da metáfora, uma vez que possui uma função criadora, de acordo com o autor, i.e. as metáforas criadas possuem um conteúdo cognitivo porque constituem novas perspectivas para se contemplar o mundo. Assim, de acordo com sua teoria, Black defende que as metáforas constituem um filtro que sempre oculta alguns aspectos da realidade enquanto salienta outros. O autor argumenta que, no âmbito do conhecimento, somente existem perspectivas, nas quais algumas metáforas servem de instrumento para constituir novas e/ou diferentes perspectivas.

De tal forma, as perspectivas não são aplicáveis literalmente à propriedade de verdade, uma vez que não existem, estritamente falando, perspectivas verdadeiras ou falsas, mas somente perspectivas com valores epistemológicos e ontológicos diferentes (BLACK, 1962).

Para Black, metáforas não são somente uma questão linguística, mas cognitiva – uma operação intelectual, formulando o conceito de “complexos-implicativos” (*implicative-complexes*), o que ele concebeu como um grupo de crenças compartilhadas por um grupo de indivíduos, conectados, respectivamente, com os sistemas primários e secundários da metáfora.

27 Isso significa que Black concebe uma transferência bilateral de significados (do tema primário para o secundário e vice-versa), levando a uma dupla modificação de significados.

Black, em 1977, comparou as metáforas com modelos (de todos os tipos, e.g. mapas, maquetes, plantas, etc.), uma vez que modelos não podem ser definidos enquanto estritamente verdadeiros ou falsos, mas sim, que são mais ou menos apropriados, ou corretos, ou detalhados, ou fiéis, etc.

Colocado de outra forma, os modelos são concebidos a partir de sua “relevância”, já que modelos são objetos interacionais; isso significa dizer que os modelos se constituem a partir de determinado propósito, objetivo, ou vontade concreta; e.g. ao se desenhar uma planta arquitetônica de uma casa, me deterei em representar os aspectos que interessam à construção de uma casa, como espaço dos cômodos, bem como elementos contextuais influenciadores, como onde está a rua.

De tal forma, o modelo não pode ser concebido por termos absolutos, somente com relação à sua intenção e ao marco convencional em que se formam e se satisfazem²⁸.

Essa falta de aplicabilidade direta de valor epistêmico, a verdade, permite às metáforas que sejam comparadas com atos da fala, e.g. as proposições, uma vez que, quando se propõe algo a alguém, não se está dizendo nada verdadeiro ou falso, mas sim, que cabe ao indivíduo aceitar ou recusar tal proposição, a partir de seus desejos e intenções próprias (BLACK, 1962). Tal concepção de metáfora também pode ser concebida como instrumentalista, i.e. uma ferramenta que cumpre, melhor ou pior, as funções para as quais é construída.

Retornando à relação entre metáforas e modelos teóricos, Black caracteriza formas de uso de tal ferramenta ao salientar que regras de correlação devem ser formuladas para permitir a tradução de uma afirmação de um modelo para afirmações correspondentes sobre o sistema modelado, o qual, por sua vez, deve ser verificado pelas informações obtidas pela investigação de tal modelo.

Sendo assim, para Black (1962), acrescenta-se ainda que, como no caso de um modelo analógico, a relação entre um modelo teórico e o sistema modelado é um tipo de isomorfismo. Os modelos mais promissores, do ponto

28O grau de satisfação varia a partir: da habilidade de como se representa o que se pretende; que se representam os fatores que permitem esclarecer o que deseja; que se representa os fatores que permitem esclarecer o que se aspira; se cabem no modelo todos os fatores que intervêm no processo desejado; entre tantos outros fatores.

de vista científico, são aqueles que permitem formular novas hipóteses sobre o sistema modelado (BLACK, 1962).

Para o autor de *Model sand Metaphors* (1962), existe uma semelhança entre os modelos e metáforas, uma vez que, da mesma forma que os modelos fornecem novos conhecimentos sobre os sistemas modelados, as metáforas também provêm esse conhecimento sobre seus sistemas primários, já que ambas, a metáfora e modelagem, revelam novos relacionamentos.

O tema do uso de metáforas como elemento estrutural da construção do conhecimento científico é, então, problematizado dentro da filosofia, a partir de Black, levantando-se questões como: qual a função e o conteúdo cognitivo que pode ou não dar base para uma relação com o conhecimento científico ou sua construção?

É nesse contexto que surgem propostas referentes ao uso instrumental da metáfora, na filosofia da ciência, por Mary Hesse e Thomas Kuhn - o qual será apresentado em 3.3 -, que definem a função e o papel da metáfora dentro da racionalidade científica.

Como outros conceitos, e.g. crença, juízo, proposição, justificação, verdade, entre outros, o uso da metáfora implicou em uma série de dificuldades referente à sua natureza linguística, sua função na linguagem e sua estrutura. Da mesma forma, de maneira específica, levantou questões referentes à sua legitimidade como instrumento portador de sentido cognitivo frente a conceitos pertencentes à linguagem literal, cujos respectivos referentes se supunham definidos e claramente identificáveis - questões muito importantes para o processo epistemológico de construção e articulação do conhecimento.

Dessa maneira, no final do século XX, a metáfora se constituiu como um problema com genuína natureza filosófica, com uma agenda de problemas próprios e específicos ao tema, além de um elemento essencial ao processo de construção e articulação. Ademais, na comunicação, no conhecimento, são as propostas de Mary Hesse e Thomas Kuhn que, como veremos, buscam esclarecer tais questões.

3.3 O cenário da obra de Mary Hesse

Por meio da influência da obra de Thomas S. Kuhn, em *The Structure of Scientific Revolutions* (1962), a filosofia da ciência inicia a lidar com críticas ao programa epistemológico da ciência, que, em termos gerais, havia sido defendido por pensadores que seguiam o empirismo lógico do assim chamado Círculo de Viena.

Com base nas críticas que se iniciaram em tal tempo (nos anos 60), novos filósofos da ciência começam a defender uma concepção diferente, referente à natureza e evolução da ciência, questionando a noção de uma base empírica universal e objetiva como forma de medida para avaliar o conhecimento científico, bem como pressupostos do conhecimento em geral. Assim, estaria incluso o pressuposto da natureza da linguagem, que, de acordo com os empiristas lógicos, deveria ser utilizada (a linguagem) para construir juízos genuínos e autênticos sobre o mundo (STEFANO, 2008).

A obra de Thomas S. Kuhn coletou de uma maneira nova e altamente sistemática uma série de críticas que vinham se formando no trabalho de vários pensadores preocupados também em entender a natureza e a evolução da ciência, não apenas na estrutura lógica de seu desenvolvimento, mas também em sua evolução histórica, como Ludwig Fleck, Stephen Toulmin, entre outros.

Um dos elementos comuns em seu trabalho foi o marcado interesse na observação cuidadosa da história da ciência como um fator fundamental, que influenciou profundamente o desenvolvimento e construção, bem como a própria imagem da ciência, um fator que até aquele momento havia sido considerado dispensável (STEFANO, 2008).

A própria Mary Hesse, autora que será abordada com mais detalhes durante este capítulo, projetou em seus estudos um claro mapa histórico em suas reconstruções sobre o desenvolvimento das teorias científicas, e.g. *Forces and Fields* (1961) – o qual mostra a evolução da noção mecânica e do eletromagnetismo sobre conceitos de força e campo. O estudo propicia uma ideia de que a autora considera o empreendimento científico um processo de mudança, não somente teórica ao longo do tempo, mas também de uma transformação da própria base empírica por intermédio de diferentes sistemas que surgem a partir da mudança teórica.

A partir desse interesse de entender a evolução científica por meio de tal contexto histórico, bem como de uma ideia de racionalidade científica diferente da defendida pelos empiristas, a teoria da ciência se tornou um empreendimento que incorpora uma série de fatores, como psicológicos (estudados por Hanson sobre a carga teórica da observação) e culturais (estudado por Fleck na evolução histórico-social dos conceitos científicos), que, até então, não eram incluídos como temas de estudos na filosofia da ciência (STEFANO, 2008).

Como consequência do impulso iniciado pelo trabalho de Kuhn, a nova filosofia da ciência iniciou um movimento de crítica à noção de observação de informações “puras”, que levaria a uma dissociação da determinação interna à teoria. Isso retira a ideia de uma base empírica como parâmetro objetivo e estável de decisão entre teorias rivais, demonstrando o caráter “humano” (práticas, decisões, compromissos e acordos) de tal processo, necessitando-se, então, incorporar a dimensão histórica da ciência como um elemento essencial para a compreensão do desenvolvimento científico.

Pode-se, dessa forma, observar um movimento implícito contra a concepção acumulativa e linear de ciência do chamado Círculo de Viena, que a considerava essencialmente um empreendimento – o qual se utilizava de estruturas axiomáticas, que operam mediante regras de correspondência lógica, ou seja, resultado de um processo, a-histórico, sem interferência de fatores culturais e/ou psicológicos (STEFANO, 2008).

O próprio Kuhn, ao discorrer sobre os processos que envolvem a (re)evolução científica, tratou sobre o conceito e uso de metáforas em seu texto *Metaphor in Science* (2000), argumentando o uso de metáforas como tendo uma função aberta (i.e. sem necessariamente haver a necessidade de referenciá-los a termos correspondentes), de criar ou evocar similaridades em novos termos científicos, os quais são posteriormente tomados como temas de pesquisa.

Assim, a perspectiva de Kuhn sobre a aceitação do uso de metáforas, como grande parte de sua proposta filosófica para a ciência, se relaciona ao ambiente social que provê um grupo, frequente, de exemplos, como a situação

do “jogo”, que o autor menciona no referido artigo²⁹. Assim, após ter-se aprendido um termo, alguém que está aprendendo vai conseguir mais facilmente categorizar (ou colocar dentro de semelhanças de família, como o segundo Wittgenstein coloca), acrescentando, ainda, que, quando quem está aprendendo tem experiências com evidências positivas (que apresentam semelhanças) e/ou negativas (que demonstram sua existência por seu oposto), a aceitação e uso da metáfora se tornam mais efetivos.

Richardson e Reichenbach (1938) foram outros autores que trataram sobre a ideia de racionalidade durante o contexto de descobrimento e justificação do conhecimento científico. Eles argumentaram que a epistemologia dos empiristas lógicos não considera o processo do pensamento, que constrói um sistema consistente ou o conjunto de operações justificáveis, os quais podem se inter-relacionar na construção de uma teoria científica - ao que o grupo ligado ao Círculo de Viena denomina como “reconstrução racional” da tarefa. Diante disso, afasta suas variáveis “psicológicas” e concebe tal processo na mesma proporção de um ato “lógico”, sem levar em conta o processo cognitivo subjetivo dos cientistas e sua forma de comunicação.

Para os autores acima mencionados, e especificamente estes, a epistemologia deveria se ocupar de reconstruir o contexto de justificação, uma vez que a própria forma de apresentação de uma teoria científica é somente uma aproximação ao que é referido por eles como contexto de justificação. Considera-se isso, posto que a forma de exposição escrita da ciência nem sempre corresponde a uma proposição lógica e nem, necessariamente, tenta reprimir os vestígios das motivações subjetivas, das quais partira uma dada teoria científica.

De tal forma, para os autores acima mencionados, existe uma distinção entre os contextos de justificação e de descobrimento; um referindo-se ao processo lógico e outro ao processo epistemológico, que busca explicar a estrutura da ciência. Sendo assim, deve-se, de tal maneira, levar em conta os

29 “Expostos ao tênis e ao futebol como paradigmas para o termo “jogo”, um aprendiz da linguagem é convidado a examinar os dois (e em breve, outros também) em um esforço para descobrir as características com as quais são parecidos” (KUHN, 2000, p. 537).

processos psicológicos, culturais e históricos que podem fazer parte do processo de construção das teorias³⁰.

Na base da revolução, que está sendo exposta até este momento do capítulo, na filosofia da ciência, se encontra também uma crítica à ideia de linguagem como um instrumento capaz de traduzir claramente e literalmente uma informação empírica e conceitual. Um dos teóricos que levantou esse questionamento foi Quine, em *Two Dogmas of Empiricism* (1951), no qual tal autor denuncia a falta de fundamento da distinção analítica, que tem base na relação de sentido entre dois vocábulos - cuja significação é muito próxima, como a de reducionismo -, segundo o qual todo enunciado significativo corresponde a uma experiência logicamente formalizada. Essas são as duas bases do programa epistemológico do empirismo lógico.

É dentro de tal panorama que Hesse também inicia a revelar fortes discrepâncias a respeito da ideia positivista de uma linguagem, exata e precisa, com a qual supostamente se constroem as teorias científicas, trazendo a este palco de discussões o estudo da metáfora.

3.4 O uso da metáfora de acordo com Mary Hesse na filosofia da ciência

Mary Hesse considera a linguagem como um sistema contínuo, em que as distinções entre uma linguagem literal e uma linguagem figurativa foram criadas a partir de convenções, introduzidas devido a uma necessidade pragmática (HESSE, 1995).

A autora, acima referida, define sua concepção de linguagem, utilizando uma metáfora, considerando (a linguagem) como um sistema que tem forma de uma rede em que a distinção (entre linguagem literal e linguagem figurativa) não é essencial. Já Hesse, em (1988), faz comparação em sua obra às mudanças de significados que surgem dentro de um sistema de linguagem, na qual o uso de um predicado, em uma determinada situação nova, inicialmente muda, ainda que um pouco, o significado de outra palavra ou frase na linguagem.

³⁰ Noto aqui que somente mencionei os contextos de justificação e de descobrimento, e não os desenvolvi, por ser uma posição muito clara e importante para Richardson e Reichenbach (1938), mas não em Pepper – autor foco do atual trabalho.

Para Hesse (1988), a linguagem é construída a partir de uma rede teórica de observações, interpretadas a partir de sua posição no sistema, i.e. por sua maior ou menor relação com situações empíricas ou com leis do sistema, de forma que nenhum predicado poderá estabelecer seu significado por si só.

Dessa forma, como a autora descreve, toda a linguagem é metafórica³¹ e, como tal, defende a ideia de que, para nos referirmos ao mundo e ao construir conhecimento, tais como termos, realizamos relações funcionais exitosas, que apontam similaridades relativamente estáveis - e não necessariamente uma descrição exata e “essencial” de correspondências entre a linguagem e a realidade (HESSE, 1988).

A autora possui certos elementos do empirismo em sua teoria, como um realismo falibilista e moderado, uma vez que postula o reconhecimento de semelhanças e diferenças, a exemplo da origem da linguagem e das teorias³². Assim, não se compromete com a generalização observacional por meio do que a autora denomina “ajustes aproximados” entre a linguagem e o mundo, que leva em conta o estado deste mundo e o conhecimento científico produzido em tal mundo, como um contínuo processo de (re)descrição (HESSE, 1995).

É interessante notar que a autora defende, em sua obra, que não existe uma base observacional neutra e essencial que justifique um predicado como puramente observacional, mas sim, que existe um reconhecimento primário, e não necessariamente verbal, de semelhanças e diferenças que a linguagem constrói e desenvolve.

Dessa forma, Hesse considera que os predicados “observacionais” ou “teóricos” dependem de sua posição dentro de uma teoria científica e que nenhum dos dois constructos, observação ou teoria, podem ser aceitos sem estar ligados a leis que possibilitem sua interpretação.

Um exemplo muito interessante e dado por Hesse (1980, p. 76) é o exemplo da cor “vermelha”, indicando que pode ser interpretada como

31 A noção de linguagem, como essencialmente metafórica, é defendida de forma clara em textos como “*The explanatory function of metaphor*” (1966), “*The cognitive claims of metaphor*” (1988), e “*Models versus paradigms in the natural sciences*” (1976).

32 Para Hesse (1980), as teorias não são modelos comparados externamente com a natureza, em um esquema hipotético-dedutivo, mas sim, uma possibilidade com que a natureza é vista, de maneira que as relações, em forma de leis, são construídas pela experiência interna, uma vez que a teoria dita a interação do indivíduo com a realidade.

observacional, quando tratamos de características de selos postais, linhas ou outros objetos similares; ou como um conceito teórico (relacionando-se com as leis da física), quando tratamos das propriedades do arco-íris ou de uma estrela distante, apesar de ambas, em maior ou menor grau, estarem sujeitas a regras referentes ao uso da linguagem e ligadas a uma série de crenças e leis sobre sua correta aplicação e funcionamento.

Em ambos os casos (observacional ou teórico), o “vermelho” apresenta elementos de classe que se “ajustam aproximadamente” a um mesmo predicado, bem como elementos que evidenciam, em maior ou menor grau, uma mesma propriedade, seja o vermelho predicado observacional ligado a algum objeto, ou vermelho predicado relacional e teórico ligado a leis.

No conceito de Hesse (1980), nenhum predicado observacional pode funcionar unicamente por meio de situações empíricas e em completa independência com alguma lei, uma vez que seu modelo reticular da linguagem supõe que qualquer predicado pode estar ligado ou marcado a somente alguma circunstância ou característica do mundo.

A autora comenta, ainda, que, ao aplicarmos um adjetivo observacional, sua função se relaciona, mais diretamente, com situações empíricas, uma vez que predicados observacionais estão menos sujeitos à mudança de função na linguagem cotidiana, por estarem menos compromissados a responder a um sistema de leis diretamente.

De acordo com Hesse (1980), objetos que compartilham semelhanças físicas, que os tornam reconhecíveis como pertencentes a uma “classe”, são aceitos a partir de um consenso intersubjetivo, de que possuem certas crenças e leis que interferem em sua aceitação, e não por definições essenciais de uma qualidade.

O que deve ser salientado é que, para Hesse (1980), a linguagem não é um sistema de referências fixas ligadas às essências, mas a um processo que parte do reconhecimento primário de semelhanças e diferenças, que os agrupa em classes, mais ou menos estáveis, ligadas a variados graus de compromissos com leis.

A partir do exposto, para Hesse (1980), termos teóricos devem, então, ter uma origem decorrente de tal percepção linguística, podendo originar: 1) como novos predicados observacionais, ligados a situações empíricas

reconhecíveis, e.g. o termo “bactéria”, um novo termo que não era utilizado na linguagem pré-científica, prévia à primeira observação de microscópios.

Ou a percepção: 2) por uma definição relacionada a um sistema de termos previamente aceitos, e.g. o termo “entropia”, um termo introduzido a partir de uma definição relacionada à mensuração quantitativa e operacional da mudança de temperatura.

Em sua proposta reticular das teorias, Hesse (1980) identificou outra maneira pela qual entidades teóricas podem vir a surgir a partir de uma teoria, a metáfora, nas quais novos predicados podem ser utilizados devido à sua função já estabelecida. Também, em característica ou circunstância de outro enunciado já utilizado e familiar, a partir do qual aponta um novo significado, ao criar, assim, um novo “lugar” no sistema teórico e linguístico, vindo a ser aceito devido à sua relação com seu contexto, ou fazendo alusão a novas situações não necessariamente experimentadas.

A autora Hesse (1980) oferece a metáfora como um meio de construção de novos predicados, que não é por meio de leis conhecidas, mas mediante a “invenção de mitos”, descrevendo termos previamente existentes na linguagem. Tal meio introduz novas leis “míticas”, i.e. leis e situações empíricas que são invocadas somente pela imaginação.

Quando a autora utiliza o predicado mítico, evidencia que predicados metafóricos devem ser suscetíveis à aceitação e contraste (identificação e diferenciação), e não somente construído como uma forma inesperada ou excêntrica de introduzir novas entidades. Da mesma forma, deve ser capaz de reajustar e redescobrir o mundo de forma plausível, conservando, portanto, um coeficiente de correção, contraste, predição e poderes explicativos suscetíveis de contradição, além de possuir certo grau de consenso objetivo, guiado pelo interesse de uma comunidade (como a científica).

A autora entende que uma descrição (ou criação de um novo termo) não é uma forma de ter contato e/ou acesso a uma realidade essencial, mas sim, a partir da perspectiva de que a linguagem é somente uma rede de relações estabelecidas pela empiria e/ou teoria. Nesse contexto, o uso da metáfora, conseqüentemente, permitiria dar conta da natureza radicalmente dinâmica e mutável dos conceitos e teorias científicas, sendo um reflexo da linguagem em si.

De acordo com Hesse (1980), todas as teorias envolvem um elemento de elaboração de mitos (*explanandum*), uma vez que fazem uso de predicados familiares, relacionados de novas maneiras, por meio de leis postuladas, ainda não aceitos como verdadeiros, i.e. hipóteses. A metáfora seria somente outro instrumento de formação de termos, fazendo-se uso de relações e articulações com palavras já conhecidas.

Rorty (1991) observa uma forte valorização à proposta de Habermas na teoria de Hesse, sugerindo uma semelhança entre a razão dialógica de Habermas com o interesse de Hesse, na cognição, como algo maior que a mera satisfação de interesses técnicos. Isso sugere que estaria mais interessada em temas práticos da comunicação pessoal e do interesse emancipatório (uma vez que Hesse critica o uso de ideologia na construção do conhecimento). Rorty (1991) comenta, ainda, que, em um discurso que busque satisfazer interesses, a metáfora surgiria como um modo necessário de falar.

Hesse (1988), em sua teoria da linguagem, propõe que as relações da linguagem dependem de semelhanças e diferenças primitivas, as quais conduzem a sua teoria geral referente à metáfora e seu conteúdo cognitivo.

A anteriormente referida relação se baseia na noção de “semelhanças de família”, de Wittgenstein, a qual propõe que os objetos podem formar uma classe cujos membros, e.g. um predicado *N*, pode ser corretamente adscrito sem necessariamente assumir que existe um universal³³ que atualiza tal objeto. Assume, então, o contrário: que, em uma classe de “família”, seus membros (de todos os objetos que evocam tal família) rememoram um aos outros certos aspectos relevantes, no caso *N*, e que tais evocações formam um tipo de estrutura encadeada de semelhanças ao longo da classe. Nesse contexto, existem eventos relativamente claros de objetos que se encaixam em uma determinada classe de família e, ao mesmo tempo, as afastam de outras classes.

De acordo com Hesse (1988), as classificações e mudanças de significados, levantados pelos predicados aplicados dentro das classes de

33 Hesse (1988) critica a teoria dos universais aristotélicos, argumentando que os universais, na realidade, são somente correlatos do uso “próprio” dos termos universais; é, de tal maneira, em um nível, que o significado cognitivo da metáfora deve ser analisado sem que necessariamente exista uma teoria absoluta, uma vez que isso levaria a uma ideia correspondista de linguagem, defendida pelas teorias referencialistas do significado, as quais se baseiam em uma relação assimétrica e universal de linguagem e mundo.

similaridade familiar, são como as mudanças de significado que as metáforas realizam, uma vez que ambos os processos dependem de similaridades e diferenças – em certos aspectos e em determinados contextos – entre os objetos à qual determinada família de predicado é aplicada.

Para Hesse (1988), as extensões de significado, que ocorrem por meio de semelhanças e diferenças da metáfora, são apenas exemplos mais admiráveis de algo que está acontecendo todo o tempo na estrutura holística e mutável, que é a linguagem. Nesse sentido, o significado metafórico é normal e não “patológico”, uma vez que, para a autora, existe algo do mecanismo da metáfora que é essencial para o significado de qualquer linguagem descritiva, justificando, assim, sua tese de que toda linguagem é metafórica.

Retomando a analogia a uma rede, ao se referir à linguagem, Hesse (1988) argumenta que qualquer novo uso, introduzido nesse esquema de estruturas linguísticas e teorias sobre o mundo, provocaria uma modificação, não importa quão pequena, que, em algum momento, causaria mudanças em toda a rede – semelhante à posição interacionista de Black, a qual a própria autora reconhece como uma luva ao seu modelo de linguagem. O que é salientado na teoria da linguagem de Hesse, ao tratar sobre a metáfora, é que, no novo uso, a metáfora cumpre seu maior papel como postulador de novas formas de (re)descrever o mundo, com base em um reajuste da linguagem.

O pensamento de Hesse (1988) a conduz a considerar que a linguagem tem natureza metafórica, pois toda a linguagem, inclusive a linguagem descritiva do cotidiano, é metafórica, no sentido de que o uso de seus termos gerais implica em uma classificação normativa de uma ampla multiplicidade de relações.

Além disso, nos contextos do cotidiano e do científico, as classificações normativas se encontram constringidas por critérios de predicação, prova e autocorreção, que determinam o mundo “factual e objetivo”. Isso porque definem limites ideais da linguagem literal e da verdade enquanto correspondência, já que tal limite nunca é alcançado a não ser com o uso da linguagem essencialmente metafórica.

É por meio desse caminho que Hesse apresenta as metáforas como instrumento explicativo dentro dos modelos das teorias científicas, nas quais a variação de significados dá conta do processo de *explanandum*. A autora

ênfatiza o processo metafórico por percebê-lo natural ao processo de aprendizagem³⁴ da linguagem, ao se criar significados (semelhante a uma descoberta científica), quando se liga a uma rede de semelhanças e diferenças, reajustando-se devido a uma interconexão de categorias linguísticas a outro grupo (ou classe familiar) análogo.

Para Hesse (1988), a metáfora tem característica da analogia; todavia, vai além disso, ao apontar mais do que semelhanças e diferenças. Sugere novos predicados e explicações plausíveis e prováveis para processos desconhecidos, somente supostos por sistemas, que devem ser, então, estudados e demonstrados. Colocado de outra forma, Hesse trata de “outros mundos possíveis”, mas não um mundo fictício, e sim, um mundo realista ou, pelo menos, moderado pelo sistema primário.

De acordo com Hesse (1988), a metáfora oferece um valor de “verdade”, no sentido mais geral, ao adscrever certos enunciados metafóricos em determinada estrutura social de convenções, a qual pode ser ampliada para uma linguagem cultural ou pode ser internalizada em um ponto de vista sobre o mundo – ideologia. Para a autora, o uso metafórico está relacionado ao acesso a “mundos possíveis” ou re-descritos, ao funcionar como instrumento de mudança de pontos de vista, ou linguagem previamente familiares, podendo ir além das descrições “factuais”, quando oferta a possibilidade de previsão e controle do mundo.

Como demonstrado pelo livro *Revolutions and reconstructions in the philosophy of science*, a autora critica implicitamente o modelo referencialista da linguagem quanto às versões dedutivistas e formalistas da explicação científica, para as quais o domínio da teoria é de uma lógica independente daquela dos fenômenos que os constroem, exigindo das teorias que não mudem.

Dessa forma, a posição da autora, próxima àquela de Kuhn³⁵, é de que o mundo está em um contínuo processo de (re)descrição de teorias e fatos, de

34 A autora compreende a linguagem com uma qualidade cognitiva, ao perceber seu uso, histórica e logicamente, de forma prévia ao uso da linguagem literal.

35 Ao final de seu comentário sobre o uso da metáfora, Kuhn coloca que “faz obviamente mais sentido falar de acomodação da linguagem para o mundo do que acomodar o mundo à linguagem? Ou é a maneira que falamos a qual cria a distinção em si ilusória? É o que nos referimos como “o mundo” talvez o produto de uma acomodação entre experiência e linguagem” (KUHNS, 2000, p. 542).

maneira que a linguagem deve se aproximar, por meio de ajustes relacionais dessa realidade, a uma realidade em contínua transformação.

Apesar de Black, Kuhn e Hesse reconhecerem a importância e validade do estudo do tema da metáfora, o trabalho de Pepper sobre tal assunto não recebeu o devido reconhecimento. George Lakoff e Mark Johnson são outros dois autores que sugerem o uso das metáforas, enquanto possuindo uma grande importância na linguagem e ciência, oferecendo um fértil terreno para se discorrer sobre o trabalho de Pepper, como será proposto no próximo capítulo.

4 OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE A METÁFORA

Uma alternativa para conceber a metáfora, que foge da visão aristotélica relacionada à metáfora e que pode servir de base para outra possibilidade, a fim de perceber a linguagem metafórica, é com base na concepção wittgensteiniana de “semelhanças de família”, nas quais diversos objetos podem fazer parte de uma classe de “família”, i.e. diversos objetos linguísticos podem possuir características relativamente claras que se assemelham de alguma maneira. Portanto, é possível formar uma estrutura cognitiva que os englobe e os classifique enquanto referente de um predicado específico.

Deve-se notar que tal cadeia de semelhanças também os exclui de pertencer à outra “família” de predicado, apesar de poderem existir casos específicos e incomuns em que a linha que distingue um predicado de pertencer a uma “família”, ao invés de outra, pode ser bem fina.

O exemplo que Wittgenstein dá é aquele da palavra “jogo”, no qual tal predicado se relaciona a diversos objetos linguísticos, e.g. xadrez, olimpíadas, jogos infantis de cantiga de roda, além de outras atividades que podem ser incluídas no predicado jogo, sem que necessariamente exista uma condição específica e clara para que outros objetos linguísticos possam ser incluídos na classe/família “jogo”. (WITTGENSTEIN, 2009, parágrafos 65 a 88).

Na visão de Rorty (1980), entende-se Wittgenstein como oferecendo uma interpretação da linguagem ordinária que pode ser compreendida como pragmática, ao notar que nós não podemos ter contato completo com nossas regras vividas; i.e. as conexões “reais”, que estabelecem a inclusão de um determinado objeto dentro de uma família, são somente “sombras” de nossas regras, uma vez que nós mesmos não somos capazes de nos afastar da estrutura cognitiva que cria tais regras para, assim, vê-las de forma objetiva. Explanando de outra maneira, as regras de uma classificação familiar são vividas e não fixas, pois o conhecimento humano que preenche as regras é mutável e autocorretivo.

Assim, para Arbib e Hesse (1986), são trazidos, juntamente, meios que argumentam que as metáforas, a partir de tal perspectiva pragmatista, somente nota as várias extensões de significado e ligações por semelhanças, que

ocorrem de forma contínua em nossa rede semântica holística, a qual constitui a linguagem.

O argumento desses autores parte de um ponto de vista da linguagem usual e não “ideal”; i.e. cotidianamente, nós utilizamos a linguagem para capturar significados que exprimem o mundo de forma suficientemente adequada, a fim de que uma determinada comunidade possa compreendê-lo, evitando-se a confusão, ao expressá-la dentro de graus de similaridade e diferença acessíveis.

Compreendido dentro dos termos de “semelhanças de famílias”, Arbib e Hesse (1986) propõem que toda a linguagem, na verdade, é metafórica, pois a linguagem descreve somente parte da realidade; i.e. a linguagem não propõe que cada coisa particular da realidade teria um nome distinto e próprio, mas que, pela linguagem, são representadas diversas propriedades semelhantes dentro do mundo, ou, pelo menos, a percepção disso de forma conjunta por meio de um objeto linguístico (e.g. nome).

Assim, Arbib e Hesse (1986) não consideram que exista uma diferença entre o “literal” e o metafórico, pois o uso “literal” não tem distinção semântica do metafórico, somente uma distinção pragmática; i.e. o uso literal é uma forma ensinada e usada pelos homens para se referir a uma parte da realidade que está ligada a uma rede geral de significados (e.g. entradas de um dicionário), tornando-a fácil de ser usada para se referir à realidade.

Dessa forma, a ideia de que toda linguagem é metafórica se refere ao sentido denotado pelo conceito de semelhanças de família, a qual evidencia uma forma particular de expressão linguística que se baseia na relação de reconhecimento de similaridades e analogias, ao determinar um objeto linguístico.

Alguns autores comentados por Arbib e Hesse (1986) chegam a considerar que, por meio do estudo etimológico de uma palavra, é possível observar, historicamente, que foram criadas, a partir de metáforas. Ou seja, se tornam metáforas “mortas”; i.e. perderam suas características “metafóricas” para se tornarem “literais”; o que corrobora a tese de que toda linguagem é metafórica; i.e. que toda referência linguística depende da percepção de certas similaridades ao mesmo tempo em que ignora outras características.

Ao se analisar tal tese pode-se ver a relação entre a teoria interacional (e holística) de Max Black e uma interpretação pragmatista de Wittgenstein, implicando, dessa maneira, em uma nova teoria da linguagem e conhecimento. Tal perspectiva foi apresentada a fim de demonstrar a possível importância da metáfora no uso e compreensão do mundo; a análise foi extensivamente trabalhada por George Lakoff e Mark Johnson, a qual será apresentada em seguida.

4.1 A visão filosófica e cognitiva linguística de George Lakoff e Mark Johnson

De acordo com George Lakoff e Mark Johnson, em vários de seus trabalhos (e.g. Lakoff e Johnson, 1980(a); Lakoff e Johnson, 1980(b); Lakoff e Johnson, 1999; e Johnson e Lakoff, 2002) defendem uma natureza conceitual da metáfora. Diante disso, sugerem que o principal mecanismo, utilizado pelo ser humano para compreender conceitos abstratos, bem como para desenvolver raciocínios abstratos, além de lidar com situações e conceitos desestruturados, é por meio do uso de tal “ferramenta”, sustentando sua premissa ao apresentar evidências empíricas de que:

o significado está fundamentado em nossa experiência sensório-motora e que esse significado corporificado é estendido, por meio de mecanismos imaginativos como metáfora conceitual, metonímia, categorias radiais e várias formas de combinação conceitual, para moldar a conceitualização abstrata e o raciocínio. (JOHNSON e LAKOFF, 2002, p. 245).

Sugere-se, assim, que a metáfora é uma ferramenta cognitiva conceitual que parte de experiências físicas, a fim de compreender conceitos abstratos, levando também à possibilidade de tal processo estar envolvido no desenvolvimento de inferências relacionadas a entidades, bem como a conceitos abstratos em campos como a física, psicologia, matemática, economia, filosofia, entre outros (LAKOFF e JOHNSON, 1999).

De acordo com Lakoff e Johnson (1980b), a metáfora transpassa o cotidiano do homem, não somente na linguagem, mas também no pensamento e ação, estruturando a percepção do mundo e a forma de se relacionar com outras pessoas. Todavia, tal sistema conceitual, por ser “inconsciente”, i.e. é

feito de forma automática e não reflexivamente, levando os autores a buscarem dar suporte à sua posição, ao analisar algumas metáforas; e.g. teorias são edifícios; ideias são pessoas; amor é loucura; significante é grande; a vida é um contêiner; a argumentação é uma guerra; entre outros; notando como tais metáforas influenciam a prática e interação humana.

Tomemos o exame da metáfora “a argumentação é uma guerra”, a fim de demonstrar a conexão entre um conceito metafórico e seu efeito elusivo na prática humana³⁶. É possível observar, como nota Lakoff e Johnson (1980b), que as seguintes expressões são frequentemente relacionadas e usadas no cotidiano: 1) “sua afirmação é indefensável”; 2) Ele atacou cada ponto fraco no argumento; 3) Suas críticas foram no alvo; 4) Eu demoli seus argumentos; 5) I nunca ganhei um argumento contra ele; 6) Você não concorda? Ok, então, atire (shoot); 7) Se você usar estratégia, ele vai acabar com você (wipeyou out); 8) Ele abateu (shutdown) todos os meus argumentos.

Tais expressões citadas acima servem como evidência para que um ouvinte detecte a equação escondida em tais frases, demonstrando a “luta” em um processo racional dialógico.

Lakoff e Johnson (1980b) argumentam que tal metáfora pode ter sido construída a partir de características culturais³⁷, estruturando as ações e percepções durante a argumentação, como exposto pelos autores:

Nós podemos realmente ganhar ou perder argumentos. Nós vemos a pessoa com quem estamos discutindo como um oponente. Nós atacamos suas posições e defendemos as nossas. Nós ganhamos e perdemos terreno. Nós planejamos e usamos estratégias. Se acharmos uma posição indefensável, podemos abandoná-la e tomar uma nova linha de ataque. Muitas das coisas que fazemos ao argumentar são parcialmente estruturadas pelos conceitos de guerra. Embora não haja batalha física, há uma batalha verbal, e a estrutura de um argumento [leia-se: disputa verbal] - ataque, contra-ataque etc. reflete isso (p. 4).

36Lakoff e Johnson (1980b) selecionam analisar exemplos de metáforas, a fim de demonstrar a relação entre expressões metafóricas a conceitos metafóricos, uma vez que consideram o uso de expressões linguísticas metafóricas como indicativos da manifestação da natureza conceitual das metáforas, considerando, de tal forma, que metáforas, como expressões linguísticas, são possíveis, precisamente porque existem metáforas no sistema conceptual de um indivíduo.

37 É possível analisar, além do apresentado no trabalho de Lakoff e Johnson (1980b), que, em uma cultura capitalista, o estímulo para a disputa pode ser observado como socialmente desejável, uma vez que a posse e o acúmulo de riqueza, em tal sistema, só são alcançados por meio da competição.

Sendo assim, a partir de tal metáfora (“inconsciente”), podemos estruturar nossa percepção e ação, na qual a metáfora exposta só representa uma das muitas evidências levantadas no livro *Metaphors We Live By* (1980b).

Um ponto que merece atenção, e que é repetidamente exposto pelos autores em *Metaphors We Live By* (1980b), é a ideia de que:

...metáfora não é apenas uma questão de linguagem, isto é, de meras palavras... pelo contrário, os processos de pensamento humano são em grande parte metafóricos. Isto é o que nós [Lakoff e Johnson] queremos dizer quando dizemos que o sistema conceitual humano é metaforicamente estruturado e definido. Metáforas como expressões linguísticas são possíveis precisamente porque existem metáforas no sistema conceitual de uma pessoa. Portanto, sempre que neste livro falamos de metáforas, como ARGUMENTO É GUERRA, deve ser entendido que metáfora significa conceito metafórico (p. 4).

Evidenciando de outra forma, os autores consideram que a metáfora não se trata somente de uma questão de linguagem, a fim de se distanciarem da concepção aristotélica clássica - que considera a metáfora como um mecanismo poético, educacional ou uma retórica “florida”. Assim, sugerem que a metáfora possui componentes cognitivos que influenciam a ação humana.

Ao tratarem do assunto: linguagem; Lakoff e Johnson apresentam uma posição que pode ser avaliada como pragmatista, uma vez que não se preocupam em encontrar o “significado” das palavras, mas sim “...como as pessoas compreendem suas experiências. Nós vemos a linguagem enquanto provendo informações que podem levar a princípios gerais da compreensão” e que “os princípios gerais envolvem sistemas de conceitos como um todo em vez de palavras individuais ou conceitos individuais”, considerando que “tais princípios são frequentemente metafóricos em sua natureza e envolvem a compreensão de um tipo de experiência por outro tipo de experiência” (LAKOFF e JOHNSON, 1980b, p. 117).

Dessa forma, os autores se colocam a favor de uma posição mais pragmatista ao se preocuparem “como seres humanos lidam com um conceito, como eles compreendem e funcionam em termos disso” (LAKOFF e JOHNSON, 1980b, p. 117), considerando a compreensão como uma experiência que lida com domínios mais gerais, em vez de conceitos isolados e/ou específicos.

O conceito de experiência, tomado por Lakoff e Johnson (1980a), pode ser compreendido por produtos de nosso aparato corporal, nossas interações

com o mundo físico, bem como nossas interações com outros seres humanos dentro de certos contextos culturais. Isso é denominado pelos autores como “propriedades interacionais”, i.e. propriedades inerentes e naturais da experiência que são compreendidas como um todo (Gestalts) aberto, não como algo fixo, imutável e/ou isolado no tempo/espaço ou nossas mentes.

Os autores dessa vertente propõem uma posição pragmatista ao não aceitarem que existe um significado objetivo, fixo e imutável, uma vez que nossas experiências diferem de cultura para cultura e podem depender de nossa compreensão de um tipo de experiência em termos de outra; i.e. metáforas, de maneira que propriedades e similaridades só podem ser conceituadas a partir de um sistema interacional – do indivíduo com o mundo (que, continuamente, se transforma); e que tais similaridades são observadas por meio de experienciais (gestálticas) e não “objetivas”.

Lakoff e Johnson (1980b) argumentam que a metáfora revela as limitações do mito da objetividade no seguinte trecho:

Por definição, não existe tal coisa como um conceito metafórico ou um significado metafórico. Os significados são objetivos e especificam condições de verdade objetiva. São, por definição, formas de caracterizar o mundo como ele é ou poderia ser. As condições da verdade objetiva simplesmente não fornecem maneiras de ver uma coisa em termos de outra. Portanto, significados objetivos não podem ser metafóricos. Como a metáfora não pode ser uma questão de significado, só pode ser uma questão de linguagem. Uma metáfora, na visão objetivista, pode, na melhor das hipóteses, nos dar um modo indireto de falar sobre algum significado objetivo usando a linguagem que seria usada literalmente para falar sobre algum outro significado objetivo M, que geralmente é falso de uma maneira descarada. . Novamente, por definição, não pode haver uma metáfora literal (convencional). Uma frase é usada literalmente quando $M' = M$, isto é, quando o significado do interlocutor é o significado objetivo. As metáforas só podem surgir quando $M' \sim M$. Assim, de acordo com a definição objetivista, uma metáfora literal é uma contradição em termos, e a linguagem literal não pode ser metafórica. A metáfora só pode contribuir para o entendimento fazendo-nos ver semelhanças objetivas, isto é, semelhanças entre os significados objetivos M e M'. Essas semelhanças devem ser baseadas em propriedades inerentes compartilhadas de objetos - propriedades que os objetos realmente possuem, em si mesmas. Assim, a explicação objetivista do significado está completamente em desacordo com tudo o que reivindicamos neste livro. Essa visão do significado e da metáfora tem estado conosco desde os tempos dos gregos. Ele se encaixa na metáfora CONDUIITE (“O

significado está bem ali nas palavras") e se encaixa no mito do objetivismo (p. 210).

O mito do objetivismo, tratado por Lakoff e Johnson (1980b), é de que “o mundo é feito de distintos objetos, com propriedades distintas e relações fixas entre eles a qualquer instante” (p.211), posicionando-se, como já mencionado, com uma postura pragmatista ao declarar que “vemos questões relacionadas ao significado em linguagem de forma natural...como questões empíricas, em vez de questões de pressupostos e argumentações filosóficas a priori” (p. 211). Assim, defende a importância da metáfora ao notar que penetra “não meramente nossa linguagem, mas nosso sistema conceptual” (p.211); i.e. como nós compreendemos nossas experiências, justificando, dessa maneira, a importância do estudo da metáfora ao se lidar com temas como “verdade” e “significado”³⁸.

A alternativa, sugerida por Lakoff e Johnson (1980b), para lidar com os temas de “verdade” e “significado”, não é assumir uma posição subjetivista, mas sim, uma posição experimentalista; i.e. o significado/verdade provém de nossa percepção natural, não arbitrária e irrestrita da realidade holística e gestaltica de nossas experiências.

A partir de tal posição experimentalista, a verdade ou significado vão depender dos tipos de experiências que uma pessoa tem frente a uma dada situação, a qual não pode ser totalmente expressa (uma vez que uma experiência é particular a cada pessoa). Porém, com base nos instrumentos cognitivos, como a metáfora, pode ser adequadamente compreendida pelo indivíduo (ligando a experiência à rede de conhecimentos, experiências e estruturas metafóricas prévias, tornando-o coerente e inteligível), bem como possibilitando a expressão de tal experiência a outras pessoas.

38 É interessante notar que a concepção “literal”, i.e. que possui um sistema ideal fixo de significados, como aquele apontado por Searle (1979), está intimamente ligada a noções mentais bem difundidas, e.g. “condições de verdade”; inconsistência; implicação lógica ou consequência semântica; entre outros; o que, devido à sua tradição, sustenta um valor cognitivo dependente de uma “realidade” fixa e estável. A argumentação, exposta por Lakoff e Johnson, busca, a meu ver, justificar um valor cognitivo da metáfora para além de tal posição, uma vez que a própria metáfora não possui um correspondente único e imutável na “realidade”. Isso sugere, em contrapartida, uma teoria do significado mais holístico, voltando-se para o cotidiano, a fim de notar um significado proferido, como observado por Searle (1979), ao tratar de atos de fala que são dependentes das intenções e ocasiões particulares de uma dada fala.

A perspectiva experimentalista³⁹ de Lakoff e Johnson (1980b) surge do ponto de vista de que o homem faz parte de seu ambiente, modificando o foco de questões externas (objetivistas) ou internas (subjetivistas), para uma posição interacionista do indivíduo com outros indivíduos - e deste com seu ambiente. Tal perspectiva pressupõe uma contínua transformação de significados, dada a sua contínua interlocução entre os indivíduos e o mundo, colocando, assim, o homem enquanto um ser ativo que transforma e é transformado pelo ambiente, tanto físico quanto social e cultural.

A verdade, seguindo essa perspectiva, então, deixa de depender da “verdade última” para uma compreensão, tanto interna quanto externa, “funcional” (i.e. que possui eficácia; de uso cômodo; prático, utilitário), que emerge do mundo.

Outro ponto trabalhado no livro é a noção de “conceito”, que, para Lakoff e Johnson (1980b), é relacionada à concepção de metáfora. Explica-se que nossas noções e ideias (conceitos) são formadas a partir de uma série de experiências, na qual a metáfora se baseia, de forma a constituir um entendimento experiencial e sensível.

Tal como já elucidado por Max Black (1962, 1977), Lakoff e Johnson (1980b) consideram um sistema metafórico enquanto salientando algumas características, ao mesmo tempo em que “esconde” outras, contendo, em sua “essência”, a compreensão de uma coisa a partir de termos de outra. Esses autores notam a importância do contexto na compreensão, expressão e ação dos indivíduos de uma dada cultura.

Segundo Johnson e Lakoff (2002) argumentam, a “base” do sentido metafórico é fundada a partir de nossa experiência sensório-motor, de forma

39 É interessante notar como a noção experimentalista de Lakoff e Johnson se assemelha à noção experimentalista de Dewey (1958), na qual este último salienta a experiência como possuindo qualidades naturais (i.e. que possui conotações darwinistas enquanto processo de sobrevivência) e instrumentais (i.e. na qual o homem busca compreender os fenômenos da natureza). Na verdade, é possível observar diversas semelhanças, ou talvez influências, do trabalho de Dewey sobre a filosofia de Lakoff e Johnson, notando-se diversos pontos ao se observar as ideias desses autores; e.g. a concepção “monista”, a qual concebe mente e corpo como um; o pensamento como instrumento que possibilita a compreensão e intervenção no mundo; o interesse no conhecimento social/cultural/biológico, selecionado e avaliado como digno de pesquisa, oposto a uma visão única e imutável do conhecimento; uma visão do comportamento social de adequação e sobrevivência; a linguagem como instrumento criador e organizador da experiência; entre tantos outros pontos. Justifico a escolha de Dewey ao realizar a relação anterior, ao invés de outros autores pragmatistas, que podem possuir diversas outras características relacionadas à teoria de Lakoff e Johnson, pelo fato deste ser um dos autores mais clássicos e influentes sobre o pragmatismo.

que a incorporação do significado é estendida via mecanismos cognitivos, tal como conceitos metafóricos. Isso leva a várias formas de combinação conceitual que moldam a abstração conceitual e o raciocínio.

De tal forma, os autores sugerem que os conceitos metafóricos são estruturados a partir de experiências que derivam do domínio corporal, como no caso das metáforas orientacionais, as quais não estruturam um conceito em termos de outro, mas sim, organizam um grupo de sistemas conceituais.

As referidas metáforas orientacionais não são arbitrárias (apesar de variarem de cultura a cultura), tendo como base a experiência física e cultural de um indivíduo; e.g. “feliz é para cima” e “triste é para baixo”, os quais se relacionam a metáforas como “saudável é pra cima” e “doente é para baixo”; “ter controle é para cima” e “ser submisso é para baixo”; “mais é para cima” e “menos é para baixo”; “status é para cima” e “depreciação é para baixo”; entre várias outras metáforas, as quais definem coerentemente um sistema de ideias e ações⁴⁰, ao invés de um número isolado ou ao acaso de ocorrências.

Assim, Lakoff e Johnson (1980b) desenvolvem seu argumento de coerência dentro do sistema metafórico/conceptual cognitivo, sustentando, com base em observações, como a metáfora, que “maior é melhor” é coerente com “mais é para cima”, bem como “bom é para cima”, não sendo coerente com “menor é melhor”. Isso evidencia que os valores fundamentais de uma cultura vão ser coerentes com a estrutura dos conceitos mais fundamentais em uma cultura.

Os autores, no entanto, não generalizam que todos os valores culturais são coerentes com o sistema metafórico; somente que tal sistema existe e que é profundamente ligado e consistente com o sistema metafórico.

Nesse contexto, os autores argumentam que a prioridade de valores é parcialmente dependente da participação em uma dada subcultura, bem como de valores pessoais, que ressoam com os valores de tal subcultura, diferenciando, assim, as prioridades de valores, além de notar que existem grupos que definem suas identidades ao se opor à cultura *mainstream*. Ou seja, indivíduos, como os grupos, variam seus valores e virtudes dependentes do

40 É interessante notar como no livro de Pierre Weil e Roland Tompakow, “O Corpo Fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal”, de 1973 (um livro de referência para muitos psicólogos), são apontadas ações corporais condizentes com a felicidade, a partir do olhar para o horizonte, enquanto que a tristeza está relacionada ao olhar para baixo.

que lhes é importante e, conseqüentemente, seus sistemas de valores demonstraram coerência com as metáforas pelas quais os indivíduos vivem.

Para Lakoff e Johnson (1980a), o uso de metáforas permite lidar com nossas experiências em termos de objetos e/ou substâncias, a partir de suas particularidades (partes salientadas ou subtraídas), possibilitando de tal forma identificá-las, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las, i.e. raciocinar sobre elas. Os autores consideram que tal sistema é necessário, uma vez que os seres humanos são seres que lidam e possuem limitações físico/espaciais, as quais servem de base para a compreensão de objetos e/ou substâncias que não necessariamente possuem as mesmas limitações físicas. Compreendem-se, assim, eventos, atividades, emoções, ideias, etc., que derivam de uma variedade de metáforas ontológicas, as quais servem ao propósito de referir, quantificar, etc., objetos e/ou substâncias não-físicas, a partir da experiência discreta de certas características relacionadas aos objetos e/ou substâncias físicas experienciadas⁴¹. Os autores, então, salientam que nós somos seres físicos, limitados e que estendemos e entendemos as experiências que ultrapassam tais limitações a partir de nossa orientação física; e.g. nós conceptualizamos nossa visão como um “container” e o que vemos está “dentro” do “campo⁴²” de visão.

Outra capacidade das metáforas ontológicas, exploradas por Lakoff e Johnson (1980b), são aquelas em que objetos físicos são reconhecidos e especificados a partir de características “humanas”, oferecendo, assim, características, atividades e motivações a entidades não humanas; e.g. “a inflação atacou a fundação da economia”; “a inflação é nosso maior inimigo”; “o dólar foi destruído pela inflação”; os quais, dentre outros exemplos, oferecem uma forma de compreender fenômenos abstratos em termos humanos, que, conseqüentemente, oferecem uma forma de compreensão mais íntima à experiência humana.

O uso de características humanas a objetos e/ou substâncias pode ser classificado como uma metonímia, i.e. quando:

⁴¹ Uma metáfora, não utilizada pelo livro, todavia condizente com o sistema conceptual de que a “mente é uma máquina” (LAKOFF & JOHNSON, 1980b, pg. 28), é o conhecido “está faltando um parafuso na minha cabeça”.

⁴² Outra “metáfora” tomada como autoevidente, todavia não refletida em nossa vida diária.

...uma entidade esta sendo usada para se referir a outra. Metáfora e metonímia são diferentes tipos de processos. Metáfora é principalmente uma maneira de conceber uma coisa em termos de outra, e sua função primária é a compreensão. Metonímia, por outro lado, tem primariamente uma função referencial, isto é, nos permite usar uma entidade para significar outra. Mas metonímia não é meramente um dispositivo referencial. Ele também serve a função de prover a compreensão (LAKOFF e JOHNSON, 1980b, p. 36).

Explanando de outra forma, metonímia nos permite observar certas características do que está sendo referenciado de uma maneira mais focal, devendo ser notado que metonímia, da mesma forma que metáforas, não ocorre de forma arbitrária. De acordo com Lakoff e Johnson (1980b), são também utilizados dentro de um sistema conceptual, possibilitando a conceptualização de algo por meio de sua relação com outra coisa.

Os autores consideram que a metonímia, como as metáforas, estrutura não somente nossa linguagem, mas nossos pensamentos e ações, também sendo derivada de nossa experiência.

Os exemplos expostos pelos autores podem ser considerados mais óbvios (comparando com outros exemplos metafóricos, utilizados no livro *Metaphors we live by*), pois envolve uma associação física ou causal mais direta; e.g. a metonímia de “produtor e produto” (*Eu odeio ler Heidegger*); é possível observar uma relação direta entre ambos, na qual uma avaliação negativa (pensamento) de um produto pode levar a uma atitude (ação) de repulsa pelo produtor, relação realizada pelo uso da metonímia, de acordo com os autores.

Lakoff e Johnson (1980a) notam que não são todas as metáforas que têm os efeitos “estruturais” descritos anteriormente; eles salientam que algumas metáforas, devido à sua posição marginal na cultura e na linguagem, não interagem com outros conceitos metafóricos e, conseqüentemente, não têm um papel influenciador em nossos pensamentos e/ou ações. Não se deve, no entanto, desconsiderá-las, pois possuem o potencial de influenciar, caso a linguagem e a cultura se modifiquem no futuro, a fim de notar e estender sua função em possíveis novas estruturas conceptuais.

Por outro lado, o uso de forma extensiva de uma metáfora (e.g. as variáveis das metáforas “arguição é uma guerra”) pode levar a reforçar uma concepção e/ou posição sobre um aspecto da vida (e.g. em uma arguição, o

outro é assumido como um inimigo e deve conseqüentemente ser odiado e “destruído”), indo até a extremos de se tornar uma profecia autorrealizadora (i.e. buscar um curso de ação que reforce nossas percepções e inferências, além de desconsiderar informações falseadoras), de forma consciente ou inconsciente.

Um dos pontos, considerados como importantes por Lakoff e Johnson (1980b), se referem à distinção, fundada pela metáfora, entre a experiência e a forma com que nós a conceptualizamos, uma vez que nós tipicamente compreendemos o não-físico em termos físicos; i.e. nós conceptualizamos o menos claro com base no mais claro para a nossa experiência.

Ao tratar do processo de categorização e subcategorização, i.e. divisões internas de uma dada categoria, Lakoff e Johnson (1980b) observam diversas semelhanças com a metáfora, considerando até que ambos (categorização e a metáfora) encontram-se em um continuum, uma vez que os “processos” lidam com a relação de certas características em objetos e/ou atividades, buscando, por meio de tais processos, a clarificação e compreensão da experiência, visando à ação sobre ela.

Os autores argumentam que a estruturação de categorias e metáforas efetiva-se a partir de Gestalts invocadas por dimensões da experiência, que são salientadas sobre outras, ao mesmo tempo em que desprezam características da experiência. Assim, alegam os autores, a estrutura conceptual das metáforas são formas complexas de Gestalts que estruturam parcialmente nossas experiências.

Os benefícios da estruturação da experiência, usando da metáfora em nossas vidas, são evidenciados por Lakoff e Johnson (1980b), uma vez que, por meio do uso da metáfora, é possível focar em um aspecto de um conceito, a fim de servir a um propósito específico. Isso possibilita que tal forma clarifique e delineie um conceito, a partir de experiências mais vívidas de nossa vivência.

Do mesmo modo, se existem diferentes propósitos, a fim de se compreender um conceito, pode, conseqüentemente, haver diferentes metáforas, até mesmo sobreposição de metáforas, buscando uma compreensão mais coerente de certos conceitos.

Sendo assim, a contribuição do trabalho desses autores se encontra ao observar que tais expressões metafóricas podem ser vistas, em um primeiro momento, como aleatórias e/ou isoladas, mas que, com base em estudo do uso das metáforas, é possível observar um sistema complexo que serve ao propósito da compreensão em nosso dia a dia. Diante disso, possibilita-se compreender constructos altamente abstratos e elaborados a partir de características de experiências concretas e bem delineadas.

Como já mencionado superficialmente anteriormente, a metáfora, de acordo com Lakoff e Johnson (1980b), propicia a capacidade de autoconhecimento. De acordo com os autores “compreensão de nós mesmos não é diferente de outras formas de compreensão, vem de nossas constantes interações com nosso ambiente físico, cultura e interpessoal” (LAKOFF E JOHNSON, 1980b, p. 233).

Os autores explicam que, antes de podermos nos entender, devemos estar inseridos em um processo de aprendizagem com o mundo, de uma forma geral, que nos instrumentaliza a compreender o mundo externo para, em seguida, utilizarmos tais instrumentos para nosso interior, objetivando que nos entendamos. Durante tal processo, a metáfora, de acordo com os autores, pode servir como uma eficiente ferramenta para relacionar características do mundo com aspectos internos de nós mesmos⁴³.

Os autores acrescentam ainda que o processo de autoconhecimento pode efetivar-se com base no uso de metáforas, na ressignificação de experiências, na elucidação de entendimentos inconscientes para os conscientes e na organização de tais experiências de forma coerente.

Lakoff e Johnson (1980b) discutem que as metáforas têm um poder imaginativo e criativo para além do uso “convencional”; metáforas que estruturam o sistema conceptual comum de uma dada cultura, o que é refletido na linguagem cotidiana. Os autores consideram que as metáforas podem também dar novas compreensões sobre nosso passado, nossa vida diária e o que nós acreditamos ou sabemos.

43 É interessante notar que o processo de compreensão de sentimentos e emoções segue o entendimento de Lakoff e Johnson, e.g. amor (sentimento interno) é um fogo (experiência externa); calma (sentimento interno) é como um lago parado (experiência externa) e assim por diante.

Seguindo uma perspectiva “darwiniana”, cada cultura, de acordo com Lakoff e Johnson (1980b), deve prover instrumentos para os indivíduos lidarem de maneira mais ou menos com sucesso, de acordo com nosso ambiente, de forma adaptativa e transformadora ao ambiente social e cultural, que continuamente se modifica. A metáfora aqui se propõe como tal instrumento, oferecendo ao indivíduo uma forma de conceber e determinar nossa compressão e ação sobre o mundo.

A partir do exposto, é possível observar que metáforas, de acordo com os trabalhos de Lakoff e Johnson, possuem propriedades de salientar e tornar coerentes certos aspectos de nossa vida, além de criar realidades sociais para nós, podendo, por conseguinte, guiar nossas ações.

4.1 Algumas considerações sobre a metáfora e o método científico

O estudo da metáfora ocupa um lugar em várias áreas do conhecimento, e.g. história, filosofia, sociologia e retórica da ciência, podendo-se observar em todas essas áreas uma janela para processos cognitivos básicos (ARBIB e HESSE, 1986).

Um campo que tem estudado e observado os efeitos da metáfora é dos estudos científicos, o qual foi estimulado, como já apresentado, por Max Black, Mary Hesse, entre outros; tal dispositivo tem sido detectado como servindo de raiz para a criatividade científica, argumentação e explicação científica.

Em *The Construction of Reality*, os autores Arbib e Hesse (1986) argumentam que as próprias revoluções científicas são, em si, revoluções metafóricas, uma vez que:

“Os dados científicos são inicialmente descritos em uma linguagem de “observação” ou na linguagem de uma teoria familiar e, em seguida, são redescritos em termos de um modelo teórico que permite que duas situações aparentemente díspares interajam de uma maneira nova” (p.156).

A linguagem metafórica, na ciência, a partir da perspectiva de Arbib e Hesse (1986), é reconhecida quando nós ligamos relações entre sistemas de significados interconectados (e.g. teorias), vindo a criar uma tensão que leva a investigar o fenômeno de outra maneira.

Utilizando-se de uma terminologia kuhniana, o desenvolvimento da ciência se desenrola a partir de uma tensão entre a ciência normal e a ciência revolucionária, na qual a ciência normal busca reduzir tal tensão, objetivando diminuir a instabilidade e incoerência dentro de um modelo científico. Dessa maneira, esforça-se para alcançar teorias lógicas e conectas; a ciência revolucionária, a qual, com base em observação de novas perspectivas busca desenvolver novos significados (por meio de novas linguagens) e aplicações, esforça-se a alcançar genuíno progresso científico.

A perspectiva interacional de Black e Hesse (apresentados anteriormente neste trabalho) tem o entendimento de que toda a linguagem é dinâmica, tomando exemplos científicos, a fim de corroborar sua posição, e.g. um dado observacional pode se tornar teórico ao declarar que a “terra é redonda” e o que é teórico pode se tornar observacional, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias. Dessa maneira, não existem informações que estabeleçam uma metáfora como verdadeira ou falsa, mas somente mais apropriada ou menos apropriada, mais reveladora ou menos, mais útil ou menos, dependendo do contexto e coerência observados.

Assim, modelos científicos buscam satisfazer o que podemos designar como critério pragmático, i.e. a satisfação alcançada por meio da expressão lógica, estável e coerente (empiricamente) de argumentos.

O modelo científico, do ponto de vista de Arbib e Hesse (1986), é observado enquanto metafórico, ao se perceber que, durante o desenvolvimento científico, ocorrem diversas mudanças entre o “literal” (observado) e o metafórico (teoria). Assim, reconfiguramos a linguagem teórica (metafórica), a fim de descrever e explicar os fenômenos de forma mais abrangente, bem como é notado pelos autores que é a teoria que, muitas vezes, rege nossa observação.

Como notado por Arbib e Hesse (1986, p. 157):

Metáforas científicas... podem ser inicialmente inesperadas; uma vez estabelecido como útil, no entanto, elas são estendidas e desenvolvidas pela lógica, bem como por analogia. Elas devem ser internamente unidas por inter-relações lógicas e causais. Se dois modelos do mesmo sistema são considerados inconsistentes, essa inconsistência geralmente é vista como um desafio para reconciliá-los por modificação mútua ou para refutar uma deles.

Deve ser salientado que a posição apresentada por Arbib e Hesse (1986) não busca ser um idealismo não empírico; i.e. tais autores não negam que existe uma estrutura real do mundo, mas somente que a linguagem, que é o instrumento utilizado para perceber tal estrutura, nunca consegue expressar totalmente a realidade com um isomorfismo perfeito, pois a linguagem é metafórica em sua origem, somente expressando classificações e analogias (“semelhanças de famílias”) da realidade. O ponto de demarcação da ciência está no fato de que tal modelo é restrito por ciclos de feedback dependentes de experimentação no mundo real.

Contrariamente a uma perspectiva positivista, na qual o ser humano é colocado frente a uma realidade independente e natural, em que busca “refletir” o mundo por meio de imagens na mente ou proposições linguísticas que correspondem um-a-um aos “fatos”, Arbib e Hesse (1986) concebem que a interação entre o homem e o conhecimento não é neutra, uma vez que o conhecimento é construído pelo indivíduo. Assim, efetiva-se em termos linguísticos e físicos, por meio da interação, manipulação e projeção da realidade, dada a partir de esquemas de atividade cinestésica⁴⁴ e por categorias da linguagem,

Consequentemente, a ciência reflete esse progresso instrumental e pragmatista do conhecimento contingente à interação humana com a realidade (observando-os enquanto culturalmente relativos e historicamente cambiáveis), sendo, então, “construído” pelo homem em uma atividade diretiva que apresenta resultados satisfatórios para a humanidade.

Expressando de forma mais clara a relação entre metáfora e o método científico, Arbib e Hesse (1986, p. 161) evidenciam que:

Modelos científicos são um protótipo, filosoficamente falando, de criações imaginativas ou esquemas baseados em linguagem natural e experiência, mas vão além disso por extensão metafórica para construir mundos simbólicos que podem ou não representar adequadamente certos aspectos do mundo empírico. Todos esses mundos simbólicos compartilham, com modelos científicos, a função de descrever e redesenhar o mundo; e para todos eles é inapropriado pedir verdade literal como correspondência direta com o mundo.

44 Tal qual proposto por Piaget, em que a criança é percebida enquanto um ser ativo na construção do conhecimento, com base na interação cenestésica com o mundo e sua consequente reestruturação cognitiva da realidade em esquemas de 1) assimilação, 2) acomodação e 3) equilíbrio do conhecimento (CUNHA, 2002).

A relação entre a metáfora e o método científico é vista por diversos autores, e.g. Black, Hesse, entre outros, notando como a metáfora pode servir como instrumento para observar propriedades e relações de diversos objetos, além de, em algumas instâncias, modificar a percepção de certas propriedades e/ou relações de objetos. Outro autor que levantou pontos interessantes na relação entre a metáfora e o método científico foi Ken Baake, em seu livro *Metaphor and Knowledge: the challenges of writing Science*, de 2003.

Para Baake (2003), a metáfora é um instrumento da epistemologia, por meio do qual é possível alcançar uma forma de conhecimento, i.e. razões e crenças que ligam um observador à realidade, de uma maneira consistente; sendo o conhecimento científico um tipo específico de conhecimento, alcançado com base no processo racional aplicado a um fenômeno observado. O argumento geral desse autor é de que o conhecimento científico pode ser percebido como notas musicais, combinadas de determinada maneira, de modo a evocar um padrão significativo, i.e. a maneira com que palavras interagem, constroem e refinam o conhecimento científico.

Baake (2003) utiliza o termo “harmonia”⁴⁵, a fim de se referir às várias implicações ou sinais que uma palavra carrega. Uma metáfora, de acordo com Baake (2003):

funciona como uma nota musical transmitia um tom fundamental, denotando o significado primário, mas também outros tons em intervalos regulares, os harmônicos. A implicação dessa maneira de explicar a metáfora é que alguns significados que ressoam em uma palavra soarão consistentes com as expectativas de sons do ouvinte, enquanto outros não (p. 8).

A semelhança entre a linguagem e música, para Baake (2003), é que ambas são reconhecidas cognitivamente por meio de suas relações e intervalos entre palavras, além de sua aceitação dentro de uma comunidade específica, no caso, a científica.

Baake (2003), em seu livro *Metaphor and Knowledge*, observou a função geradora da metáfora no desenvolvimento científico, ocorrido no Instituto Santa Fé, nos Estados Unidos - uma instituição não governamental que estimula o desenvolvimento científico interdisciplinar, a qual lida com diversos temas;

45 Harmônicos musicais são tons que soam em adição ao tom fundamental quando uma nota musical é tocada.

notou que as metáforas tendem a ser aceitas em diversos campos acadêmicos/profissionais, caso tais metáforas soem “harmonicamente” com o paradigma geral no qual os pesquisadores operam.

A maneira com a qual Baake (2003) utiliza a compreensão da metáfora de uma forma musical parece apropriada, pois o conhecimento científico só é alcançado e difundido por meio da linguagem - um sistema de comunicação primordialmente oral ou aural.

É interessante notar que Baake (2003) apresenta, em seu trabalho, uma perspectiva interacionista da linguagem, uma vez que:

(...)palavras transmitem diversos significados... Esses significados afetam consciente ou inconscientemente a maneira como acomodamos essa palavra em um grupo sintático maior - a sentença que tenta representar a realidade. As metáforas, por definição, são preenchidas com associações e, portanto, adicionam muitas dimensões de significado a qualquer sentença em que aparecem. Essas dimensões de significado são o que eu comparo à harmonia musical. (p. 9)

Dessa maneira, Baake (2003) argumenta que o desenvolvimento científico é um processo relacional, ao percebê-lo como um desafio de um (ou um grupo, como no caso do Instituto Santa Fé) ter suas ideias aceitas dentro de um grupo maior (no caso, a comunidade científica), por meio da linguagem. Desse modo, a retórica científica se torna uma retórica da inquisição científica, percebendo a ciência tanto na qualidade de uma construção humana, em que existem debates e lutas de “poder”⁴⁶, como na qualidade de produtora do conhecimento.

Baake (2003) se coloca a favor de uma posição na qual fatos não são os objetivos do propósito intelectual, que é o conhecimento científico, mas sim, que são fundações para argumentos relevantes à audiência humana, uma vez que fatos podem possuir diversos graus de “certeza”, dependente da comunidade científica, evidenciando ainda que a linguagem e a teoria filosófica precedem o fato - e não o contrário.

Esse autor observa os aspectos positivos de tal posição ao argumentar que, a partir da concepção de que a verdade é relativa a uma rede individual e

46 Poder, aqui, se refere à capacidade persuasiva de interferir e/ou influenciar indivíduos a seguir uma determinada posição, que pode vir a ser benéfica a uma pessoa ou grupo específico, tal como discutido por Ricoeur (1986), ao tratar que metáforas possuem um papel de transmitir uma ideia de forma persuasiva.

cultural de crenças, é possível ultrapassar as limitações do método e alcançar pensamentos e teorias criativas que superam antigos modelos.

De acordo com Baake (2003), o uso da metáfora no processo do desenvolvimento científico se encontra na fusão entre o processo de descoberta, um ato de observação e o processo de criação de conhecimento; um ato de reflexão sobre o que é observado ocorre ao mesmo tempo, no qual a metáfora pode ser um instrumento que auxiliaria tal ligação e, dessa forma, produziria conhecimento.

O aspecto criativo, observado por Baake (2003), relacionado à metáfora, se refere à sua capacidade criativa de traduzir a realidade de uma maneira significativa, ao invés de simplesmente representá-la linguisticamente. Isso possibilita alterar o significado de um fenômeno por meio de uma re-contextualização dentro de novas interações linguísticas/cognitivas de um dado paradigma científico, para a qual Baake utiliza a metáfora de “partituras” e seu entendimento como “harmônico”⁴⁷.

A partir de tal perspectiva, a metáfora não possui valor cognitivo fora de uma teoria “maior”, da mesma maneira que uma palavra não possui sentido fora de sua interação lexical; ou da mesma forma que uma nota musical fora de sua partitura não possui valor afetivo.

A metáfora funcionaria de maneira a trazer à tona aspectos e/ou características anteriormente não salientadas, especificamente, aquele(a)s que afetam nossos sentidos. Ao mesmo tempo em que as metáforas atraem a atenção de similaridades, elas também implicitamente salientam as diferenças, as quais também podem servir como estímulo para o desenvolvimento do conhecimento científico.

Em ambos os casos, Baake (2003) observa que a metáfora tem sua função ao apresentar e/ou sinalizar que ela oferece um sentido maior que as partes individuais (e literais), oferecidas pela palavra; ou, utilizando a metáfora de Baake, ela pode produzir e/ou “afinar”⁴⁸ conhecimento.

47 Ao utilizar o conceito musical de “harmonia”, Baake parece fugir do debate entre significado “literal” e significado “holístico”, advogando o aspecto positivo de lidar com a metáfora dessa maneira, a fim de fugir das “regras” de construção do conhecimento. Abre, assim, um espaço criativo de (re)significação dentro de um ambiente discursivo maior.

48 do inglês fine-tuning

A imprecisão, seguindo a perspectiva de Baake, entre outros, não é vista como “negativa”, uma vez que os quadros referenciais/relacionais não foram explorados/conhecidos, podendo a imprecisão servir como estímulo inquisidor para alcançar e/ou observar tais quadros desconhecidos. Isso objetiva semelhanças ou diferenças dentro de uma dada metáfora, demonstrando, dessa forma, os aspectos positivos de utilizar a metáfora para produzir conhecimento.

A imprecisão, bem como a capacidade de uma metáfora, de ser compreendida de formas diferentes da proposta pelo autor, é uma das causas que levam cientistas a buscar não utilizar a metáfora em sua escrita científica, como nota Baake (2003).

Utilizando a linguagem desse autor:

O cientista que usa uma metáfora não tem como saber se os harmônicos vão provocar novos insights... se os harmônicos serão inofensivos, ou se eles distorcerão o significado (oferecendo muitos “tons” que podem distrair a representação que o cientista estava tentando alcançar). (BAAKE, 2003, p. 74).

Apesar de observar os aspectos positivos da metáfora no desenvolvimento do conhecimento científico, Baake (2003) nota que as “harmônicas”, devido ao fato de constantemente conjurarem novos significados, não são passíveis de controle; i.e. não é possível controlar a forma com que ouvintes podem fazer sentido de uma dada metáfora, o que pode levar a uma teoria e/ou ideia a ser compreendida de forma enganosa. O exemplo dado por Baake é da ideia de Darwin, referente à “evolução”, e como tal ideia foi compreendida como “progresso”, não incluindo a concepção de aleatoriedade que Darwin pretendia exprimir com a ideia de evolução.

Devido ao fato acima mencionado, Baake argumenta que muitos cientistas têm receio de utilizar metáforas na exposição de seus trabalhos, por medo de suas ideias serem “escutadas” de forma equivocada. Baake, no entanto, advoca pelo uso da metáfora no âmbito científico, devido ao fato de que esse seja um instrumento cognitivo muito poderoso, a fim de evocar ideias inovadoras, mesmo havendo aspectos incertos ao seu uso⁴⁹.

49 Como já bem descrito por Kuhn (1970), a ciência move, por meio da modificação e transformação de paradigmas (revoluções científicas), o que necessariamente envolve um processo de ultrapassar os limites de um dado paradigma e lidar com as incertezas inerentes

A partir do exposto sobre a função, compreensão e uso da metáfora, no contexto do desenvolvimento científico, como percebido por Arbib e Hesse; Lakoff e Johnson; e Baake, será apresentada, a seguir, uma análise do trabalho de Pepper sobre esse “novo” olhar.

5. CONCLUSÃO

Apesar de o trabalho de Pepper ter relevância ao tratar do conceito de metáfora raiz, foi apresentado – esta dissertação argumenta – em um momento histórico em que o pragmatismo estava evanescendo, em diversos cenários acadêmicos, como influenciador das reflexões filosóficas, sobretudo, acerca da ciência, sendo afastado por formas alegadamente mais precisas de filosofia, i.e. pelo positivismo lógico.

A forma pragmatista de Pepper, apesar de o próprio autor negá-la, foi primariamente uma metafísica geral do raciocínio humano e suas diversas relações com a experiência humana no nível individual. Pode a teoria desse autor ser avaliada como uma tentativa de questionar como um objeto de estudo faz sentido dentro de um quadro maior de informações, focando-se em como o homem navega pelo caminho da construção do conhecimento.

Essa forma de compreensão pode ser uma tentativa de Pepper de explicar como o homem busca perceber somente certas partes de informações dos “fatos” que fazem “sentido” (ou são harmônicos, como Baake coloca) com suas “crenças científicas” (ao que Baake se refere como quadro relacional de conhecimento), buscando, dessa forma, atentar os pesquisadores sobre as implicações que a metafísica possui sobre a percepção e cognição.

O caminho desenvolvido por esta dissertação buscou traçar uma trajetória dentro da história da filosofia da ciência, a fim de observar a ausência dos tópicos e ideias levantadas pelo trabalho de Stephen C. Pepper, especificamente aquele referente ao uso de metáforas raízes por ele proposto.

A partir do que foi apresentado anteriormente, é possível observar que ideias, hoje desenvolvidas e defendidas por autores como Baake (2003), Arbib e Hesse (1960), bem como Lakoff e Johnson (1980), que levantaram a importância das metáforas no processo cognitivo, referente ao entendimento e produção de conhecimento, não mencionaram o trabalho de Pepper sobre o assunto. Apesar disso, o autor em questão levantava, por meio de uma linguagem e ênfase diferentes, pontos muitos semelhantes, especificamente o fato de que o homem busca fazer sentido das informações acumuladas (*dubitanda* e posteriormente *datum*), procurando fazer relações com hipóteses ou visões de mundo primordiais (Formismo; Mecanicismo; Organicismo; e

Contextualismo, apresentados no primeiro capítulo), as quais se baseiam em metáforas raiz.

Pepper argumenta (podendo sua hipótese ser sustentada pela teoria de Lakoff e Johnson) que o homem constrói um conhecimento sobre o mundo de uma forma quase automática, colocando-se até em uma posição cética quanto à possibilidade de um pensador interagir com o mundo sem automaticamente criar e/ou fazer relações, “pois todos nós temos e usamos hipóteses de mundo, tal qual nós temos um corpo animal, temos percepções, e nos movemos dentro de relações geométricas” (PEPPER, 1942, p. 2). Todos esses são também pontos (corpo, percepção e relações geométricas) tocados pela teoria de Lakoff e Johnson (1980b), os quais observaram, em sua pesquisa, que o homem busca fazer sentido do mundo utilizando-se de metáforas.

É interessante notar que Pepper, em 1942, sugeriu que o motivo de não se atentar para o estudo das hipóteses de mundo - e as metáforas raiz que as produzem - é exatamente devido a tal processo cognitivo ser tão íntimo ao homem, de forma que é difícil se afastar e olhá-lo com a devida distância e objetividade. Assim, sustenta que uma posição cética (i.e. de questionar o automático e o íntimo) é uma atitude difícil, todavia, esclarecedora e positiva em direção à compreensão dos processos que levam à construção do conhecimento.

Um dos pontos que este trabalho buscou mostrar, a partir da exposição do trabalho de Pepper e, posteriormente, o trabalho de Lakoff e Johnson, entre os outros autores, é a compreensão de que a verdade e a realidade são necessariamente produto do sistema conceptual que utilizamos para interagir com o universo. Ainda que não sejam mero produto e que, tal como o processo metafórico, a busca pela compreensão dos eventos passe pela análise e comparação de informações mais familiares (na qual Pepper argumenta o uso das quatro metáforas raiz já mencionadas), pode-se organizar o processo cognitivo que envolve a produção de conhecimento científico.

Pepper considera que o conhecimento científico “cresce”, i.e. é refinado por um processo de cognição crítica, a partir do conhecimento “comum”, o qual pode ser interpretado como a interação normal e diária que o indivíduo tem com o mundo. Tal processo é alcançado pelo uso cognitivo da metáfora – nas

palavras de Lakoff e Johnson – e que é transpassado por visões de mundo que têm suas raízes em metáforas experienciais – nas palavras de Pepper.

Em suma, o trabalho de Pepper pode ser analisado enquanto uma ligação entre conhecimento científico produzido e o homem que o produz, expressando-se que os processos cognitivos, que levam ao conhecimento refinado e valorizado como científico, têm como sua base (raiz) as percepções, ações e relações humanas “normais” e “comuns” do homem. Assim, de acordo com Lakoff e Johnson, são atravessados por metáforas, o que Pepper descreveu como “visões de mundo”, i.e. perspectivas estruturantes da realidade baseadas na experiência do homem.

Para além desse ponto, buscando alcançar e lançar o trabalho de Pepper na discussão com alguns autores contemporâneos, serão apresentadas, em um espírito descompromissado, possibilidades de interlocução do trabalho de Pepper.

Iniciando com Baake, é possível levantar que a relação de diferentes análises (ou diferentes níveis de análise, ou “harmônicos” na linguagem de Baake) pode ser mais bem elucidada pela identificação de distintas visões de mundo, sustentadas por argumentos a favor ou contra; à medida em que essas posições podem ser classificadas, pode-se recuperar e valorizar os diversos elementos essenciais das obras filosóficas produzidas por séculos de escritores. Expressado de outra forma, caso os autores possam reconhecer e declarar suas visões de mundo, seria viável uma maior possibilidade de “harmonização” referente à exposição de suas ideias, seja em um maior processo de compreensão, ou como servindo de base para discussão e crítica sobre as informações analisadas. Pepper sugere em seu livro que a ligação que um cientista tem com uma das hipóteses de mundo está ligada à experiência intuitiva desse indivíduo com o mundo.

É sugerido, no capítulo 4, que Baake conseguiu, em seu livro, esclarecer, ou pelo menos avançar, uma explicação mais cogente do processo de escolha de metáforas por meio do conceito de harmônico e sua explicação alusiva aos quadros de referência pessoais de um cientista.

O conceito de metáforas raiz de Pepper levanta, semelhantemente à perspectiva de Lakoff e Johnson, que a metáfora tem um papel essencial na forma como definimos nossas realidades, vindo a ser útil na organização de

novas experiências. Ambas as situações são vivenciadas na prática investigativa científica, tal como descrito, por exemplo, por Kuhn, ao descrever as situações em que um cientista se defronta com experimentos paradigmáticos, bem como quando se confronta com experimentos que não condizem com um dado paradigma, podendo ser necessária a criação de novos conceitos (abstratos ou não) - processo que Lakoff e Johnson notam constituir os “efeitos” da metáfora ao lidar com situações/conceitos novos.

Uma virtude que pode ser levantada na tentativa de explicitar as visões de mundo (baseadas em “metáforas raiz”, como apresentado) é a capacidade de prover um quadro filosófico mais amplo, a fim de apreciar e criticar as suposições e resultados de discussões envolvendo um dado tema. Embora, nesta dissertação, tenha-se enfatizado a metáfora no contexto científico de aquisição do conhecimento, a mesma tentativa pode se mostrar frutífera em outras situações.

Ao se discutir aberta e claramente as visões de mundo e suas possíveis metáforas raiz, deve-se assumir uma posição falibilista (tal qual o pragmatismo propõe), aberta à discussão, nas quais suposições devem ser continuamente submetidas ao escrutínio crítico da investigação filosófica. Além disso, a investigação científico/filosófica deve estar ligada a situações concretas da vida, partindo da experiência concreta, buscando abordar questões da vida real, além de sujeitar essas questões à investigação crítica e retorno à experiência, agora transformada por essas reflexões.

A pesquisa, que resultou nesta dissertação, propôs-se ser assim construída e posta frente à comunidade científico/filosófica. Expressando de outra forma, esta dissertação não tem a pretensão de ser um “ponto final” sobre o tema da metáfora no âmbito da filosofia da ciência, mas somente ampliar a discussão sobre possíveis papéis implícitos da metáfora na construção do conhecimento, sendo tal qual o próprio trabalho de Pepper.

Este trabalho se posiciona, assim, a favor de uma visão metafórica da linguagem, tal como levantada por Arbib e Hesse, partindo de um fato inegável e comum: o fato de a metáfora, desejada ou não, estar presente na mesma medida em que sempre esteve na ciência, i.e. não no início de qualquer investigação, mas em quase qualquer lugar e em qualquer momento das teorias científicas.

É fato que as teorias científicas continuam recorrendo a metáforas para sustentar alguns vazios teóricos e explicativos, mas não apenas isso. Limitar-se a isso é justamente a miopia da tradição, para qual Pepper sugere um tratamento por meio de seu trabalho. Nesse sentido, a abordagem deste trabalho compartilha a confiança das teorias científico-cognitivas, na qual a metáfora realiza certo processo necessário para a conceituação e o conhecimento do mundo, de forma que é concebido que o uso de metáforas nas teorias científicas está relacionado a um processo de inovação conceitual e de postulação de entidades explicativas.

Enfim, existem diversas funções para a metáfora e algumas apareceram na filosofia, sendo hoje tratadas por Lakoff e Johnson como instrumentos organizadores (e formadores) do pensamento humano em nosso cotidiano. Foi notado que a metáfora é um conceito explicativo e valorativo para a construção do conhecimento (podendo ser observado na esteira do trabalho de Hesse, Lakoff e Johnson e Baake), sendo que tais ideias podem já ser observadas no trabalho de Pepper de 1942.

Considera-se, assim, que há um domínio já explorado por Pepper, num estudo com características singulares e diferentes objetivos, mas que deve ser trazido ao espaço da discussão filosófica sobre a metáfora.

REFERÊNCIAS

ARBIB, M., & HESSE, M. **Language, metaphor, and a new epistemology**. In *The Construction of Reality* (p. 147-170). Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BAAKE, K. **Metaphor and Knowledge: The Challenges of Writing Science**. Albany, N.Y.: State University of New York Press, 2003.

BEN-MENACHEM, Y., HILARY, P. **Encyclopædia Britannica**, inc. Publicado em Julho 25, 2016. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Hilary-Putnam>. Acesso em: 23 abr. 2019.

BERNSTEIN, Richard J. **The Pragmatic Turn**. Cambridge: Polity Press, 2012.

BLACK, Max. **Models and Metaphors**. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

BLACK, Max. More about metaphor. **Dialectica**, Wiley, v. 31 n. 3/4, p.431-457, 1977.

BRADLEY, F. H. **Appearance and reality**. Oxford: Oxford University Press, 1969.

CAMBRIDGE **Dictionaries Online**. Disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/>. Acesso em: 23 abr. 2018

CARNAP, Rudolf; FRANK, Philipp; JOERGENSEN, Joergen; MORRIS, Charles W; NEURATH, Otto and ROUGIER, Louis. **International Encyclopedia of Unified Science**. Science 86, no. 2235. 1937.

CHARPENTIER, E., E. GHYS, and A. LESNE (eds.). **The Scientific Legacy of Poincaré, Providence, RI**: American Mathematical Society; London: London Mathematical Society. 2010.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **Psicologia da Educação**. Coleção [o que você precisa saber sobre...], 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CURRIE, G. **Frege, an introduction to his philosophy**. Harvard Press, 1982.

DAVIDSON, Donald. **Subjective, Intersubjective, Objective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DEWEY, J. **The Influence of Darwin on Philosophy and Other Essays in Contemporary Thought**. New York: Holt, 1910.

DEWEY, J. **Experience and Nature**. New York: Dover Publications, 1958.

DILTHEY, W. **Selected Works. Vol. IV:** Hermeneutics and the Study of History. Eds. Rudolf A. Makkreel & Frithjof Rodi. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

ERMATH, Michael. **Wilhelm Dilthey: The Critique of Historical Reason.** Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

FOX, E. J. **Contextualistic perspectives.** In J. M. Spector, M. D. Merrill, J. van Merriënboer, & M. P. Driscoll (Eds.) *Handbook of research on educational communications and technology* (3rd ed., p. 55-66). New York, NY: Erlbaum, 2008.

FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: FREUD, S. **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos** (1920-1922). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 12-85. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, 18).

GRADY, Joseph. **Foundations of Meaning:** primary metaphors and primary scenes. Berkely: University of California, 1997. p. 100. Tese (Doutorado em Linguística), University of California, Berkeley, 1997.

GIERE, Ronald N. From Wissenschaftliche Philosophie to Philosophy of Science (pp. 335-354). In: **Origins of Logical Empiricism, Vol XVI.** Edited by GIERE, Ronald N. and RICHARDSON, Alan, W. University of Minnesota Press, 1996.

HAACK, Susan. **'Dry truth and real knowledge':** epistemology of metaphor and metaphor of epistemology" In: Hintikka Ed. 1994.

HARRELL, B. J. The Social Basis of Root Metaphor: An Application to *Apocalypse Now* and *The Heart of Darkness*. **Journal of Mind and Behavior.** New York, NY, vol. 3, no. 3/4, p. 221–240. 1982.

HESSE, Mary B. **Forces and fields:** A study of action at a distance in the history of physics, Thomas Nelson and Sons, London. 1961.

_____. The explanatory function of metaphor, Chapter in: **Models and Analogies in Science.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1966.

_____. Models versus paradigms in the natural sciences. In Collins, L. (ed). **The use of models in the social sciences.** Boulder, Colorado: Westview Press, p. 6-16, 1976.

_____. **Revolutions and reconstructions in the philosophy of science, Harvester Studies in Philosophy,** The Harvester Press Limited, Brighton-Sussex, 1980.

_____. The Cognitive Claims of Metaphor. **Journal of Speculative Philosophy**. University Park, vol. 2, no. 1, pp. 1–16, 1988.

_____. Models, Metaphors and Truth. In Zdravko Radman (ed.), **From a Metaphorical Point of View: A Multidisciplinary Approach to the Cognitive Content of Metaphor**. De Gruyter. pp. 351-372, 1995.

HODGES, H. A. **The Philosophy of Wilhelm Dilthey**. Westport, Connecticut: Greenwood Press, Publishers, [1952] 1974.

IMAZ, Eugenio. W. Dilthey: **Teoría de la Concepción del Mundo**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

JAMES, W. [1907] **Pragmatism**, B. Kuklick (ed.) (Indianapolis and Cambridge: Hackett, 1981).

JOHNSON, Mark, and LAKOFF, George. Why cognitive linguistics requires embodied realism. **Cognitive Linguistics**, vol. 13, n.3, p. 245–63, 2002.

KÖVECSES, Z. **Metaphor: a practical introduction**. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2010.

KURBY, C.A. & ZACKS, J.M. Segmentation in the perception and memory of events. **Trends CognSci**, Elsevier, vol. 12, n. 2, p. 72–79. 2008.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press. Second edition with added Postscript [1962] 1970.

KUHN, T. S. **Metaphor in Science**. In: The road since structure. University of Chicago Press, 2000.

KUKLICK, Bruce. **A History of Philosophy in America 1720 – 2000**. New York, NY: Oxford University Press, 2001.

KUKLICK, Bruce. “**Philosophy and Inclusion in the United States, 1929-2001**”. En David A. Hollinger (ed.) *The Humanities and the Dynamics of Inclusion since the World War II*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, p. 159-185, 2006.

LAKOFF, George and JOHNSON, Mark. The Metaphorical Structure of the Human Conceptual System. **Cognitive Science**, vol 4, n. 2, p.195-208, 1980(a).

_____. **Metaphors We Live By**. University of Chicago Press, 1980(b).

_____. **Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and Its Challenge to Western Thought.** New York: Basic Books, 1999.

LAMONT, Corliss. **Dialogue on John Dewey [by] James T. Farrell [and others].** New York: Horizon Press, 1959, 13.

MARGOLIS, Joseph. **Reinventing Pragmatism.** American Philosophy at the End of the Twentieth Century. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2002.

MARGOLIS, Joseph. "Introduction: Pragmatism, Retrospective, and Prospective". En John R. Shook, Joseph Margolis (eds.) *A Companion to Pragmatism.* Malden, MA: Blackwell, p. 1-10. 2006

MENAND, Louis. **The Metaphysical Club.** New York: Farrar, Straus, and Giroux. 2001.

McCUMBER, John. **Time in the Ditch: American Philosophy and the McCarty Era.** Evanston, IL: Northwestern University Press. 2001.

NAUGLE, David K. **Worldview: The History of a Concept.** Wm. B. Eerdmans Publishing, 2002.

ORTEGA Y GASSET, José. **Concord and Liberty.** Translated by Helene Weyl. New York: W. W. Norton and Company, Inc., 1946.

PEIRCE, C. S. "What Pragmatism Is", *The Monist*, vol. XV, no. 2, pp. 161–181, The Open Court Publishing Co., Chicago, IL, April 1905, for the Hegeler Institute. Reprinted in *Collected Papers v. 5*, paragraphs 411-437, 1905.

PEIRCE, C. S. **Philosophical Writings of Peirce** (edited by J. Buchler). New York: Dover, 1955.

PEPPER, S. C. **World Hypotheses: A Study in Evidence.** Berkeley, CA: University of California Press, 1942.

_____. **Aesthetic Quality: A Contextualist Theory of Beauty.** New York: Charles Scribner's Sons. 1937.

_____. **The Basis of Criticism in the Arts.** 5th ed. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1963.

_____. **The Sources of Value.** University of California Press. 1958.

_____. **Ethics.** Appleton-Century-Crofts Inc. New York. 1960

_____. **Concept and Quality: A World Hypothesis.** La Salle, IL: Open Court. 1967.

_____. **Metaphor in Philosophy.** *Journal of Mind and Behavior* 3 (3): 197–205. 1982.

_____. **The Individuality of a Work of Art.** *University of California Publications in Philosophy*, 20, 81–98. 1937b.

_____. ***The Basis of Criticism in the Arts.*** Cambridge, MA: Harvard University Press. 1946.

_____. Further Consideration of the Aesthetic Work of Art. **The Journal of Philosophy**, New York, NY, vol. 49, n. 8, p. 274–279, 1952.

_____. ***The Work of Art.*** Bloomington: Indiana University Press. 1955.

_____. The Work of Art Described from a Double Dispositional Base. **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, Wiley, vol. 23, n. 2, p. 421–427. 1965.

_____. **The Development of Contextualistic Aesthetics.** *The Antioch Review*, 28, 169-85. 1968.

_____. Autobiography of an Aesthetics. **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, Wiley, vol. 28, n. 3, p. 275–286, 1970.

PEREZ-RANSANZ, Ana Rosa. Kuhn y el cambio científico. **Crítica: Revista Hispanoamericana de Filosofía**, Ciudad Universitaria, vol. 33, n. 98, p. 123-129, 2001.

PUTNAM, Hilary (1962): “**What Theories are Not.**” **Logic, Methodology and Philosophy of Science**, ed. Ernest Nagel, Patrick Suppes, and Alfred Tarski (Stanford, Cal.: Stanford University Press, 1962), 240-252. Repr. In *Mathematics, Matter and Method*, 215-227, 1975.

PUTNAM, H. **Reason, Truth, and History.** Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1981.

QUINE, Willard V. O. **Two Dogmas of Empiricism.** *Philosophical Review* 60 (1):20–43, 1951.

RICOUER, P. **The Rule of Metaphor:** multidisciplinary studies of the creation of meaning in language. London: Routledge&Kegan Paul, 1986.

RICHARDSON, Alan W. & REICHENBACH, Hans. **Experience and Prediction:** An Analysis of the Foundations and the Structure of Knowledge. University of Notre Dame Press, 1938.

RICHARDS, Ivor Armstrong. **Philosophy of rhetoric.** New York, London, Oxford University Press, 1936.

RICKMAN, H. P. **Wilhelm Dilthey: Pioneer of the Human Studies**. Los Angeles: University of California Press, 1979.

REICHENBACH, H., **Dewey's Theory of Science**. In Schilpp and Hahn, pp. 157-92. 1939

RESCHER, Nicholas. "**Who has Won the Big Battle of Twentieth-Century Philosophy?**". *American Philosophical Quarterly* 36, no. 2. pp.159-163. April, 1999.

RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton: Princeton University, 1980.

_____ (ed.). **Consequences of Pragmatism** (Minneapolis: University of Minnesota Press). 1982

_____. Pragmatism, Davidson and Truth. In LePore E. (ed.). **Truth and Interpretation: Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson**. Oxford: Blackwell, 333–55, 1986.

_____. **Unfamiliar noises: Davidson and Hesse on metaphor**. In *Objectivity, Relativism, and Truth*. Cambridge University Press: Cambridge, 162-172, 1991.

RUSSEL, B. **Dewey's New Logic**. In Schilpp and Hahn, pp. 135-56. 1939

SCHILLER, F. C. S. **The definition of 'pragmatism' and 'humanism'**. *Mind* 14 (54):235-240, 1905.

SCHIPP, P. A. and HAHN, L. E. **The Philosophy of John Dewey**. La Salle, Ill.: Open Court, 1939.

SEARLE, J. R. **Expression and meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SHUSTERMAN, R. **The Invention of Pragmatist Aesthetics: Genealogical Reflections on a Notion and a Name**. In *Practicing Pragmatist Aesthetics: Critical Perspectives on the Arts*, ed. Wojciech Malecki, 13–32. New York: Rodopi, 2014.

STEEN, G.S. & GIBBS, Jr., R.W. (eds.), **Metaphor in Cognitive Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins. 1999.

STEPHANO, Gattei. **Thomas Kuhn's 'Linguistic Turn' and the Legacy of Logical Empiricism: Incommensurability, Rationality and the Search for Truth.** Ashgate, 2008.

STUHR, John J. "Introduction: Classical American Philosophy". En John J. Stuhr (Ed.) **Pragmatism and Classical American Philosophy: Essential Readings and Interpretive Essays.** New York, NY: Oxford University Press, 2000.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano.** Brasília: Ed. UnB/FUNBEC, (1953), 1970.

SKORUPSKI, J. **English Speaking Philosophy 1750–1945.** Oxford University Press, 1993.

SCHROEDER, W. R. **Continental Philosophy: A Critical Approach.** Oxford: Blackwell, 2005.

STROUD, S. R. **Pragmatism, Pluralism, and World Hypotheses: Stephen Pepper and the Metaphysics of Criticism.** *Philosophy & Rhetoric*, Vol. 48, No. 3, pp. 266-291, 2015.

SHORT, T. L. **Measurement and philosophy.** *Cognitio* 9 (1):111-124, 2008.

SWEETZER, Eve E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure.** Cambridge Studies in Linguistics 54. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TURNER, M. **Cognitive Dimensions of Social Science.** New York: Oxford University Press. 2002.

CHAVARRÍA, Edison Francisco Viveros. **Sobre la metáfora en Aristóteles.** *Revista Fundación Universitaria Luis Amigó.* 3, 2016.

WALSH, W. H. **World Hypotheses: a Study in Evidence.** By Stephen C. Pepper. University of California Press. 1942. Pp. xiii + 348. Price not stated. *Philosophy* 20 (75):86-. 1945.

WEST, C. **The American Evasion of Philosophy: a Genealogy of Pragmatism.** Madison: University of Wisconsin Press, 1989.

WITTGENSTEIN, LUDWIG. **Investigações Filosóficas.** 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.